



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

# O Nazismo Revisitado: Uma análise crítica da sua Natureza Terrorista

Maria Luísa Lima Freitas

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais

Área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal

Orientação científica:

Professora Doutora Teresa de Almeida e Silva (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas)

Professor Mestre Diogo Noivo (Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna)

Outubro, 2024

## Modelo da lombada



O Nazismo Revisitado: Uma análise crítica da sua Natureza Terrorista,  
Maria Luísa Lima Freitas      Outubro, 2024



O Nazismo Revisitado: Uma análise crítica da sua Natureza Terrorista  
Maria Luísa Lima Freitas

Outubro  
2024

## Dedicatória

*Aos meus pais, porque sem eles nada disto era possível,  
À minha avó, por ser a estrelinha mais brilhante do céu.*

## Agradecimentos

A conclusão desta dissertação não teria sido possível sem o amor e o apoio incondicional dos meus pais. É com um profundo sentimento de gratidão que escrevo estas linhas, pois a vossa presença constante foi a âncora que me sustentou em cada fase deste percurso. Agradeço do fundo do coração por estarem sempre ao meu lado, por me encorajarem em cada passo, tanto da minha jornada académica, como da minha vida pessoal sem nunca me deixarem desistir, mesmo nos momentos mais difíceis. Sem vocês, nada disto seria possível, e é a vossa força que me inspira a seguir em frente.

Um agradecimento especial à Professora Doutora Teresa de Almeida e Silva, cuja orientação e inspiração têm sido uma referência constante desde o meu primeiro ano de licenciatura, a sua dedicação e empenho deixaram uma marca indelével na minha formação, os seus ensinamentos e o seu exemplo guiaram-me na busca pelo conhecimento e pela excelência, e por isso, serei eternamente grata, a sua crença no meu potencial foi uma luz nas horas de dúvida, e a sua sabedoria será sempre um farol que ilumina o meu caminho.

Ao Professor Mestre Diogo Noivo, sou profundamente grata por lecionar com tanta paixão e dedicação. Sem que o soubesse, foi numa das suas aulas que surgiu a ideia que deu origem a esta dissertação e as suas lições não se limitaram meramente ao conteúdo académico.

Aos meus amigos sempre estiveram presentes, deixo um profundo agradecimento por cada palavra de incentivo, cada sorriso e cada momento partilhado, que tornaram esta jornada mais leve e especial. Em especial, agradeço à Tânia, por ser um apoio constante, uma conselheira sábia e por todos os momentos marcantes que vivemos juntas. À Kika, que foi a irmã que nunca tive e que sempre acreditou em mim. À Gallotta, que soube erguer-me nos momentos de cansaço e incerteza, e foi uma ouvinte atenta para as minhas intermináveis conversas sobre a dissertação.

A todos, o meu eterno agradecimento e que esta dissertação seja não apenas um testemunho do meu trabalho, mas também um tributo a todos que me ajudaram a chegar aqui. Juntos, criámos memórias e superámos desafios, e é com esse espírito que sigo em frente, confiante no futuro e na capacidade de fazer a diferença.

## Resumo

A presente dissertação aborda a classificação do regime nazista como uma organização terrorista, uma problemática que se revela de importância crucial para a compreensão das suas práticas e métodos durante a ascensão e domínio. A investigação, sustentada por uma análise documental rigorosa, explora as dinâmicas intrínsecas à ideologia nazista e as repercussões sociais e políticas que perduram até à contemporaneidade. O conceito de terrorismo é definido e contextualizado, destacando a utilização sistemática da violência, a manipulação da propaganda e o controle social que caracterizavam o regime.

O nazismo, ao empregar o terror como prática estatal, não apenas perpetuou a desumanização de grupos considerados indesejáveis, mas também instituiu um modelo de controle social profundamente enraizado na sua ideologia de pureza racial. A comparação com outras organizações terroristas, como o Ku Klux Klan e a Al-Qaeda, evidencia a singularidade do nazismo na institucionalização da violência, criando um clima de medo que inibiu a dissidência. As conclusões deste estudo sublinham a urgência de uma vigilância crítica contra a normalização da violência como meio de controle social e a necessidade de um discurso bem informado sobre violência política nos meios de comunicação.

Por fim, enfatiza-se a importância da educação crítica como bastião contra a radicalização e a promoção da diversidade, delineando recomendações para um futuro que priorize a paz, a justiça e os direitos humanos. Este estudo não se limita a uma reflexão histórica, mas apela a uma ação proativa na construção de sociedades inclusivas e respeitadoras dos direitos fundamentais.

**Palavras Chaves:** Nazismo; Terrorismo; Violência; Al-Qaeda; KKK

## Abstract

This dissertation examines the classification of the Nazi regime as a terrorist organization, a critical issue for understanding its practices and methods during its rise to power and dominance. The research, supported by rigorous documentary analysis, explores the intrinsic dynamics of Nazi ideology and the social and political repercussions that persist to this day. The concept of terrorism is defined and contextualized, highlighting the systematic use of violence, manipulation of propaganda, and social control that characterized the regime.

By employing terror as a state practice, the Nazis not only perpetuated the dehumanization of groups deemed undesirable but also established a model of social control deeply rooted in their ideology of racial purity. The comparison with other terrorist organizations, such as the Ku Klux Klan and Al-Qaeda, underscores the uniqueness of the Nazi regime in the institutionalization of violence, creating a climate of fear that inhibited dissent. The conclusions of this study emphasize the urgent need for critical vigilance against the normalization of violence as a means of social control and the necessity for well-informed discourse on political violence in the media.

Finally, the importance of critical education is stressed as a bastion against radicalization and the promotion of diversity, outlining recommendations for a future that prioritizes peace, justice, and human rights. This study does not merely serve as a historical reflection but calls for proactive action in building inclusive societies that respect fundamental rights.

**Keywords:** Nazism; Terrorism; Violence; Al-Qaeda; KKK

## Lista de Abreviaturas

**DAP** - Deutsche Arbeiterpartei (Partido dos Trabalhadores Alemães)

**DDP** - Deutsche Demokratische Partei (Partido Democrático Alemão)

**DNVP** - Deutschnationale Volkspartei (Partido Nacional do Povo Alemão)

**DVP** - Deutsche Volkspartei (Partido Popular Alemão)

**ELF** - Earth Liberation Front (Frente de Libertação da Terra)

**ETA** - Euskadi Ta Askatasuna (País Basco e Liberdade)

**EUA** - Estados Unidos da América

**FARC** - Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia)

**GTD** - Global Terrorism Database (Base de Dados Global sobre Terrorismo)

**IRA** - Irish Republican Army (Exército Republicano Irlandês)

**KKK** - Ku Klux Klan

**KPD** - Kommunistische Partei Deutschlands (Partido Comunista da Alemanha)

**NSDAP** - Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães)

**OLP** - Organização para a Libertação da Palestina

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PIB** - Produto Interno Bruto

**PKK** - Partiya Karkerên Kurdistanê (Partido dos Trabalhadores do Curdistão)

**SA** - Sturmabteilung (Seção de Assalto)

**SD** - Sicherheitsdienst (Serviço de Segurança do Reich)

**SDN** - Société des Nations (Sociedade das Nações)

**SiPo** - Sicherheitspolizei (Polícia Secreta do Estado)

**SPD** - Sozialdemokratische Partei Deutschlands (Partido Social-Democrata da Alemanha)

**SS** - Schutzstaffel (Tropa de Proteção)

**UE** - União Europeia

**URSS** - Union der Sozialistischen Sowjetrepubliken (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas)

## Índice

Dedicatória.....	iii
Agradecimentos .....	iv
Resumo .....	v
Abstract.....	vi
Lista de Abreviaturas.....	vii
Índice .....	viii
Capítulo 1: Introdução: Relevância do Tema, Objetivos e Metodologia .....	1
1.1. Relevância e justificação do tema .....	1
1.2. Problemática da investigação .....	2
1.3. Pergunta de Partida.....	3
1.4. Perguntas derivadas .....	3
1.5. Objetivos da investigação.....	4
1.5.1. Objetivo Geral .....	4
1.5.2. Objetivos específicos.....	5
1.6. Metodologia da investigação .....	6
Capítulo 2. Contexto Histórico.....	9
2.1. Introdução.....	9
2.2. Surgimento do Nazismo na Alemanha .....	11
2.2.1. Tratado de Versalhes .....	11
2.2.2. A queda da República de Weimar e o surgimento do Partido Nazista.....	16
2.2.3. Ascensão do partido nazista ao poder e a sua ideologia.....	19
2.2.4. Da Discriminação ao Genocídio: A Intensificação do Extermínio de Minorias no Contexto da Segunda Guerra Mundial .....	27
2.3. Síntese capitular.....	29
Capítulo 3: O fenómeno do Terrorismo .....	32

3.1 Introdução.....	32
3.2. O fenómeno terrorista: definições, tipos e evolução .....	33
3.2.1. História do fenómeno: haverá uma quinta vaga? .....	44
3.3. Síntese Capitular.....	52
Capítulo 4. O Nazismo alemão como organização terrorista .....	56
4.1. O caso da Alemanha Nazista .....	56
4.1.1. Violência e a Intimidação como Instrumentos de Controle no Regime Nazista .....	57
4.1.2. Políticas Raciais e Genocídio .....	60
4.1.3. Propaganda e Manipulação da Informação .....	63
4.1.4. A Solução Final e a Operação Reinhard.....	67
4.2. Organizações terroristas .....	69
4.2.1. Ku Klux Klan.....	69
4.2.2. Al-Qaeda.....	74
4.3. Comparação Crítica: A Alemanha Nazista, Ku Klux Klan e Al-Qaeda como Organizações Terroristas .....	79
4.3.1. Propaganda e Controle da Informação .....	82
4.3.2. Doutrinação Ideológica e Mobilização da Juventude.....	87
4.3.3. Diferenças Fundamentais: Estado VS Não-Estado .....	90
4.3.4. O Terror como Ferramenta Política e a Comparação de Objetivos.....	91
4.4. O Terror Nazista e as suas Consequências .....	92
Capítulo 5: Conclusões e recomendações .....	94
Referências .....	100
Anexos .....	105
Anexo I- Mapa Alemanha (1919).....	106
Anexo II- Cartaz político dos 25 pontos do programa político do NSDAP .....	107
Anexo III- Membros do KKK .....	109

Anexo IV- Sistema de Identificação de Prisioneiros nos Campos de Concentração Nazistas .....	110
Anexo V- Total de Mortes Causadas pelas Políticas Genocidas do Regime Nazista ....	113
Anexo VI- Mortes nos Campos de Concentração Polacos.....	114
Anexo VII – Propaganda Antissemita na Alemanha Nazista, Capa de um livro infantil alemão antissemita, Der Giftpilz (O cogumelo venenoso) publicado na Alemanha pelo der Stuermer-verla. ....	115
Anexo VIII- Livro infantil antissemita publicado em 1936, em Nuremberga, Alemanha. .....	116
Anexo IX - Cruz vermelha em chamas, elemento do KKK.....	117

## Capítulo 1: Introdução: Relevância do Tema, Objetivos e Metodologia

### 1.1. Relevância e justificação do tema

O estudo do regime nazista permanece como um dos temas mais prolíficos e controversos no domínio das ciências sociais e históricas, em virtude da magnitude das suas consequências e do impacto perene que exerceu na trajetória da história mundial. Todavia, a maioria das análises historiográficas tem-se concentrado, sobretudo, nos conceitos de genocídio, autoritarismo e totalitarismo, enquanto a relação intrínseca entre o Nazismo e as práticas de terrorismo estatal não tem sido amplamente investigada. Esta lacuna no debate académico justifica a necessidade de uma pesquisa que explore o regime nazista a partir de uma perspetiva comparativa, aproximando-o de organizações terroristas e avaliando em que medida as suas táticas e estratégias podem ser interpretadas como manifestações de terrorismo.

É imperioso reconhecer que este tema se reveste de particular sensibilidade, uma vez que envolve a análise de um período histórico marcado por um nível extremo de violência, genocídio e sofrimento humano. Por conseguinte, a presente investigação procura abordar o tema com a necessária responsabilidade e rigor académico, honrando a memória das vítimas e evitando simplificações ou relativizações que possam obscurecer a gravidade dos acontecimentos. Ainda assim, a legitimidade deste estudo assenta na necessidade de compreender as táticas e estratégias de coerção, intimidação e violência implementadas pelos nazistas, enquanto parte de um esforço sistemático para consolidar o seu poder, aniquilar adversários políticos e promover uma ideologia de supremacia racial. Ao analisar estas práticas à luz das características tradicionalmente associadas ao terrorismo, pretende-se contribuir para um entendimento mais abrangente e sofisticado do que constitui uma organização terrorista, especialmente quando esta assume a forma de um Estado autoritário.

A pertinência desta abordagem evidencia-se na medida em que permite reavaliar e expandir a definição de terrorismo, abrangendo não apenas grupos não estatais, mas também regimes governamentais que recorrem ao terror como meio para alcançar objetivos políticos e ideológicos. Ademais, a compreensão das práticas do Nazismo enquanto possível

manifestação de terrorismo estatal proporciona novas perspectivas sobre as formas de repressão e dominação que persistem em contextos contemporâneos, onde o poder é mantido através de métodos de intimidação e coerção, oferecendo igualmente uma reflexão histórica e moral de suma importância, uma vez que nos obriga a considerar as implicações de normalizar ou subestimar formas de violência sistémica perpetradas por Estados.

Por fim, a análise delineada na presente dissertação ambiciona aportar uma contribuição substancial aos debates académicos em torno da definição de terrorismo, desafiando conceções consolidadas e incentivando uma revisão crítica suscetível de aplicação a outros contextos históricos e políticos. Ao perscrutar o Nazismo sob esta perspectiva, não se pretende apenas um exercício de reavaliação histórica, mas igualmente um alerta para as complexidades intrínsecas e os perigos inerentes às práticas políticas que recorrem ao medo, à propaganda e à violência como instrumentos de dominação e perpetuação do poder.

## 1.2. Problemática da investigação

No contexto de um projeto de investigação científica, uma das principais dificuldades que se apresentam nas etapas iniciais reside na transição de um interesse vago ou de uma preocupação genérica para a formulação de um projeto de pesquisa claramente estruturado e rigorosamente definido (Quivy e Campenhoudt, 2008). Esta transição, que requer um processo de clarificação e delimitação conceptual, só se torna exequível quando o investigador consegue articular a sua área de interesse sob a forma de uma questão inicial que sirva de fio condutor para toda a investigação (Idem, 2008).

Partindo desta premissa, a presente investigação desenvolve-se com o propósito de explorar e analisar de forma crítica a possibilidade de se considerar o regime nazista, que governou a Alemanha entre 1933 e 1945, como uma entidade cujas práticas possam ser associadas ao terrorismo, no sentido contemporâneo do termo. Assim, a problemática centra-se na análise aprofundada de como as práticas de violência sistemática, coerção e propaganda, amplamente empregues durante o período em que o regime nazista esteve no poder, podem ser interpretadas à luz das características associadas ao terrorismo. Este conceito, embora frequentemente aplicado a grupos não estatais, revela-se igualmente

pertinente para a compreensão de comportamentos e estratégias de dominação que podem emanar de um Estado autoritário.

Adotando esta perspectiva, a investigação propõe-se desafiar as classificações convencionais que, em grande medida, se limitam a reconhecer o Nazismo apenas como um regime totalitário e genocida, procurando contribuir para uma compreensão mais abrangente e complexa do que pode ser considerado terrorismo. Ao fazê-lo, explora as nuances que emergem quando se analisam as ações de um Estado que recorre ao medo e à violência para alcançar objetivos políticos e ideológicos.

### 1.3. Pergunta de Partida

A pergunta central que orienta esta investigação é: "Com base em uma análise das suas ações, táticas e impactos durante o período em que esteve no poder, até que ponto o regime nazista pode ser considerado uma organização terrorista?" Esta questão visa refletir sobre a possibilidade de reclassificar o Nazismo não apenas como um regime totalitário, mas como uma entidade que empregou práticas associadas a comportamentos típicos de organizações terroristas.

### 1.4. Perguntas derivadas

Para assegurar uma análise abrangente e devidamente sustentada que permita desdobrar a complexidade inerente à pergunta de partida, esta investigação estrutura-se em torno de quatro questões derivadas. A primeira interroga quais ações específicas promovidas e executadas pelo regime nazista podem ser analisadas à luz de características frequentemente observadas em organizações classificadas como terroristas. A segunda investiga de que modo as táticas e estratégias empregues pelo regime nazista podem ser interpretadas à luz de mecanismos de controle e coerção, característicos de práticas terroristas. A terceira indaga em que medida a propaganda e a retórica disseminadas pelo regime nazista podem ser compreendidas como elementos que influenciam a classificação do Nazismo enquanto organização terrorista. Por fim, a quarta questão explora quais semelhanças e diferenças podem ser observadas nas táticas e estratégias implementadas pelo Nazismo em comparação com outras organizações historicamente rotuladas como terroristas.

Todas estas questões procuram explorar diferentes aspetos da problemática, contribuindo para uma análise mais aprofundada da relação entre o regime nazista e o conceito de terrorismo. Através da investigação destas perguntas, pretende-se identificar práticas concretas, táticas de controle, o papel da propaganda e as comparações com outras organizações terroristas, promovendo uma compreensão mais rica e fundamentada da natureza das ações do regime nazista.

## 1.5. Objetivos da investigação

Como salientam Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (2008), "o objetivo da investigação é responder à pergunta de partida" (p. 211). Assim, uma vez que o objeto de estudo tenha sido rigorosamente circunscrito, torna-se imperativo definir de maneira clara e inequívoca os objetivos que o investigador aspira alcançar (Carmo, 2008). No âmbito dos objetivos de pesquisa, é essencial estabelecer uma distinção nítida entre o objetivo geral e os objetivos específicos, neste contexto, o objetivo geral está intrinsecamente ligado a uma perspetiva holística do tópico em consideração, mantendo uma relação inextricável com a essência subjacente tanto dos fenómenos e eventos analisados quanto das ideias examinadas, e estando intimamente alinhado com o significado fundamental da tese delineada pelo projeto (Marconi & Lakatos, 2002).

### 1.5.1. Objetivo Geral

O objetivo geral desta investigação consiste em avaliar e analisar minuciosamente as ações perpetradas pelo regime nazista à luz da definição de organização terrorista, levando em consideração não apenas as suas táticas e estratégias, mas também os impactos profundos que estas tiveram na sociedade.

Este objetivo visa, portanto, identificar práticas específicas que possam ser classificadas como atos de terrorismo, contextualizando-as dentro da vasta estrutura teórica e histórica do terrorismo, o que promove uma reflexão crítica sobre as dinâmicas de poder e violência que caracterizaram a atuação do regime. Além disso, a análise será enriquecida através de comparações com o KKK e a Al-Qaeda, permitindo uma exploração detalhada das semelhanças e diferenças nas táticas e estratégias empregues por esses grupos em relação ao

Nazismo, revelando assim nuances que podem contribuir para uma compreensão mais abrangente das práticas de terror, independentemente da sua origem.

### 1.5.2. Objetivos específicos

Para que se possa concretizar o objetivo geral delineado, foram estabelecidos diversos objetivos específicos que pretendem aprofundar a análise da problemática em questão. Em primeiro lugar, pretende-se identificar se as ações específicas do regime nazista podem ser classificadas como atos de terrorismo, investigando de forma minuciosa as práticas de violência e intimidação implementadas, avaliando se estas se inserem nas definições contemporâneas de terrorismo e se possuem as características necessárias para tal classificação. Além disso, será realizada uma análise aprofundada das táticas empregues pelo regime nazista para o controle e coerção da população, explorando as diversas estratégias de opressão utilizadas, examinando como estas técnicas de controle podem ser interpretadas como formas de terror estatal que pretendem intimidar e silenciar a dissidência, ao mesmo tempo que reforçam a hegemonia do regime.

Outro objetivo consiste em examinar a influência da propaganda e da retórica do regime nazista na sua classificação como organização terrorista. Esta análise concentrar-se-á no papel central que a propaganda desempenhou na construção de uma narrativa que legitima a violência e o terror, refletindo sobre como a manipulação da informação e a criação de inimigos foram cruciais para a consolidação do poder nazista, estabelecendo um clima de medo e submissão. Por último, a investigação realizará uma comparação minuciosa entre as táticas e estratégias do nazismo e as de outras organizações classificadas como terroristas, nomeadamente o KKK e a Al-Qaeda, com o objetivo de identificar as semelhanças e as diferenças nas abordagens de controle e violência empregues por estas entidades, bem como contextualizar as ações do regime nazista dentro de um espectro mais amplo de práticas terroristas ao longo da história.

## 1.6. Metodologia da investigação

O presente trabalho de investigação foi concebido à luz das ciências sociais e humanas, que utilizam o método científico com o intuito de concretizar objetivos de medição, que têm como objetivo a aplicação de conhecimentos que se revelem úteis e a avaliação do valor intrínseco dos efeitos desses conhecimentos. A investigação em apreço é classificada como investigação fundamental, dado que se trata de um trabalho científico cujo objetivo primordial é o progresso do conhecimento, mesmo que a sua utilidade prática não se apresente de forma imediata (CPEC, 2010).

No que diz respeito ao método de investigação, optou-se pela abordagem dedutiva, uma escolha que se revela particularmente adequada para oferecer uma compreensão profunda e abrangente do fenómeno em análise (Fortin, 2009). Esta metodologia, na sua essência clássica, parte de premissas gerais para chegar a conclusões específicas, estabelecendo um percurso lógico e sistemático que permite a exploração das dinâmicas subjacentes ao objeto de estudo. Ao se caracterizar por um raciocínio rigoroso e racional, o raciocínio dedutivo assegura que as conclusões derivem logicamente das premissas estabelecidas, refletindo a convicção dos racionalistas como Descartes, Spinoza e Leibniz de que a razão é o caminho primordial para a obtenção do conhecimento verdadeiro. Assim, o método dedutivo para além de procurar explicar o conteúdo das premissas, organiza uma cadeia de raciocínio que, ao descer da generalidade para a particularidade, permite uma análise mais robusta e fundamentada. Este enfoque metodológico proporciona as bases necessárias para uma reflexão crítica e sistemática sobre o tema em questão, permitindo que se desenvolvam inferências substanciais que iluminam as complexas relações subjacentes ao fenómeno investigado (Sarmiento, 2013).

Para a presente investigação, foi considerado o estudo qualitativo como o método mais adequado e pertinente para a análise do regime nazista, uma vez que este tipo de pesquisa se concentra na compreensão de fenómenos complexos e privilegia uma abordagem descritiva que se revela essencial para a exploração de realidades que não se prestam facilmente à quantificação (Silveira e Córdova, 2009). É imperativo reconhecer que o Nazismo não deve ser examinado de forma isolada, pois está intrinsecamente interligado a um contexto histórico, político e social mais vasto, o que permite à abordagem qualitativa da investigação

possibilitar uma análise aprofundada do enquadramento em que o Nazismo se insere e das interações que o moldaram, ao mesmo tempo que este influenciou esses mesmos contextos ao longo do tempo.

A versatilidade metodológica da pesquisa qualitativa revela-se especialmente valiosa ao lidar com um tema tão multifacetado como o Nazismo, permitindo que as abordagens de pesquisa se ajustem de acordo com as exigências específicas do estudo. Nesse sentido, conforme referido por Camilo e Garrido (2019), pretende-se que a informação sobre a estratégia de pesquisa seja suficientemente explícita para que, no futuro, outros investigadores independentes possam conduzir estudos semelhantes, utilizando os mesmos termos de pesquisa, bases de dados e critérios de seleção, obtendo assim resultados comparáveis. Adicionalmente, a presente investigação, ao reunir uma gama diversificada de fontes, estabelece um quadro metodológico robusto que favorece uma compreensão holística e fundamentada do fenómeno em análise.

A análise documental, considerada o método predominante na recolha de dados para a presente dissertação, possibilita a investigação aprofundada de documentos, sejam estes em suporte físico ou digital, assegurando que cumpram os critérios indispensáveis para a sua inclusão no âmbito da pesquisa. De acordo com Sarmiento (2013), a análise documental é realizada pelo investigador em relação a fontes primárias, secundárias e bibliográficas, que podem ser retrospectivas ou contemporâneas.

Neste contexto, é crucial reconhecer que as ciências sociais dispõem de instrumentos e teorias que possibilitam uma abordagem à complexidade da existência humana em sociedade. Como salienta Minayo (2009), estas ciências “abordam o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nas representações sociais, nas expressões da subjetividade, nos símbolos e significados” (p. 14).

Por conseguinte, a presente investigação estabelece um quadro metodológico sólido que favorece uma compreensão holística e fundamentada do fenómeno em análise, que através da inclusão de uma variedade diversificada de fontes, assegura a profundidade e a rigorosidade da análise, permitindo um exame minucioso das táticas e estratégias implementadas pelo regime nazista, assim como uma avaliação crítica da sua classificação enquanto organização terrorista.

A presente dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos, sendo o primeiro a Introdução, no qual se expõe a relevância do tema, sublinhando a importância de analisar o nazismo enquanto movimento com características terroristas, bem como os objetivos que se pretendem alcançar através da investigação. Para além disso, são delineados os métodos e abordagens metodológicas adotados, que fundamentam a pesquisa subsequente.

O segundo capítulo incide sobre o contexto histórico do surgimento e ascensão do nazismo na Alemanha, explorando as condições sociais, económicas e políticas que propiciaram a sua emergência e consolidação enquanto força hegemónica no panorama político alemão.

No terceiro capítulo, procede-se a uma análise abrangente do fenómeno do terrorismo, abordando a sua definição, tipologias e evolução ao longo do tempo, estabelecendo uma base conceptual sólida para a análise subsequente.

O quarto capítulo examina o nazismo sob a perspectiva de uma organização com características terroristas, retratando as suas estratégias de violência, intimidação e disseminação do medo. Este capítulo é enriquecido por uma comparação entre o regime nazista e outras organizações, como o KKK e a Al-Qaeda, destacando as semelhanças e as divergências nas suas estratégias e nos seus modos de atuação.

Finalmente, o quinto capítulo está reservado à conclusão e recomendações, onde são sintetizadas as principais conclusões, respondendo às questões de investigação e apresentando sugestões para futuras investigações e aprofundamentos sobre o tema.

## Capítulo 2. Contexto Histórico

### 2.1. Introdução

Neste capítulo, exploramos as raízes do regime nazista na Alemanha, focando nos fatores que permitiram a ascensão de Adolf Hitler e do NSDAP. O surgimento deste regime não foi um evento isolado, mas o resultado de um contexto histórico complexo marcado pelo impacto devastador do Tratado de Versalhes e pelas crises políticas, sociais e económicas que a Alemanha enfrentou após a Primeira Guerra Mundial. A derrota na Grande Guerra e as severas imposições do tratado, assinado em 1919, criaram um ambiente de humilhação nacional e descontentamento. A "Cláusula da Culpa de Guerra", que atribuiu à Alemanha a responsabilidade exclusiva pelo conflito, alimentou um ressentimento profundo que se tornou uma base fértil para o extremismo, na medida que deslegitimou a Alemanha aos olhos da comunidade internacional e intensificou a indignação interna, criando um clima de revolta que fomentou a busca por soluções radicais.

Além da humilhação imposta pelo tratado, a Alemanha enfrentou uma crise económica devastadora. A hiperinflação da década de 1920 e a Grande Depressão de 1929 exacerbam a já precária situação social e económica, levando à desvalorização dos salários e à perda de economias. A classe média, antes estável, foi empurrada para a pobreza, resultando num desespero que alimentou a radicalização das massas. A realidade política da República de Weimar, caracterizada por uma estrutura democrática frágil e pela crescente polarização, também desempenhou um papel crucial na emergência do nazismo. O descontentamento com a república e a insatisfação crescente com os partidos tradicionais criaram uma oportunidade para que o NSDAP, sob a liderança de Hitler, promettesse restaurar a grandeza da Alemanha. Hitler, que havia servido como cabo na Primeira Guerra Mundial, uniu-se ao DAP em 1919 e rapidamente ascendeu à liderança do partido, renomeado como NSDAP em 1920, que através de uma retórica nacionalista e de uma propaganda eficaz, conseguiu captar a atenção de um povo desesperado por mudanças.

Nos anos seguintes, o NSDAP adotou uma plataforma que ressoava profundamente com as ansiedades da população, nomeadamente a promessa de devolver a Alemanha ao seu lugar de honra, aliada à demonização de grupos como judeus e comunistas, consolidou o apoio popular. O partido rapidamente distanciou-se da sua posição marginal nas eleições de

1928, onde obteve apenas 12 assentos no Reichstag<sup>1</sup>. Com a eclosão da Grande Depressão, as coisas mudaram drasticamente, com as eleições de setembro de 1930 a mostrarem uma mudança dramática no eleitorado, onde o NSDAP conseguiu elevar o seu número de assentos.

A propagação da crise económica e social levou muitos a buscar soluções radicais, e o NSDAP soube capitalizar sobre esse desespero, tornando-se o defensor da classe média, conquistando o apoio da pequena burguesia e trabalhadores que temiam a crescente influência do comunismo. A mensagem do partido, aliada a uma propaganda eficaz, fez com que muitos cidadãos vissem no NSDAP uma esperança de restauração da grandeza perdida da Alemanha. As eleições presidenciais de 1932 marcaram um ponto de virada, e, apesar da reeleição do Marechal Paul von Hindenburg, Hitler conseguiu 18% do voto popular, enquanto nas eleições parlamentares do mesmo ano, o NSDAP ultrapassou todos os outros partidos políticos, alcançando 37% dos votos e consolidando-se como a força dominante no parlamento, crescimento que culminou em janeiro de 1933, quando Hitler foi convidado a tornar-se Chanceler da Alemanha.

A partir deste momento, Hitler e o NSDAP implementaram uma série de medidas que centralizaram o poder nas suas mãos, utilizando uma combinação de legislação e pressão política para eliminar a oposição e instituir um regime totalitário, explorando o sentimento de traição associado à derrota na Primeira Guerra Mundial e às imposições do Tratado de Versalhes, usando esses ressentimentos como combustível para galvanizar o apoio popular.

O objetivo do presente capítulo é oferecer um contexto abrangente sobre o surgimento e a ascensão do nazismo na Alemanha, fornecendo uma base histórica crucial para a compreensão do regime nazista e da sua ideologia. Ao longo deste capítulo, serão analisados os fatores que propiciaram a ascensão do nazismo, incluindo as consequências do Tratado de Versalhes, a instabilidade económica, o descontentamento político e as táticas de propaganda utilizadas para galvanizar o apoio popular, que será importante no enquadramento para a presente dissertação. Este contexto histórico é fundamental para compreender não só o surgimento do regime, como também as suas práticas e ideologias que culminaram num dos períodos mais sombrios da história.

---

<sup>1</sup> Parlamento da Alemanha durante o período do Império Alemão e da República de Weimar.

## 2.2. Surgimento do Nazismo na Alemanha

### 2.2.1. Tratado de Versalhes

Os eventos que levaram à formação do Império de Hitler não tiveram início com a invasão da Polónia em 1939 nem com a ascensão ao poder no Terceiro Reich em 1933 ou com a fundação do Partido Nazista em Munique após a Primeira Guerra Mundial, mas sim representaram o desfecho de uma conceção mais antiga, que remonta à ideia de uma Alemanha unificada e poderosa (Mazower, 2013). Essa trajetória começou com a unificação da Alemanha em 1871 e desenvolveu-se ao longo das décadas seguintes, marcada pelo nacionalismo, militarismo e a busca por um papel hegemónico na Europa.

A realidade é que o término da Primeira Guerra Mundial trouxe um desfecho inesperado e extremamente desfavorável para a Alemanha, onde muitos soldados alemães foram surpreendidos pelo armistício de 11 de novembro, conhecido como o Armistício de Compiègne, que foi ratificado antes que as forças aliadas francesas, britânicas e norte-americanas conseguissem penetrar no território alemão. Este armistício, que entrou em vigor às onze da manhã, assinalou o término do conflito que devastou a Europa durante a Grande Guerra (Horne, 2009). Até então, a situação parecia controlada para a Alemanha, especialmente após a derrota dos russos em 1917 com a assinatura do Tratado de Brest-Litovsk, que permitiu à Alemanha libertar-se do conflito na frente oriental e concentrar todos os seus esforços militares na frente ocidental.

No entanto, a entrada dos EUA na guerra, em 1917, mudou drasticamente o equilíbrio de forças, contando com a sua superioridade bélica e económica, combinada com o esforço contínuo da França e da Inglaterra, acabou por contribuir decisivamente para a derrota alemã. A Alemanha que inicialmente parecia ter a situação sob controlo, encontrou-se rapidamente sobrecarregada por este novo e poderoso adversário, cujos recursos e capacidade de mobilização eram superiores. Esta conjugação de fatores precipitou a rendição alemã, marcando o fim da guerra e deixando a Alemanha numa posição de grande vulnerabilidade e descontentamento interno (Couto, 2007).

O ano de 1918 marcou um período de significativa importância na história da Primeira Guerra Mundial, caracterizado por uma série de eventos determinantes que pavimentaram o caminho para o desfecho do conflito e a derrota inequívoca da Alemanha. O início deste ano

foi logo marcado pela intensificação das operações militares por parte dos Aliados, os quais lançaram uma série de ofensivas com o objetivo de romper as linhas defensivas alemãs e recuperar os territórios ocupados. Entre essas investidas, destacaram-se a Ofensiva de Primavera e a Ofensiva dos Cem Dias, cujo desdobramento foi crucial ao impor uma pressão significativa sobre as forças alemãs e ao minar gradualmente a sua capacidade de resistência, sendo que o resultado destas ofensivas não só desgastou as forças alemãs, como também esgotou os seus recursos estratégicos e logísticos, contribuindo decisivamente para o declínio da sua posição no campo de batalha (Marseille, 1996).

A nível interno da Alemanha, observou-se um recrudescimento da instabilidade política e social, caracterizado por uma efervescência de revoltas e contestações populares dirigidas ao próprio governo alemão. Este contexto de agitação foi agravado pelo esgotamento resultante da participação no conflito bélico, que arruinou a autoridade e a coesão do regime imperial vigente e, em novembro de 1918, perante o agravamento desses tumultos e da crescente pressão política, Kaiser Guilherme II, proeminente líder do império alemão, viu-se compelido a abdicar do trono. Esta renúncia para além de ter assinalado o ocaso da monarquia na Alemanha, marcou também o prelúdio de uma nova era, culminando no estabelecimento de uma república (Strachan, 2001).

Com o início do novo ano, a Alemanha foi confrontada com uma série de desafios e mudanças que tiveram impacto significativo na sua estrutura política, social e económica. Estes eventos, caracterizados pela assinatura do Tratado de Versalhes e pela subsequente fundação da República de Weimar, desencadearam um período de transição marcado por uma série de convulsões e consequências de largo alcance para o futuro do país. Logo no primeiro mês do ano, teve lugar a Conferência de Paris, onde os países vitoriosos enfrentaram o desafio hercúleo de reconfigurar a Europa para evitar futuras conflagrações. A conferência foi marcada pela apresentação dos Catorze Pontos de Wilson, um conjunto de princípios que o presidente dos EUA, Woodrow Wilson, havia delineado em janeiro do ano anterior, durante um discurso no Congresso, com o objetivo primordial de estabelecer uma paz duradoura e evitar a eclosão de futuros conflitos. Nesse discurso, Wilson defendeu a criação de um novo ordenamento internacional, baseado em princípios de transparência nas relações diplomáticas, liberdade de navegação e comércio, autodeterminação dos povos e a promoção de um sistema global mais democrático e justo, visando garantir a estabilidade e cooperação

entre as nações (Grant, 2014). O décimo quarto ponto, destacava a necessidade da criação de uma organização internacional, designada como *Société des Nations*<sup>2</sup>, que funcionaria como uma plataforma de diálogo para a resolução pacífica de disputas entre os países, garantindo assim que um conflito de proporções tão devastadoras, como a Grande Guerra, não se tornasse a repetir (Perdersen, 2015; Freitas, 2022). No entanto, apesar de promissora, a Sociedade das Nações foi concebida e liderada pelas potências vencedoras da guerra, que, naturalmente, beneficiariam das suas decisões, enquanto os Estados vencidos, incluindo a Alemanha, responsabilizada pela eclosão do conflito, foram inicialmente excluídos da organização<sup>3</sup>, perpetuando um ambiente de exclusão e dificultando a superação dos graves problemas que o próprio conflito lhes havia imposto.

Com o desfecho da Conferência de Paris, as deliberações dos líderes vitoriosos culminaram na formulação de um dos documentos mais paradigmáticos da história moderna: o Tratado de Versalhes, firmado a 28 de junho de 1919 no opulento Palácio de Versalhes. Este tratado procurava estabelecer os termos de paz entre as potências aliadas e a Alemanha, definindo uma nova ordem europeia e impondo a esta nação, uma série de sanções e condições rigorosas (Porto & Silva, 2019). Foi constituído por quatrocentos e quarenta artigos divididos em cinco capítulos, sendo estes o Pacto da Sociedade das Nações, Cláusulas de Segurança, Cláusulas Territoriais, Cláusulas Financeiras e Económicas e Cláusulas Diversas (Tratado de Versalhes, 1919). Essas imposições foram concebidas não apenas para desmantelar a capacidade militar e económica alemã, mas também para prevenir a eclosão de futuros conflitos e assegurar a subjugação permanente da Alemanha, configurando-se como um marco decisivo que redesenhou o mapa político da Europa e que teve consequências profundas e duradouras na geopolítica global.

Entre as numerosas disposições que compunham o tratado, algumas certamente destacam-se para o presente tópico abordado dada a sua severidade e impacto direto sobre a Alemanha, nomeadamente a cláusula 231, conhecida como a “Cláusula da Culpa de Guerra”, que atribuía à nação (bem como aos seus aliados), a responsabilidade exclusiva pelo desencadeamento e pelas consequências da guerra (Abdo, 2020), o que justificou e consolidou a base legal para a questão das reparações da Guerra que seriam pagas pela

---

<sup>2</sup> Em português é conhecida como Sociedade das Nações ou Liga das Nações.

<sup>3</sup> Somente em 1926, após negociações e melhorias nas suas relações internacionais, a Alemanha foi admitida como membro da SDN.

Alemanha e cujo o valor não se encontrava definido no Tratado<sup>4</sup> (Porto & Silva, 2019). Esta cláusula, além de ser um símbolo que humilhação nacional, alimentou um ressentimento profundo que se tornou um fator crucial no surgimento de movimentos extremistas e na instabilidade política de precedia a ascensão do nazismo.

A nível económico, a situação alemã deteriorou-se severamente no pós-guerra em que virtude das reparações impostas pelo tratado, exacerbaram a crise económica que já era vivida durante o decorrer do conflito. A hiperinflação descontrolada de 1923, afetou profundamente os setores das indústrias do carvão e do aço alemãs, que eram responsáveis pela cedência de grandes quantidades de carvão e coque à França, Itália e Bélgica. Além disso, as minas do Sarre e da Alta Silésia foram entregues à França e à Polónia e a Alemanha foi obrigada a dar preferência às importações e exportações dos países aliados vencedores. A nação acabou também por perder todas as suas colónias e teve de renunciar ao controle dos seus principais rios (Reno, Elba, Oder), que foram internacionalizados (Milza, 2007). Adicionalmente, em virtude do elevado número de mortes decorrentes do conflito, a falta de mão de obra disponível era evidente e os sindicatos de trabalhadores lograram negociar aumentos salariais em diversos setores e forçar as empresas a contratar além do necessário<sup>5</sup> (Abdo, 2020).

No âmbito das suas colónias, a Alemanha sofreu perdas significativas, incluindo a obrigação de restituição da Alsácia-Lorena à França, os territórios de Eupen e Malmédy à Bélgica e a região de Schleswig à Dinamarca (Anexo I). Além disso, cedeu uma parte significativa da Alta Silésia à Checoslováquia e transferiu porções da Pomerânia e da Prússia Ocidental à Polónia, assegurando aos polacos um acesso ao mar, através da criação do chamado "corredor polaco", que separava o território alemão em duas partes. Adicionalmente, foi forçada a renunciar a todas as suas possessões ultramarinas, beneficiando, assim, sobretudo a França e o Reino Unido, além de ficar obrigada a reconhecer a independência da Polónia e da Checoslováquia e a ser proibida de se unir à Áustria. (Porto & Silva, 2019).

---

<sup>4</sup> De acrescentar que o valor acabou por ser fixado em 1921, ultrapassando o valor de 132 biliões de marcos-ouro, que deveriam ser pagos num período de trinta anos (Milza, 2007).

<sup>5</sup> Importa salientar que, pouco antes, de 1850 a 1914, a Alemanha havia experienciado um notável milagre económico, que a colocou como uma das principais potências europeias no período que antecedeu à Primeira Guerra Mundial (Blainey, 2011).

A nível político e social, a cidade de Weimar substituiu Berlim como capital e como sede do parlamento, enquanto em várias regiões o comunismo ganhou força, encorajado Revolução Russa de 1917 que inspirou movimentos comunistas a nível mundial. No final de 1918, a cidade de Munique assumiu temporariamente o papel de capital da efémera República Socialista da Baviera, proclamada no contexto das revoluções que abalaram a Alemanha no pós-guerra, sendo uma tentativa de instaurar um regime socialista na Baviera, inspirado pelos ideais da Revolução Russa. Contudo, o governo revolucionário, liderado por socialistas e comunistas, foi de curta duração, sendo rapidamente deposto pelas forças conservadoras e paramilitares conhecidas como Freikorps, marcando assim o fim da experiência socialista na região. (Blainey, 2011).

Como se isso já não representasse um golpe severo, o Tratado de Versalhes impôs uma redução significativa ao poderio militar da Alemanha, estabelecendo um limite máximo de cem mil homens para o exército, dos quais apenas quatro mil poderiam ser oficiais, ao mesmo tempo que o serviço militar obrigatório foi abolido, desmantelando assim a capacidade de recrutamento em larga escala. Na marinha, o contingente foi reduzido para quinze mil homens e mil e quinhentos oficiais, limitando severamente a capacidade e o poder naval alemão. Além disso, todas as academias e instituições militares de formação e organizações paramilitares foram dissolvidas, de forma a prevenir qualquer reorganização militar independente. O território foi ainda proibido de possuir ou manter tanques, artilharia pesada e uma força aérea, sendo obrigado a entregar a sua frota de guerra aos Aliados, assegurando desta forma a completa desmilitarização e a vigilância estrita sobre futuras capacidades bélicas (Milza, 2007).

Os soldados que regressavam da guerra, muitos deles mutilados e desempregados, sentiam-se traídos pelo governo e desamparados, enquanto a hiperinflação tornava a fome numa realidade angustiante na sociedade alemã, já que os preços dos bens essenciais tinham aumentado drasticamente (Haffner, 2005). Conforme descrito por Haffner (2005), "viam-se mendigos por todo o lado e eram muitas as notícias de suicídios nos jornais. (...) Uma vez vi uma mulher de idade – talvez devesse dizer uma velha senhora – sentada num banco do parque e estranhamente rígida. (...) 'Morta', disse alguém. 'Morta de fome', afirmou outro" (p. 58).

O povo alemão, profundamente consciente de que a miséria e as dificuldades enfrentadas no quotidiano eram consequência direta das imposições e humilhações resultantes do Tratado de Versalhes, começou a nutrir um sentimento crescente de revolta. Esse descontentamento generalizado gerou um ambiente propício ao surgimento de movimentos e alianças políticas que souberam capitalizar a insatisfação popular, utilizando as críticas ao tratado como base para consolidar apoio. A percepção de injustiça e a busca por restaurar a dignidade nacional alimentaram o desejo de mudanças radicais, abrindo caminho para o fortalecimento de ideologias que prometiam revogar os termos do tratado e recuperar o prestígio perdido da Alemanha.

### 2.2.2. A queda da República de Weimar e o surgimento do Partido Nazista

A revolta da sociedade alemã não tardou a manifestar-se, com a República de Weimar, que havia obtido uma vitória significativa nas eleições de janeiro de 1919, alcançando 70% dos votos, a assistir a uma drástica diminuição do seu apoio que caiu para apenas 47,8% nas eleições de junho do ano seguinte, levando à constituição de um governo de direita que incluía ministros do Zentrum, DDP e DVP (Freitas, 2022). Nesse contexto, observou-se uma crescente polarização política: enquanto os conservadores de direita defendiam a restauração da monarquia, com os setores mais radicais a clamarem por uma ditadura, a esquerda criticava as reformas republicanas como insuficientes, com alguns grupos a advogarem pela instauração de um regime comunista. Esta polarização alimentou discursos perigosos para a jovem democracia alemã, com os nacionalistas a atribuírem a culpa pela derrota na guerra e pela crise subsequente aos democratas, judeus, liberais e movimentos de esquerda.

A severa crise económica enfrentada pela Alemanha, após a Primeira Guerra Mundial, causada em grande parte pela hiperinflação entre 1921 e 1923 e pelas pesadas reparações impostas pelo Tratado de Versalhes, colocou a República de Weimar numa situação de extrema fragilidade, estando sufocada por uma dívida de 200% do PIB. A situação ainda se agravou com a ocupação do Ruhr por tropas francesas no início do ano de 1923, o que levou o governo alemão a incentivar uma resistência pacífica, resultando numa crise inflacionária ainda mais intensa com a emissão descontrolada de papel-moeda (Hawes, 2019).

Para enfrentar a crise económica, o chanceler Stresemann decretou o estado de sítio em setembro de 1923, pondo fim à resistência pacífica. No ano seguinte, com o apoio de figuras como o Dr. Luther e o Dr. Schacht, foi criada uma nova moeda, o Rentenmark, cuja garantia não se baseava em reservas de metais preciosos, mas sim em hipotecas sobre a indústria e a agricultura alemãs. Paralelamente, foi implementado o Plano Dawes, que trouxe uma importante injeção de capitais estrangeiros, sobretudo vindo dos EUA, permitindo a recuperação da economia alemã, travando a inflação exponencial crescente (Freitas, 2022). No entanto, esta aparente estabilização económica manteve-se dependente do fluxo contínuo de investimento externo, refletindo a fragilidade estrutural da recuperação alemã, que apesar dos sinais de revitalização, permanecia vulnerável a crises futuras.

No plano político, a instabilidade da República de Weimar continuava a manifestar-se, com as eleições de 1924 a revelarem um aumento significativo dos votos tanto para o KPD como para o DNVP, enquanto o NSDAP, pela primeira vez, alcançou 6% do eleitorado. No entanto, com a estabilização económica, as eleições de dezembro de 1924 favoreceram o centro político, com o SPD a conquistar 26% dos votos. A eleição de Paul von Hindenburg em 1925 marcou uma viragem controversa, uma vez que, embora amplamente respeitado pelos conservadores e possuindo fortes ligações ao passado imperial, Hindenburg adotou uma postura relativamente neutra, recusando-se a apoiar abertamente os esforços para derrubar a república, gerando expectativas contraditórias quanto ao seu papel político futuro. O seu governo introduziu o "Sistema Presidencial", onde o presidente tinha poderes extraordinários, recorrendo frequentemente ao artigo 48º da Constituição para contornar o parlamento (Bendersky, 2014).

Nas relações internacionais, o Pacto de Locarno<sup>6</sup>, assinado no ano de 1925, foi crucial para melhorar as relações entre a Alemanha e os seus antigos inimigos, em particular com a França. Este pacto estabeleceu a inviolabilidade das fronteiras ocidentais da Alemanha, o que acabou por permitir a sua entrada país na SDN em 1926. Entre 1926 e 1929, durante a “Era Briand-Stresemann”, a França concentrava-se na manutenção da sua segurança em relação à Alemanha, justificando as pesadas reparações e o desarmamento, incluindo a ocupação da Renânia. No entanto, tanto Briand<sup>7</sup> como Stresemann estavam mais voltados para a

---

<sup>6</sup> Este pacto foi assinado por cinco países, sendo a Alemanha, França, Bélgica, Reino Unido e Itália. (Bendersky, 2014).

<sup>7</sup> Primeiro Ministro Francês.

promoção de uma política pacífica, visando melhorar as relações entre os antigos inimigos e facilitar o regresso da Alemanha à comunidade internacional (Bendersky, 2014). Este movimento diplomático parecia assegurar a segurança francesa, mas não estava preparado para enfrentar os impactos de uma iminente crise financeira, cujas consequências se revelariam desastrosas.

A economia alemã encontrava-se finalmente em fase de recuperação, em grande parte devido aos significativos investimentos estrangeiros, especialmente oriundos dos Estados Unidos, que contribuíram para a revitalização industrial e para o aumento do emprego. Contudo, em 1929, a Grande Depressão, desencadeada pelo Crash da Bolsa de Nova Iorque, teve impactos devastadores na economia mundial, com a Alemanha a ser um dos países mais afetados, uma vez que os bancos americanos retiraram os seus fundos que haviam sido canalizados para a reconstrução do país, destabilizando ainda mais a economia alemã, que, apesar de estar a experimentar um processo de recuperação, permanecia vulnerável a choques externos.

Em plena crise, o gabinete Brüning, o primeiro a operar sob o sistema presidencial do presidente Hindenburg, manifestou, em março de 1930, a sua disposição para colaborar com o parlamento, embora se considerasse acima das rivalidades políticas dos partidos. Brüning apresentou ao presidente uma proposta de revisão constitucional com traços autoritários, visando, de forma sucinta, restringir os poderes do Reichstag. Embora Hindenburg tenha rejeitado a proposta, um precedente foi estabelecido: a utilização do artigo 48.º da Constituição de Weimar, que permitia ao presidente governar por decreto em situações de emergência, sem a necessidade de aprovação do parlamento. O chanceler também reprimiu diversas liberdades e direitos, em especial a liberdade de imprensa, realizando ataques significativos à expressão, particularmente no que concerne a conteúdos de esquerda, sendo este gabinete responsável pelo início do processo de desmantelamento das liberdades democráticas. Para enfrentar a crise, Brüning orientou a sua política em direção à deflação, implementando cortes orçamentais, reduzindo salários, diminuindo subsídios e pensões, aumentando impostos e estabelecendo barreiras aduaneiras e restrições, ao mesmo tempo que favorecia os grandes proprietários e industriais; no entanto, não conseguiu conquistar o apoio destes para um regime republicano, alienando-se da população e permitindo o ressurgimento dos extremos que haviam sido minoritários nos últimos cinco anos. Brüning instituiu a

maioria das suas políticas utilizando o artigo 48.º da Constituição para declarar o estado de emergência, contornar o parlamento e forçar as medidas desejadas. O parlamento, por sua vez, acabou por suspender a vigência do estado de emergência, reiniciando o ciclo, o que se ocorresse em qualquer outra circunstância, tal governo teria sucumbido, mas, no contexto do sistema presidencial, em vez de pedir a demissão, Brüning conseguiu que o presidente convocasse novas eleições para setembro de 1930, uma decisão que se revelou desastrosa (Evan, 2019; Bendersky, 2014).

### 2.2.3. Ascensão do partido nazista ao poder e a sua ideologia

Com a crescente instabilidade política, económica e social, o ambiente tornou-se propício para o surgimento de partidos radicais. O NSDAP, embora existisse desde 1920, começou a ganhar notoriedade em meio à crise, capitalizando a desilusão generalizada e a polarização crescente na sociedade alemã, conforme descrito anteriormente. Em 1919, após a Primeira Guerra Mundial, Adolf Hitler, que havia servido como cabo no exército alemão na frente ocidental, retornou à vida civil profundamente impactado pela derrota da nação, sentindo-se traído pelos seus líderes, levando-o a unir-se a um pequeno grupo político bávaro, fundado no início desse mesmo ano, denominado DAP. Graças à sua oratória persuasiva e ao seu discurso articulado, Hitler rapidamente convenceu o grupo a abandonar a sua posição separatista, ao reconhecer que uma abordagem nacionalista mais abrangente poderia atrair um público maior, especialmente num contexto de forte ressentimento nacional após a Primeira Guerra Mundial. A ideia de unir os alemães em torno de uma identidade nacional, em vez de se concentrar em questões regionais ou separatistas, tornava-se cada vez mais apelativa. Assim, Hitler optou por adotar temas centrais que refletiam as ansiedades da época como a humilhação decorrente da guerra, o pangermanismo, o antissemitismo, o nacionalismo, a alegada superioridade da raça ariana<sup>8</sup> e a oposição ao comunismo, que era descrito como uma “conspiração judaico-bolchevique” e em fevereiro de 1920, o partido foi

---

<sup>8</sup> A ideologia nazista da superioridade da raça ariana promovia a crença de que os povos de ascendência germânica, considerados "arianos", eram uma raça superior. De acordo com essa visão, os arianos eram descritos como tendo características físicas específicas, como pele clara, cabelos loiros e olhos azuis, além de serem vistos como fortes e inteligentes. Essa idealização de características físicas foi usada pela propaganda nazista para criar um modelo de "pureza racial" (Evans, 2019).

rebatizado como Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei<sup>9</sup>, tendo no ano seguinte Hitler ascendido à presidência da organização, sucedendo Anton Drexler (Evans, 2019; Blainey, 2009).

Em 9 de novembro de 1923, o NSDAP tentou derrubar o governo da Baviera, o que resultou na prisão de Hitler. Apesar da frustração pelo insucesso do golpe, o episódio revelou-se um trunfo político para ele, permitindo consolidar a sua presença no debate público e se tornar numa figura amplamente discutida na Alemanha da época. Durante o período em que esteve preso, Hitler aproveitou para reformular as suas propostas para resolver os problemas da Alemanha, escrevendo o primeiro volume da sua obra *Mein Kampf*, na qual expôs de forma sistemática as suas ideias antissemitas e os princípios nacional-socialistas, que se tornaram num grande guia ideológico para o movimento nazista (Blainey, 2009; Evan, 2019).

Ao longo da década de 1920, o NSDAP permaneceu numa posição marginal na política alemã, obtendo apenas resultados modestos nas eleições para o Reichstag, muito aquém dos alcançados pelos socialistas e comunistas, pois a conjuntura económica finalmente parecia estar a melhorar durante esse período. A situação começou a mudar drasticamente com a crise económica de 1929, que teve um impacto devastador na Alemanha, mais acentuado do que em qualquer outro país europeu. Antes deste colapso económico, nas eleições de 1928, os nazistas estabeleceram uma aliança estratégica com o DNVP, partido associado à alta finança e liderado por Alfred Hugenberg. Apesar dessa coligação, o número de votantes do partido nazista não ultrapassou o milhão, resultando na conquista de apenas 12 assentos no Reichstag. A conjuntura alterou-se profundamente com a crise económica e social desencadeada pelo crash da bolsa de 1929, cujo impacto se refletiu nas eleições de setembro de 1930 quando o NSDAP registou um aumento significativo do seu eleitorado (Dawes, 2019; Bendersky, 2014; Blainey, 2009).

O crescimento do partido nazista pode ser atribuído, em parte, à sua capacidade de captar eleitores dos partidos tradicionais da direita, bem como dos partidos de esquerda, o NSDAP beneficiou do apoio da pequena burguesia, de setores industriais, de novos eleitores e de uma redução da abstenção. O clima de crise que prevalecia em 1930 levou também uma parcela significativa da classe operária, temendo pela segurança dos seus empregos, a apoiar os nazis como uma forma de proteção face à ameaça do movimento comunista. Outros segmentos que

---

<sup>9</sup> Em português “Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães.”

contribuíram para a expansão do eleitorado nazista incluíram funcionários públicos, ex-funcionários do Estado, e agricultores protestantes (Evans, 2019, Blainey, 2009). A mensagem do partido nazista, liderado por Adolf Hitler, foi amplamente percebida como um protesto eficaz contra os problemas profundos da Alemanha, oferecendo uma solução decisiva e centralizada. No parlamento, no entanto, as sessões tornaram-se cada vez mais desorganizadas e caóticas, e, por volta de 1931, a atividade parlamentar reduziu-se de forma acentuada, o que acabou por favorecer a concentração do poder nas mãos do presidente, do chanceler e do exército. O general Kurt von Schleicher, uma figura intrigante, desempenhou um papel importante nesse contexto, atuando como intermediário entre o círculo de confiança de Hindenburg e as lideranças militares, através do Departamento Ministerial<sup>10</sup>, criado para tratar dos assuntos políticos do exército (Evans, 2019).

Em 1932, o ano mais devastador da Grande Depressão na Europa, a Alemanha enfrentava uma crise económica sem precedentes, com uma taxa de desemprego a atingir os alarmantes 30%, enquanto a média dos países industrializados rondava os 20%. A produção industrial alemã sofreu uma queda acentuada, reduzindo-se a apenas 60% dos níveis de 1929, antes do colapso económico global. Nesse contexto de crise profunda e desespero generalizado, milhares de cidadãos alemães passaram a apoiar o NSDAP, que rapidamente cresceu, contando com mais de 200 mil membros, consolidando-se como o maior partido político da Alemanha (Blainey, 2009).

Nas eleições presidenciais desse mesmo ano, embora o Marechal Paul von Hindenburg tenha sido reeleito, Hitler obteve um resultado surpreendente, conquistando cerca de 18% do eleitorado alemão, um número expressivo para um partido outrora marginalizado. Pouco tempo depois, nas eleições parlamentares daquele mesmo ano, o NSDAP ultrapassou todas as restantes forças políticas, obtendo uma maioria significativa no Parlamento com 37% dos votos. Este ascendente eleitoral culminou, em janeiro de 1933, com o convite dirigido a Hitler para assumir o cargo de Chanceler, encarregando-se de formar um governo sob uma coligação de pequenos partidos de direita (Blainey, 2009; Evans, 2019). Nos meses subsequentes, em outubro de 1933, após a implementação de um conjunto de medidas políticas que transferiam todas as competências legislativas do Parlamento para o executivo,

---

<sup>10</sup> Departamento que desempenhou um papel crucial na influência política do exército durante a República de Weimar, contribuindo para o enfraquecimento das instituições democráticas e facilitando a ascensão de Hitler ao poder (Evans, 2019).

Hitler decretou o encerramento do Reichstag, dissolvendo a instituição parlamentar, um movimento que concentrava o poder absoluto nas mãos do executivo e que foi posteriormente ratificado por um plebiscito nacional, no qual 95,1% da população alemã expressou o seu apoio à decisão. A consolidação final do poder absoluto de Hitler ocorreu em agosto de 1934, após a morte do Presidente Hindenburg. Num referendo subsequente, Hitler foi eleito com cerca de 88% dos votos para um novo cargo, no qual acumulava as funções de Chanceler e Presidente, autodenominando-se Führer do povo alemão e estabelecendo, assim, um regime totalitário com poder ilimitado (Blainey, 2009).

Os principais problemas que afetavam a sociedade alemã no período pós-Primeira Guerra Mundial podem então ser analisados em dois contextos distintos, sendo que o primeiro refere-se à esfera política e económica, onde as duras imposições do Tratado de Versalhes, combinadas com as privações trazidas pela crise económica de 1929, geraram um clima de ansiedade e instabilidade, criando um cenário próximo ao caos e o segundo contexto que se encontra relacionado ao âmbito social, caracterizado pelo fortalecimento de um sentimento "revisionista" e pela expectativa de vingança face à humilhante derrota sofrida na Primeira Guerra Mundial. Nesse ambiente, o NSDAP soube capitalizar sobre esses anseios, através da exploração do orgulho nacional alemão e o ressentimento generalizado, sustentando a narrativa de que a Alemanha havia sido injustamente tratada em Versalhes, o que fez com que a sociedade alemã se mostrasse completamente receptiva a novas propostas políticas e económicas que prometessem restaurar a segurança, a ordem social e a prosperidade de outrora.

Como evidenciado, diante do cenário de colapso económico, crescente desemprego e profundas frustrações sociais vividos na Alemanha durante a década de vinte, o NSDAP emergiu como uma resposta aos anseios do povo alemão, através de uma retórica nacionalista, antisemita e anticomunista, permitindo ao partido captar a atenção e a confiança de um número crescente de cidadãos, que viam nas promessas do partido, uma esperança de restauração da grandeza perdida da Alemanha da crise. No entanto, para compreender verdadeiramente o sucesso do NSDAP, é crucial analisar os princípios ideológicos que sustentavam o partido, os quais iam muito além de uma simples retórica populista. A ideologia do partido foi formalmente consolidada no chamado “Programa dos 25 Pontos” (Anexo II), anunciado em 1920, que delineava os pilares fundamentais do

pensamento nazista, combinando o nacionalismo extremo, militarismo, racismo e autoritarismo, e servia como uma bússola para a atuação política do partido, guiando os seus objetivos de curto e longo prazo. Através do programa, o partido projetava uma nova visão de uma Alemanha revitalizada, racialmente homogênea e liderada por um poder centralizado e autoritário, utilizando a crise económica e social como um catalisador para a disseminação dos seus ideais e para a sua ascensão no panorama político.

O Programa dos 25 Pontos, publicado pela Casa Central de Publicações do NSDAP e traduzido pelo Dr. Robert Ley<sup>11</sup>, constitui a base para uma análise aprofundada da ideologia do partido nazista. Dos vinte e cinco pontos, forma selecionados onze, considerados os mais relevantes para delinear a essência da ideologia do partido, serve como base para a análise que se segue, tornando possível compreender a sua natureza ideológica, que se baseavam em princípios profundamente prejudiciais.

Ponto 1: “Exigimos a unificação de todos os alemães na Grande Alemanha com base no direito de autodeterminação dos povos.” Este primeiro ponto expõe, desde logo, um dos pilares centrais da ideologia do regime nazista, que se fundamenta num nacionalismo exacerbado, que exigia uma a unificação de todos os alemães numa “Grande Alemanha” (Grossdeutschland), com base no direito de autodeterminação, que se alicerçava no conceito de pangermanismo, que visava reunir todos os povos de origem alemã num só único Estado, promovendo a expansão territorial e justificando a política de Lebensraum (espaço vital), que mais tarde viria a legitimar a invasão de outros países.

Ponto 2: “Exigimos igualdade de direitos para o povo alemão em relação às outras nações; revogação dos tratados de paz de Versalhes e St. Germain.” O segundo ponto do Programa do NSDAP, era sem dúvida uma das exigências principais, que refletia o ressentimento generalizado na Alemanha pela humilhações impostas pelo Tratado Versalhes por parte Aliados após a Primeira Guerra Mundial, que resultou em limitações severas à capacidade militar da Alemanha, perdas territoriais significativas e a imposição de reparações de guerra exorbitantes e era percebido como um obstáculo ao ressurgimento da nação, sendo o término das reparações de guerra um elemento crucial para mobilizar o apoio popular. Além disso, a revogação dos tratados de paz estava intimamente ligada ao sentimento de traição, manifestado na noção de *dolkestoss* (punhalada pelas costas). Esta expressão referia-se à

---

<sup>11</sup> Retirado de: <https://avalon.law.yale.edu/imt/1708-ps.asp>. Consultado a 2 de junho de 2024.

crença de que a Alemanha tinha sido traída tanto por inimigos externos quanto por elementos internos, como socialistas e judeus, fomentando um ambiente de polarização social e política, no qual o NSDAP conseguiu capitalizar o descontentamento popular, posicionando-se como o defensor dos interesses da nação alemã (Blainey, 2009; Evans, 2019).

Ponto 4: “Apenas um membro da raça pode ser um cidadão. Um membro da raça só pode ser aquele que é de sangue alemão, sem consideração de credo. Conseqüentemente, nenhum judeu pode ser um membro da raça.” Neste ponto facilmente podemos enquadrar o racismo e a noção de superioridade da raça ariana, que excluía os judeus da cidadania alemã, uma política que mais tarde justificaria as políticas de segregação e extermínio racial, onde havia, em situações de necessidade, a consideração uma solução que implicasse a eliminação completa de grupos étnicos que desafiassem essa ordem estabelecida, sob as premissas do racismo e do imperialismo, estendendo ainda esse paradigma a indivíduos com deficiências graves, justificado sob uma ideologia discriminatória (Lara, 2017). Apenas aqueles de “sangue alemão” poderiam gozar dos direitos de cidadania, ditando assim, as bases da política antisemita do partido, que encarava os judeus como inimigos eternos.

Ponto 6: “O direito de determinar as questões relativas à administração e ao direito pertence apenas ao cidadão. Por isso exigimos que todos os cargos públicos, de qualquer tipo, no Reich, condado ou município, sejam preenchidos apenas pelos cidadãos.” Neste ponto fica expressa política de exclusão racial e nacionalista do partido garantindo que a governança do Estado estivesse exclusivamente nas mãos de alemães que fossem considerados “puros”, sublinhando a visão totalitária do partido, que promovia uma ordem hierárquica e racialmente pura, onde apenas os arianos teriam direito de exercer o poder.

Ponto 7: “Exigimos que o Estado se responsabilize por proporcionar sustento e modo de vida aos cidadãos. Se for impossível sustentar toda a população do Estado, os membros de nações estrangeiras (não-cidadãos) devem ser expulsos do Reich.” e ponto 8: “A imigração de não-cidadãos deve ser proibida. Exigimos que todos os não-alemães que imigraram para a Alemanha desde 2 de agosto de 1914 sejam imediatamente forçados a deixar o Reich.” O NSDAP, defendia que o Estado tinha a obrigação de assegurar a subsistência dos cidadãos alemães e, caso fosse impossível sustentar toda a população, os “não cidadãos” deveriam ser expulsos do país, reforçando a ideologia de exclusão e segregação racial, com o objetivo de promover a expulsão de estrangeiros e a limitação de direitos para não-alemães, como

consolidado no Ponto 8, que exigia a expulsão de todos os imigrantes não-alemães desde 1914.

Ponto 14 “Exigimos uma divisão dos lucros de todas as indústrias.” Outro aspeto importante da ideologia do regime nazista era a justiça social para os alemães, perfeitamente refletida neste ponto que articulava um ideal de justiça económica que pretendia atrair o apoio de classes trabalhadoras, ao propor reformas para melhorar as condições de vida dos cidadãos alemães, embora sempre dentro de uma ótica nacionalista e racista, que excluía judeus e outros grupos que fossem considerados indesejáveis.

Ponto 22: “Exigimos a abolição das tropas mercenárias e a formação de um exército nacional.” O militarismo era outra componente essencial da ideologia nazista, que exigia a abolição de tropas mercenárias e a formação de um exército nacional de forma a refletir o desejo de reconstruir o poderio militar na Alemanha, revogando as limitações importas pelo Tratado de Versalhes. Este ponto era visto como um pilar para restaurar a Alemanha da ideia de autossuficiência e fortalecimento militar do Estado alemão, algo que Hitler implementaria após chegar ao poder, preparando o terreno para futuras expansões territoriais e conflitos.

Ponto 23: “Exigimos oposição legal às mentiras conhecidas e à sua promulgação através da imprensa.” Este ponto exige uma oposição ativa às “mentiras” disseminadas pela imprensa, especialmente aquelas que criticavam a ideologia nazista ou questionavam os seus métodos, esta oposição é feita através de censura e controlo da informação, onde apenas alemães é que poderiam trabalhar na imprensa e as publicações que fossem estrangeiras, seriam submetidas à supervisão estatal. Este controlo sobre a informação era vital para a difusão de propaganda nazista e para a eliminação de vozes dissidentes, tornando a imprensa propriedade exclusivamente alemã, sem influência de judeus ou estrangeiros.

Ponto 24: “Exigimos a liberdade de religião para todas as denominações religiosas dentro do Estado, desde que não ponham em perigo a sua existência ou se oponham aos princípios morais da raça germânica.” Embora o NSDAP apoiasse a liberdade de religião, essa religião estava condicionada ao fato de que as religiões não colocassem em risco os “princípios morais da raça germânica”, ou seja, a ideologia nazista continha uma visão particular do cristianismo, defendendo um “cristianismo positivo”, sem ligações a denominações específicas, mas combatendo com o “espírito judaico-materialista”. Esta instrumentalização da religião tinha como objetivo consolidar a moral e a unidade dentro do

regime, tendo presente a ideia de que o nacionalismo alemão deveria prevalecer sobre qualquer influência religiosa contrária à moral ariana.

Ponto 25: “Exigimos a criação de um poder central forte no Reich, com autoridade ilimitada no parlamento central sobre todo o Reich e as suas organizações em geral.” O último ponto do programa político do NSDAP, exigia a criação de um poder central forte, com autoridade absoluta sobre o Reich e sobre as suas instituições. Esta concentração de poder no executivo era essencial para a implementação do regime totalitário que Hitler viria a consolidar, eliminando qualquer possível fragmentação de poder e garantiria a supremacia do NSDAP na liderança do país, visão esta que se materializaria na figura de Hitler como Führer da Alemanha.

Os pontos centrais do programa político do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) revelam uma ideologia complexa, enraizada em valores nacionalistas extremos, racismo científico, militarismo e autoritarismo total. Este programa apresentava uma conceção de reorganização completa da sociedade alemã, que idealizava a supremacia da "raça ariana" e promovia a exclusão e eliminação de grupos tidos como “indesejáveis”, nomeadamente os judeus, minorias étnicas e opositores políticos.

Do ponto de vista teórico, o nazismo enquadra-se então numa ideologia de extrema-direita, onde o nacionalismo exacerbado e o anticomunismo coexistem com uma visão hierarquizada da sociedade, sustentada pela crença numa ordem racial superior. Este enquadramento foi potencializado pela figura carismática de Adolf Hitler, que desempenhou um papel central na mobilização das massas e na construção de uma coesão social baseada no ódio ao “outro”. Além disso, as políticas de segregação e perseguição encetadas pelo NSDAP evidenciam a natureza totalitária do regime, cuja ambição era o controlo absoluto sobre todas as esferas da vida pública e privada, assemelhando-se a traços populistas de direita, onde a construção de um inimigo comum funciona como alicerce para a manutenção de um “povo puro” e da ordem social. Neste sentido, a criação de um “inimigo” interno ou externo serviu como autêntico instrumento fundamental para a centralização do poder e a justificação de uma repressão intensa, uma estratégia partilhada por regimes autoritários que manipulam crises e divisões sociais em prol dos seus objetivos de expansão e hegemonia (Lara, 2017).

#### 2.2.4. Da Discriminação ao Genocídio: A Intensificação do Extermínio de Minorias no Contexto da Segunda Guerra Mundial

A 1 de setembro de 1939, com a invasão da Polónia pela Alemanha, deu-se o início oficial da Segunda Guerra Mundial, um evento que assinalou uma nova fase nas políticas de perseguição do regime nazista. Nos primeiros anos de guerra, a Alemanha registou um sucesso inicial significativo, conquistando rapidamente diversos territórios na Europa, o que ampliou consideravelmente o controlo do Terceiro Reich e possibilitou a implementação das suas políticas antijudaicas e de extermínio (Evans, 2020; Mazower, 2013), conferindo ao regime uma confiança sem precedentes, refletida numa escalada da brutalidade que permitiu a execução de políticas genocidas sob a fachada de administração e controle.

Antes da ocupação, o Terceiro Reich não dispunha de um plano específico para lidar com a vasta população judaica polaca, que ultrapassava os três milhões, nem com outras minorias, como ciganos, homossexuais e pessoas com deficiências. No entanto, a rápida ocupação da Polónia levou à implementação imediata de políticas de guetização<sup>12</sup>, concebidas como uma solução temporária para controlar e segregar esses grupos. Esta abordagem representou uma escalada significativa em relação às políticas pré-guerra, que se concentravam, predominantemente, em incentivar a emigração dos judeus do Reich, apoiadas por legislações como as Leis de Nurembergue, promulgadas em 1935, que desumanizavam e excluíaam os judeus da sociedade. A Lei da Restauração do Serviço Público Nacional, de abril de 1933, contribuiu para a “purificação” do sistema judicial, através da expulsão juízes de origem judaica e estabelecendo um claro aviso aos restantes magistrados sobre a nova ordem imposta pelo regime (Kershaw, 2015; Evans, 2020; Mazower, 2013).

Nos primeiros meses da ocupação, milhões de pessoas foram forçadas a viver em guetos superlotados, onde a fome, as doenças e a falta de saneamento resultaram em milhares de mortes. As intenções iniciais do regime em relação a estas minorias estavam centradas na ideia de deportação para locais remotos, como a ilha de Madagáscar ou regiões orientais da Europa, incluindo a Sibéria, mas à medida que o conflito se intensificava e as complexidades logísticas se tornavam evidentes, as soluções revelaram-se inviáveis (Longerich, 2010).

---

<sup>12</sup> A política de guetização envolvia a criação de áreas fechadas, frequentemente cercadas por muros ou cercas (Mazower, 2013).

Com o aumento da intensidade do conflito, as medidas de segregação e repressão foram igualmente acentuadas, levando a uma transição para políticas de extermínio sistemático, que viriam a ser conhecidas como a "Solução Final". Este plano, que implicava o extermínio deliberado de todas as comunidades judaicas e outras minorias na Europa, foi formalizado em 1941 e envolvia deportação em massa para campos de extermínio como Auschwitz-Birkenau, Treblinka e Sobibor (Evans, 2020; Kershaw, 2015). A brutalidade das ações nazistas não pode ser entendida apenas como uma consequência da guerra, mas sim como uma culminação de ideais de superioridade racial profundamente enraizados que permeavam a sociedade alemã e que foram ganhando força ao longo dos anos a partir do momento em que o regime subiu ao poder.

Na Polónia ocupada, a criação de guetos constituiu um passo crucial nesta transição, pois embora concebidos inicialmente como soluções de controle temporário, esses guetos tornaram-se instrumentos eficientes na concentração de populações, facilitando a sua posterior deportação para campos de extermínio. À medida que a guerra progredia e os nazistas se expandiam pela Europa Oriental, milhões de pessoas de grupos indesejados ficaram sob o controlo do Terceiro Reich, e as estratégias, que antes se limitavam a uma segregação espacial, evoluíram para um plano logístico e militar orientado para o genocídio em larga escala (Mazower, 2013).

Em 1941, após o fracasso dos planos de deportação para áreas remotas e com o agravamento do conflito, os nazistas passaram a adotar uma abordagem de extermínio em massa. Este processo foi formalizado na Conferência de Wannsee, realizada em janeiro de 1942, onde altos oficiais nazistas, sob a liderança de Reinhard Heydrich, organizaram a implementação da "Solução Final", planeando o extermínio sistemático e coordenado de todos os judeus e outras minorias europeias (Kershaw, 2015; Evans, 2020; Longerich, 2010). A criação de campos de extermínio e a coordenação de transportes para esses locais refletem como a guerra funcionou como um catalisador, permitindo ao regime nazista organizar e executar esta operação genocida de forma ainda mais eficiente e letal, convertendo o isolamento e a discriminação pré-guerra numa autêntica política de aniquilação total.

### 2.3. Síntese capitular

O presente capítulo examinou o contexto histórico que deu origem e à ascensão do nazismo na Alemanha, situando o leitor nos principais eventos e fatores que culminaram na chegada de Adolf Hitler ao poder, começando por descrever as repercussões da Primeira Guerra Mundial e a assinatura do Tratado de Versalhes, que impôs condições severas à Alemanha, resultando em consequências desastrosas na economia, política e para a sociedade alemã, gerando um profundo ressentimento em relação à forma como a República de Weimar lidava com essas exigências. A humilhação nacional, as reparações financeiras e a redução drástica da capacidade militar alimentaram o ressentimento popular, criando um ambiente propício para o fortalecimento de movimentos extremistas.

Outro ponto crucial abordado neste capítulo foi o impacto da crise económica de 1929, desencadeada pelo Crash da Bolsa de Nova Iorque, que exacerbou ainda mais a frágil situação alemã, onde a crise havia provocado um aumento dramático do desemprego, a falência de diversas empresas e a queda generalizada na produção industrial, levando a população a perder a confiança no governo da República de Weimar. Este cenário de crise económica e social foi explorado pelo NSDAP, que, ao longo do tempo cresceu significativamente, capitalizando o descontentamento geral, através de uma retórica populista que prometia restaurar a grandeza da Alemanha. Embora tenha inicialmente obtido pouco sucesso nas eleições, a crise económica e social de 1929 permitiu-lhe expandir a sua base eleitoral, tornando-se o maior partido político da Alemanha. Este crescimento, aliado a todo o caos interno do país, precipitou a queda da República de Weimar e abriu caminho para a ascensão do nazismo ao poder.

O capítulo aborda também a análise de poder de Hitler, detalhando como as suas estratégias políticas, em conjunto com a frustração social, culminaram na sua nomeação como chanceler em 1933 e, posteriormente, na sua ascensão à liderança absoluta, com o estabelecimento de um regime totalitário. Este percurso foi facilitado pela crescente desilusão com o sistema democrático e pela esperança num governo forte, capaz de restaurar o orgulho e a prosperidade da nação. A liderança carismática de Adolf Hitler juntamente com a sua habilidade para mobilizar as massas, o uso eficiente da propaganda e o recurso à violência, asseguraram ao partido nazista um papel central no cenário político alemão. O NSDAP

consolidou a sua ideologia no "Programa dos 25 Pontos", programa ideológico este que serviu de base para a futura expansão militarista e a perseguição racial que definiriam o Terceiro Reich, defendendo a unificação dos alemães, a revogação do Tratados de Versalhes e a exclusão de judeus e estrangeiros, entre outras medidas autoritárias.

A análise da transição da discriminação para o genocídio é igualmente fundamental, traçando a evolução das políticas nazistas em relação às minorias, especialmente os judeus, desde o início da Segunda Guerra Mundial até à implementação da "Solução Final". A invasão da Polónia a 1 de setembro de 1939 não deu apenas início ao conflito, mas também desencadeou uma nova fase nas políticas de perseguição, à medida que a Alemanha nazista expandia o seu controlo sobre vastos territórios europeus. O sucesso militar inicial da Alemanha proporcionou ao regime uma confiança crescente, permitindo-lhe implementar medidas cada vez mais brutais, entre as quais se destacaram as políticas de guetização que foram rapidamente adotadas como resposta à ocupação e que se transformaram de uma solução temporária, para um método eficaz de segregação e controle da população judaica. Paralelamente, a legislação antisemita, como as Leis de Nurembergue de 1935, estabeleceu as bases para a desumanização e exclusão social dos judeus, enquanto as condições de vida nos guetos resultaram em alta mortalidade.

À medida que a guerra progredia, as intenções de deportação evoluíram para a implementação de um plano de extermínio sistemático, que ficou conhecido como a "Solução Final", sendo formalizado na Conferência de Wannsee em janeiro de 1942. Esta estratégia refletiu a determinação dos líderes nazistas em executar uma política genocida, com deportações em massa para campos de extermínio como Auschwitz-Birkenau, Treblinka e Sobibor. A brutalidade e a eficiência dessas operações revelam não apenas a natureza do regime, mas também a ideologia de desumanização que o sustentava, destacando a importância de compreender os mecanismos históricos e sociais que possibilitaram a ascensão e a implementação de políticas genocidas. A transição de uma discriminação inicial para um extermínio sistemático não ocorreu de forma abrupta, mas foi o resultado de uma acumulação de ideologias profundamente enraizadas na sociedade alemã, que legitimavam a violência e a exclusão.

É também plausível concluir que, caso não tivesse ocorrido a Grande Depressão de 1929, Hitler e o NSDAP teriam provavelmente permanecido numa posição secundária na política

alemã, já que, antes da crise, a Alemanha começava a recuperar dos efeitos devastadores da Primeira Guerra Mundial, com melhorias significativas na economia, estabilidade política crescente e uma gradual restauração da confiança no sistema democrático da República de Weimar. No entanto, a Grande Depressão inverteu esse processo de recuperação, trazendo uma nova onda de instabilidade, desemprego em massa e falências, tornando a crise económica global num catalisador que exacerbou o descontentamento popular e a instabilidade política, criando o ambiente ideal para que o NSDAP capitalizasse o medo e a insatisfação generalizada.

## Capítulo 3: O fenómeno do Terrorismo

### 3.1 Introdução

O terrorismo, enquanto conceito, fenómeno e estratégia, tem evoluído ao longo da história, adquirindo novas formas e significados à medida que as sociedades se transformam. Atualmente, é considerado uma das principais ameaças à paz e segurança internacionais, causando não apenas danos físicos, mas também gerando um medo generalizado, desordem social e insegurança política. Esta complexidade reflete a diversidade de motivações ideológicas, políticas e religiosas que subjazem aos atos terroristas, tornando a compreensão do que constitui terrorismo uma questão multifacetada.

Definir o terrorismo de forma consensual apresenta-se como um desafio significativo, uma vez que o termo é frequentemente utilizado de maneira subjetiva e varia conforme os contextos políticos, culturais e jurídicos. Por um lado, a falta de consenso sobre a definição de terrorismo dificulta não apenas o entendimento académico, mas também a formulação de políticas eficazes de combate a essa forma de violência, por outro, a multiplicidade de tipos de terrorismo, que manifesta características distintas, revela as complexidades inerentes ao fenómeno, exigindo uma análise cuidadosa das suas diferentes manifestações.

A evolução do terrorismo ao longo do tempo, segundo Rapoport, é marcada por diferentes vagas, cada uma caracterizada por transformações nas suas motivações, estratégias e alvos. A atual "Quarta Vaga", dominada por ideologias religiosas e políticas, apresenta novos desafios à segurança global, exigindo respostas multifacetadas que considerem as raízes ideológicas e os fatores políticos que alimentam estas formas de violência. Exemplos contemporâneos, como os perpetrados pela Al-Qaeda sob a liderança de Osama bin Laden, ilustram a capacidade de adaptação e resiliência das organizações terroristas, que continuam a perpetrar atos devastadores, mesmo diante de intensas campanhas de combate ao terrorismo. A coleta de dados sobre atos terroristas, tal como realizada pela GTD da Universidade de Maryland, evidencia a persistência desse fenómeno, que transcende um único contexto ou região. Países como o Iraque, o Afeganistão, a Nigéria e a Síria enfrentam desafios contínuos relacionados ao terrorismo que comprometem a estabilidade interna e o desenvolvimento social. Este panorama revela que o terrorismo é uma questão complexa,

interligada a diversos fatores, incluindo tensões sociais e políticas, e que sua análise requer uma abordagem integrada.

Neste capítulo, propõe-se explorar as principais definições do conceito de terrorismo e analisar diferentes tipologias que o circundam, oferecendo um panorama geral que contribuirá para a resposta inicial da presente dissertação. Ao compreender os matizes e complexidades do terrorismo, será possível avaliar as suas manifestações e implicações na sociedade contemporânea, além de refletir sobre as condições que poderão ter contribuído para a ascensão de formas extremas de violência política ao longo da história.

### 3.2. O fenómeno terrorista: definições, tipos e evolução

Definir o conceito de terrorismo revela-se uma tarefa complexa, embora o primeiro registo do termo remonte a 1789, aquando a Revolução Francesa. Esta complexidade decorre, em grande medida, do facto de o terrorismo ser um conceito controverso, cujas dimensões políticas, jurídicas e sociais estão em constante mutação. Para iniciar uma reflexão sobre o este fenómeno, é necessário partir de premissas axiomáticas, reconhecendo que o terrorismo pode ser entendido como uma forma de manifestação política, essencialmente instrumental, ou seja, um meio utilizado para alcançar determinados fins. Esta perspetiva de que o terrorismo é intrinsecamente um ato político reforça a noção de que se trata de uma forma de ação que, principalmente através de atos violentos, visa provocar o medo no maior número possível de pessoas. Tal compreensão é crucial para analisarmos as motivações, as táticas e as consequências do terrorismo, permitindo explorar as suas várias facetas e a forma como se manifesta ao longo da história (Lara, 2017).

Neste contexto, é relevante considerar as definições instituídas, com o Conselho de Segurança da ONU, na sua Resolução n.º S/RES/1556, a descrever o terrorismo como:

“Atos criminosos, incluindo contra civis, cometidos com a intenção de causar a morte ou danos corporais sérios, ou fazer reféns, com o propósito de provocar um estado de terror no público, em geral, ou num grupo de pessoas ou determinadas pessoas, intimidar a população ou obrigar um governo ou uma organização internacional a agir ou a abster-se de agir.” (2004, p.2)

Esta definição, embora extensa e abrangente, destaca que o terrorismo é fundamentalmente constituído por um conjunto de ações criminosas cujo objetivo é incutir terror na sociedade, desestabilizando o público ou grupos específicos, a fim de influenciar comportamentos governamentais ou internacionais. A ONU sintetiza o terrorismo como uma estratégia de medo, deliberadamente utilizada para intimidar e coagir, a população, governos e instituições, servindo de meio para alcançar fins políticos, ideológicos ou religiosos. Complementarmente, esta definição evidencia a natureza intencional dos atos terroristas, sublinhando que o seu impacto não reside apenas nas vítimas diretas, mas na amplificação do medo no seio da sociedade como um todo, tornando-se numa ameaça global à paz e à segurança, que visa minar a ordem pública e a estabilidade institucional.

Em 2016, Matos define o ato de terrorismo como uma estratégia que utiliza a violência ou a ameaça de violência seletivamente ou indiscriminadamente contra alvos humanos, ou não, incluindo infraestruturas críticas, com o objetivo de criar um ambiente de medo e insegurança, afetando não só as vítimas diretas, como também aqueles que observam os atos terroristas, coagindo governos, organizações e indivíduos e influenciando a opinião pública para atingir objetivos políticos, ideológicos, etno-separatistas, criminais ou religiosos (Matos, 2016, p. 250). Na definição conseguida por Matos, é sublinhada a natureza multifacetada do terrorismo, que vai além dos danos infligidos diretamente às vítimas; segundo esta perspetiva, pretende igualmente impactar aqueles que testemunham os atos violentos, alargando o seu impacto ao criar um clima generalizado de medo e insegurança.

A violência ou a ameaça de violência são empregadas de forma estratégica, quer de modo seletivo, quer de modo indiscriminado, abrangendo alvos humanos e materiais, como infraestruturas críticas, com o objetivo central é coagir governos e organizações, influenciar a opinião pública e, assim, alcançar propósitos políticos, ideológicos, separatistas ou religiosos. É uma definição do fenómeno terrorista que não se limita a um único tipo de motivação, sendo utilizado como um instrumento de pressão em diversos contextos, sociais, políticos e culturais, para manipular e impor uma agenda através do terror psicológico e físico (Bakker, 2015).

Seja qual for a definição adotada para o fenómeno do terrorismo, é lamentável constatar que não existe um único dia em que “extremistas” ou “terroristas” não tenham causado mortes ou ferimentos na população. A GTD, da Universidade de Maryland, é uma das poucas

bases de dados que recolhe informações sobre terrorismo de forma intencional, registrando dezenas de milhares de atos, definidos como atos intencionais de violência ou ameaça por um ator não estatal, que cumpre dois dos três critérios (Bakker, 2015, p.20).

1. O ato violento tinha como objetivo um propósito político, económico, religioso ou social.
2. O ato violento incluiu provas de que pretendia coagir, intimidar ou transmitir uma mensagem a um público mais amplo que não as vítimas imediatas.
3. O ato violento não se enquadrava nos preceitos do Direito Internacional Humanitário.

Não obstante, nem todas as regiões são igualmente afetadas pelo fenómeno, pois este constitui uma ameaça estratégica num número limitado de países que desafia a ordem política e social com severidade, destacando-se entre os países mais atingidos nos últimos anos, o Iraque, Paquistão, Afeganistão, Índia, Filipinas, Tailândia, Nigéria, Iémen, Síria, Somália e Egito (Bakker, 2015). Estes países enfrentam desafios contínuos na luta contra o terrorismo, os quais comprometem tanto a sua estabilidade interna quanto o desenvolvimento económico e social, sendo que o prolongamento destes conflitos agrava ainda mais as condições de vida das populações, exacerbando a insegurança e perpetuando ciclos de violência.

Os termos utilizados para definir o fenómeno do terrorismo e descrever os ataques perpetrados por grupos terroristas, variam consoante diversos fatores, como perspectivas políticas, as línguas, as culturas; inclusive o uso contemporâneo do termo “terrorismo” é significativamente distinto da maneira como se descrevia a violência política e grupos associados em épocas anteriores.

Vários atos de violência que, nos dias de hoje, seriam indubitavelmente classificados como terrorismo não eram rotulados dessa forma na época em que ocorreram. Um exemplo notável é o assassinato de William McKinley, o 25.º presidente dos Estados Unidos, em 1901, durante uma aparição pública na cidade de Buffalo, onde Leon Czolgosz, um anarquista convicto, disparou duas vezes contra McKinley. Embora inicialmente tenha demonstrado sinais de recuperação após o atentado, o presidente McKinley acabou por falecer devido a complicações relacionadas com a infeção das feridas infligidas por Czolgosz. Na sequência do ataque, os jornais da época divulgaram a notícia e empregaram uma variedade de terminologias para descrever o ocorrido, evidenciando a sua relutância em rotular o ato como

terrorismo, como foi o exemplo do jornal *Philadelphia Record*, que se limitou a relatar que McKinley tinha sido atingido por um anarquista, sem fazer qualquer referência aos termos “terrorismo” ou “terrorista” (Bakker, 2015). Este evento teve um impacto significativo não apenas na política americana da época, mas também na forma como a sociedade percebia a violência política, moldando a narrativa pública e a resposta da comunidade em relação a atos de extremismo. Este episódio ilustra como, em diferentes contextos históricos, foram utilizados termos distintos para caracterizar atos de violência política realizados por atores não estatais. Além disso, a abordagem como os meios de comunicação abordaram o incidente pode ter impactado a maneira como a sociedade percebia a violência política; ao evitar o uso de termos que hoje associaríamos diretamente ao terrorismo, os jornais contribuíram para uma narrativa que minimizava o ato e, conseqüentemente, as suas implicações. Esta abordagem revela uma tendência histórica de rotular a violência política de maneiras que muitas vezes dependem do contexto e das ideologias em jogo.

A ausência de uma terminologia adequada para descrever o que realmente ocorreu impede uma análise mais profunda das motivações e conseqüências do ato, tanto no contexto imediato como a longo prazo. O fato de que o assassinato de um líder nacional por um indivíduo motivado por ideologias extremas não ter sido classificado como terrorismo levanta questões sobre a forma como a sociedade, na sua totalidade, interpreta e responde a atos de violência (Matos, 2016) Esta interpretação pode ter conseqüências duradouras sobre a forma como esses eventos são lembrados e discutidos nas gerações futuras, assim como sobre a legislação e as políticas relacionadas à segurança pública e ao combate ao extremismo.

A variedade de terminologias utilizadas para descrever atos de violência apresenta outros exemplos significativos, como o conceito de “combatente de liberdade”, frequentemente associado ao anticolonialismo e à resistência de regimes opressivos. Embora as autoridades por vezes rotulassem esses combatentes como “terroristas”, a população muitas vezes via-os como heróis que lutavam contra a opressão, tal como observou o historiador Walter Laqueur "o terrorista de um homem é o combatente da liberdade de outro" (1987, p.7). Esta afirmação, amplamente reconhecida, ilustra como a interpretação de um ato de violência pode variar consoante a perspectiva do observador, uma vez que o que é visto como terrorismo por um grupo pode ser encarado como uma luta legítima pela liberdade por outro, revelando assim

as complexidades e as particularidades envolvidas na rotulagem de atores não estatais. Esta dualidade na percepção destaca a importância do contexto político e social, bem como das ideologias subjacentes, na maneira como a sociedade classifica e responde a esses atos. Um exemplo claro desta dinâmica é a figura de Mohandas Gandhi, cuja abordagem de desobediência civil foi inicialmente encarada pelas autoridades britânicas como uma ameaça, levando o jornal *Dundee Courier*, em 1922, a retratar Gandhi e os seus seguidores como um “gangue de terroristas”, utilizando expressões como “ansiedade séria”, “violência aberta” e “assassinato de britânicos” para descrever os seus atos. Tal cobertura mediática não apenas denotava uma falta de reconhecimento do caráter não-violento da luta de Gandhi, mas também evidenciava o modo como os meios de comunicação moldavam a percepção pública acerca de movimentos de resistência. A visão distorcida que o *Dundee Courier* apresentava contrasta fortemente com a maneira como Gandhi é visto atualmente, sendo reconhecido como um dos maiores líderes não violentos da história e comparado a outros ícones dos direitos civis, como Martin Luther King e Nelson Mandela. Este contraste ressalta a influência que a terminologia utilizada e a narrativa mediática podem ter na construção da memória histórica e na interpretação de figuras e movimentos que desafiam a ordem estabelecida (Bakker, 2015).

A interpretação do fenómeno do terrorismo e das suas consequências tem evoluído ao longo do tempo. Enquanto alguns anarquistas se orgulhavam de se autoidentificar como terroristas, os militantes da Onda Anticolonial viam-se como lutadores pela liberdade e rejeitavam a classificação de “terrorista”. Esta dualidade leva à conclusão de que a definição de terrorismo é, em grande medida, subjetiva, pois, de um lado, as vítimas de um ataque tendem a perceber o ato como um terrorismo injustificável, enquanto, do outro, os perpetradores consideram as suas ações legítimas dentro dos seus próprios princípios e valores, ou até mesmo entendem-nas como parte de uma luta defensiva contra a opressão ou a agressão.

A compreensão do fenómeno do terrorismo, apesar da extensa investigação e discussão académica e política, continua a enfrentar desafios significativos na busca por uma definição consensual e funcional. Embora existam várias razões que contribuem para a ausência de uma definição amplamente aceite, Schmid (2004) destaca quatro principais fatores que elucidam essa questão. Em primeiro lugar, o terrorismo é um conceito contestável, o que

implica que a sua interpretação e definição variam de acordo com os diferentes contextos políticos, legais, sociais e culturais. Um exemplo que reflete esta controvérsia é a figura de Yasser Arafat, líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que, enquanto foi laureado com o Prémio Nobel da Paz em 1994, teve a sua organização classificada como terrorista por Israel e pelos EUA até 1991. Outro exemplo é o caso de Abdullah Öcalan, líder do PKK, que, embora seja rotulado como terrorista na Turquia, é considerado um herói por muitos curdos que o veem um lutador pela liberdade (Bakker, 2015).

Em segundo lugar, existe uma (des)legitimação e criminalização de certos atos, uma vez que a forma como se define o terrorismo pode influenciar a perceção da sua legitimidade moral e jurídica. Quando um grupo é rotulado como terrorista, geralmente implica que as suas ações são consideradas ilegítimas, o que pode resultar em sanções e respostas militares. Em contraste, a mesma ação pode ser interpretada como uma luta pela liberdade se o grupo for encarado sobre outra perspetiva. Um exemplo que enfatiza este ponto é o Hezbollah, classificado como uma organização terrorista por muitos países, incluindo os Estados Unidos e na própria UE, devido às suas ações violentas e ao envolvimento em conflitos. Em contrapartida, este grupo é visto como um movimento de resistência por outros, especialmente no Líbano e em partes do mundo árabe (Bakker 2015). Outro caso relevante é o do grupo ETA na Espanha, que lutou pela independência do País Basco e, embora tenha sido considerado um grupo terrorista pelo governo espanhol e pela comunidade internacional, muitos bascos o viam como um defensor dos direitos do seu povo.

Em terceiro lugar, surge uma nova complicação devido à diversidade de formas e manifestações de terrorismo, podendo ser identificadas sete diferentes vertentes ideológicas do terrorismo. A Europol identifica cinco principais vertentes ideológicas de terrorismo, entre elas: o terrorismo motivado por crenças religiosas, o terrorismo de cariz etno-nacionalista e separatista, o terrorismo de esquerda e anarquista, o terrorismo de extrema-direita, e o terrorismo centrado em causas específicas. Além disso, pode-se ainda considerar uma sexta categoria, que envolve ataques realizados por grupos ou indivíduos cujas motivações políticas são difusas. Por último, uma vertente adicional e sensível seria o terrorismo de Estado, também conhecido como terrorismo praticado por regimes (Bakker, 2015).

O terrorismo religioso é exemplificado pelo grupo Al-Qaeda, que fundamenta as suas ações violentas numa interpretação extremista do Islão, como se demonstrou nos ataques de 11 de setembro de 2001. No âmbito etno-nacionalista, o ETA, que lutou pela independência do País Basco, recorreu à violência contra o governo espanhol para promover a sua agenda separatista. O terrorismo de esquerda e anarquista teve uma expressão notória nas Brigadas Vermelhas, um grupo italiano que, entre as décadas de 1970 e 1980, procurou dismantlar o sistema capitalista. Relativamente ao terrorismo de extrema-direita, destaca-se o ataque de 2011 na Noruega, perpetrado por Anders Breivik, cujo extremismo nacionalista e supremacista branca o motivou a realizar os atentados. Por outro lado, o terrorismo centrado em causas específicas é ilustrado pelo ELF, um grupo que utilizou a destruição de propriedade para chamar a atenção para questões ambientais. No que diz respeito à sexta categoria, que abrange ataques com motivações políticas pouco claras, esta pode ser observada em alguns atiradores em massa nos EUA, cujas ideologias frequentemente carecem de um propósito político definido. Finalmente, o terrorismo de Estado, também conhecido como terrorismo de regime, pode ser associado a líderes como Saddam Hussein no Iraque, que recorreu à violência contra civis para manter e fortalecer o seu poder, ou ao "Reinado do Terror" durante a Revolução Francesa, onde o governo utilizou a violência para intimidar e eliminar opositores políticos.

Por último, é fundamental destacar que a definição de "terrorismo" tem sofrido transformações ao longo da história, uma vez que originalmente o termo referia-se ao terror exercido pelo Estado, com particular ênfase durante a Revolução Francesa, onde o conceito foi ampliado para incluir a violência política dirigida contra instituições e governos, sendo o uso de táticas terroristas, como a guilhotina, um exemplo emblemático desse período. Atualmente, é frequentemente associado a grupos como o Estado Islâmico, que, embora opere fora de um contexto estatal, recorre a métodos que visam provocar medo e pânico nas populações civis, como os atentados suicidas. Esta evolução no significado do terrorismo sugere que a compreensão contemporânea pode divergir significativamente daquela de há dois séculos atrás, refletindo mudanças nas táticas utilizadas, nos alvos visados e nas percepções sociais em relação a este fenómeno (Bakker, 2015).

Em suma, a dificuldade em estabelecer uma definição consensual de terrorismo reflete a complexidade do fenómeno em si e a dinâmica das relações sociais, políticas e legais que o

envolvem, sendo a compreensão do fenómeno permeada por disputas de legitimidade e por interpretações variáveis que dependem do contexto cultural e político. Adicionalmente, o significado do termo "terrorismo" tem evoluído ao longo dos mais de duzentos anos da sua existência, adaptando-se aos contextos sociopolíticos e culturais em mudança, o que demonstra que, à medida que o mundo se transforma, a linguagem que utilizamos para descrever a violência e os conflitos também se altera, revelando a complexidade inerente ao conceito de terrorismo. Assim, a busca por uma definição clara e universal continua a constituir um desafio significativo para académicos, políticos e para a sociedade em geral.

À medida que aprofundamos a análise sobre o terrorismo, constatamos que este fenómeno se manifesta em diversas formas, apresentando motivações subjacentes variadas que orientam os seus atos violentos. É imperativo distinguir entre os objetivos imediatos e mediatos dessas ações, uma vez que tal diferenciação permite uma compreensão mais abrangente do impacto e das intenções subjacentes ao terrorismo.

Os objetivos imediatos do terrorismo podem ser categorizados em duas vertentes principais: o terrorismo indiscriminado e o terrorismo seletivo. O terrorismo indiscriminado refere-se a atos direcionados a um público amplo e indefinido, com o intuito de infligir danos generalizados e criar um ambiente de medo e insegurança. Através de ações como a detonação de explosivos em locais públicos com grande afluência de pessoas, pretende-se gerar pânico e instabilidade na sociedade. Os objetivos imediatos deste tipo de terrorismo incluem não só causar danos físicos a um grande número de indivíduos, como também promover um clima de insegurança e vulnerabilidade, atraindo a atenção da comunicação social para amplificar a visibilidade do ato e das suas mensagens subjacentes. Por outro lado, os objetivos mediatos frequentemente envolvem a desestabilização social, com a intenção de minar a confiança nas autoridades e desafiar o poder político, ao mesmo tempo em que tentam mobilizar apoio para as causas terroristas utilizando o medo como ferramenta de persuasão (Lara, 2017).

Em contraste, o terrorismo seletivo concentra-se na escolha de alvos específicos, como figuras proeminentes ou instituições relevantes, e pode incluir ações como sequestros ou eliminação de líderes políticos. Neste contexto, a escolha do alvo é deliberada e estratégica, visando não apenas causar danos físicos, mas também transmitir mensagens claras relacionadas a reivindicações políticas, sociais ou ideológicas (Lara, 2017). Os objetivos

imediatos desse tipo de terrorismo vão além do mero dano direto; procuram igualmente impactar psicologicamente as vítimas e a sociedade, reforçando as reivindicações dos perpetradores. Por sua vez, os objetivos mediatos frequentemente envolvem a chantagem, na qual os atacantes esperam que as suas ações forcem a sociedade ou as autoridades a atender demandas específicas, bem como a eliminar obstáculos que dificultem a realização das suas agendas. Dessa forma, o terrorismo seletivo procura provocar uma resposta significativa das autoridades ou da sociedade, ampliando a visibilidade e a legitimidade da causa defendida pelos terroristas.

De acordo com António de Sousa Lara (2017), a classificação do terrorismo pode ser analisada sob, pelo menos, “cinco aspetos categóricos que permitem distinguir esse fenómeno: o agente, o paciente, o meio utilizado, a justificação e o âmbito geopolítico, bem como o plano estratégico prioritário” (p. 413). Essa classificação é um tema predominantemente académico, com implicações jurídicas e políticas, mas que apresenta pouco interesse prático para os operacionais que diariamente confrontam esta ameaça globalizada. Tal realidade decorre do fato de que os militares e as forças de segurança tendem a concentrar-se na execução de operações concretas e na resposta imediata a incidentes, em vez de se dedicarem à categorização dessas ameaças (Lara, 2017).

O fenómeno do terrorismo pode ser classificado de diversas maneiras. Uma abordagem é através da análise da sua proeminência, distinguindo entre o terrorismo que se configura como a principal forma de subversão e aquele que atua como uma forma auxiliar. Outra forma de classificação relaciona-se aos meios utilizados, que podem incluir o terrorismo nuclear, biológico, químico e ciberterrorismo, entre outras modalidades que empregam armas ligeiras e explosivos. É igualmente importante considerar o agente ativo, onde é feita uma distinção entre o terrorismo resultante de circunstâncias externas à vontade humana e aquele que decorre da ação humana deliberada; neste caso, podem ser incluídos desde indivíduos isolados e grupos armados até organizações internacionais e Estados (Lara, 2017).

O fenómeno do terrorismo de Estado requer uma análise aprofundada, uma vez que a sua interpretação tem sido frequentemente influenciada por um maniqueísmo utilitarista que distorce a compreensão das ações concretas. No contexto ocidental, por exemplo, frequentemente se classifica como terrorismo de Estado o apoio abrangente que alguns países

prestam a atividades terroristas, desconsiderando como esses mesmos Estados podem empregar o terrorismo como uma estratégia auxiliar em conflitos (Lara, 2017).

Adicionalmente, a distinção entre as vítimas é uma das categorias mais significativas, permitindo a diferenciação entre o terrorismo seletivo, que se dirige a alvos específicos previamente identificados, e o terrorismo indiscriminado, que visa infligir o maior dano possível a um público amplo e indefinido (Lara, 2017). A gravidade e as consequências devastadoras do terrorismo seletivo tornam-se evidentes quando se consideram certos eventos históricos<sup>13</sup>.

A classificação do terrorismo é fundamental não só para a compreensão teórica do fenómeno, como também para o desenvolvimento de estratégias de combate eficazes. A análise das diversas formas de terrorismo, incluindo o terrorismo de Estado e a distinção entre vítimas, é essencial para orientar as políticas de segurança e as ações dos operacionais em terreno. Compreender esses aspetos capacita as forças de segurança a prepararem-se e a responderem de forma mais eficiente a uma ameaça global que continua a evoluir.

Após explorar os diferentes tipos de terrorismo e as suas motivações subjacentes, é crucial compreender como estas manifestações podem ser categorizadas em diversas classificações, uma vez que estas não apenas ajudam a sistematizar o conhecimento sobre o fenómeno, mas também possibilitam uma análise mais aprofundada das dinâmicas e características específicas de cada forma de terrorismo.

Por um lado, encontramos uma classificação que identifica quatro tipos principais de terrorismo. O primeiro tipo é o “terrorismo psicológico”, que utiliza técnicas de constrangimento mental, incluindo práticas associadas à magia ou à religião. O segundo tipo, denominado de “terrorismo de guerra”, ocorre no contexto de conflitos militares efetivos ou em situações de equilíbrio de terror, como foi observado durante a Guerra Fria. O terceiro tipo é o “terrorismo político”, que abrange o terrorismo revolucionário, sub-revolucionário e o terrorismo repressivo ou de Estado, frequentemente associado a regimes totalitários. Por fim, existe o “contraterrorismo”, que se refere a ações destinadas a neutralizar os efeitos do terrorismo, utilizando métodos semelhantes aos empregados pelos terroristas (Lara, 2017).

---

<sup>13</sup> Exemplos históricos, como o assassinato do arquiduque Francisco Fernando em 1914, que desencadeou a Primeira Guerra Mundial, e a eliminação do Rei Dom Carlos I e do Príncipe Dom Luís Filipe em 1908, que provocou a queda de uma monarquia (Lara, 2017).

Estas diferentes classificações do terrorismo, revelam a complexidade e a natureza multifacetada do fenómeno, onde cada tipo de terrorismo, possui características distintas que influenciam os métodos utilizados pelos grupos terroristas e as respostas que as autoridades devem implementar para combater essas ameaças. É imperativo aprofundar a compreensão das intrincadas distinções entre o terrorismo psicológico, o terrorismo de guerra, o terrorismo político e o contraterrorismo, uma vez que isso se revela crucial para a formulação de estratégias de segurança que sejam não apenas reativas, mas também preventivas. A partir desta compreensão, torna-se possível promover políticas mais eficazes e integradas, que abordem as causas subjacentes do terrorismo, ao mesmo tempo que protegem a sociedade e asseguram a estabilidade.

Adicionalmente, é fundamental salientar que o terrorismo pode ser classificado tendo em conta a sua dimensão, sendo esta categorização habitualmente dividida em terrorismo doméstico e terrorismo internacional. O terrorismo doméstico, que engloba tanto o terrorismo estatal como o revolucionário, refere-se a atos de violência que se limitam ao contexto interno de um determinado Estado, afetando diretamente a sua população e a sua estrutura social. Por outro lado, o terrorismo internacional abrange modalidades que possuem implicações diretas na política global, incluindo, por exemplo, o terrorismo separatista e outras formas que surgem em contextos de elevada tensão global (Lara, 2017).

Ao abordarmos o fenómeno do terrorismo de uma forma mais abrangente, é pertinente analisá-lo no contexto de conflitos violentos, onde se faz uma distinção clara entre conflitos convencionais e não convencionais. A categoria dos conflitos não convencionais abrange diversas expressões de terrorismo, tais como o terrorismo individual e o terrorismo indiscriminado, além de incluir outros modelos associados a movimentos anarquistas e a grupos que se autodenominam lutadores pela liberdade.

A complexidade dessas classificações é amplificada pela sobreposição existente entre elas, o que torna a análise do terrorismo ainda mais desafiante. A participação dos Estados no fenómeno do terrorismo pode ser compreendida em três níveis distintos: o primeiro refere-se ao apoio financeiro e logístico que os Estados podem prestar a grupos terroristas; o segundo envolve a direção e o planeamento de ações terroristas por parte dos Estados, utilizando grupos externos às suas próprias estruturas; e o terceiro consiste na utilização de

estruturas estatais, como serviços diplomáticos, de segurança ou de inteligência, para a realização de atos terroristas (Lara, 2017).

Embora esta estrutura teórica forneça uma base sólida para a compreensão do fenômeno terrorista, é importante reconhecer que, na prática, a aplicação dessas categorias pode ser complexa, sendo que as fronteiras entre as diferentes classificações são frequentemente tênues e sujeitas a alterações conforme as circunstâncias políticas e sociais em constante evolução.

### 3.2.1. História do fenômeno: haverá uma quinta vaga?

Compreender as diversas ondas do terrorismo é fundamental para uma análise abrangente das motivações subjacentes e das estratégias utilizadas por grupos terroristas ao longo da história, refletindo as dinâmicas sociopolíticas de cada época e as transformações nos contextos culturais e tecnológicos que influenciam as suas ações. David C. Rapoport, na década de 2000, desenvolveu a "Teoria das Quatro Ondas", que oferece uma estrutura temporal e temática para analisar as manifestações do terrorismo moderno, categorizadas em quatro vagas principais: Anarquista, Anti-Colonial, da Nova Esquerda e Religiosa, onde cada uma possui características ideológicas predominantes, com fatores históricos específicos que moldam novas práticas e objetivos terroristas (Bakker, 2015).

A análise histórica evidencia que o terrorismo, independentemente da onda em que se insere, caracteriza-se por atos de violência orientados para desestabilizar regimes e intimidar elites governamentais, bem como grupos específicos de cunho político, religioso, racial ou étnico (Pinheiro, 1982). Cada uma das ondas, ao longo de aproximadamente 40 anos, apresenta tanto uma continuidade estratégica, que permite identificar padrões recorrentes, quanto uma adaptação tática, demonstrando a evolução dos objetivos terroristas conforme surgem novos contextos (Bakker, 2015).

A primeira vaga do fenômeno, conhecida como vaga anarquista, surgiu com as ações levadas a cabo por anarquistas na Rússia, mas que rapidamente conseguiram se expandir de forma significativa abrangendo desde a Europa Ocidental até a América do Norte, durante o período de 1880 a 1920. Os anarquistas eram, em essência, revolucionários que buscavam dismantelar os sistemas governamentais existentes, tirando proveito dos avanços científicos e tecnológicos da época para promover as suas atividades, utilizando ferramentas como a

dinamite e aproveitando a disseminação da imprensa escrita em massa, além da mobilidade proporcionada por rodovias e ferrovias, que facilitavam a movimentação além-fronteiras. Um exemplo emblemático desta vaga é o assassinato do Czar Alexandre II, em 1881, que simboliza a determinação dos anarquistas em desafiar a ordem estabelecida. O grupo *Narodnaya Volya*<sup>14</sup>, foi um dos pioneiros nesse tipo de ação, usando o terrorismo como um meio para polarizar a sociedade russa, acreditando que a violência poderia catalisar uma revolução. O ataque a figuras proeminentes do governo tinha como objetivo desestabilizar o regime autocrático e gerar uma reação popular, procurando influenciar a percepção pública, promovendo a ideia de que as suas ações eram justas e necessárias (Bakker, 2015; Duque, 2016).

Além disso, os anarquistas não se limitaram a atuar na Rússia; assistiram igualmente ou treinaram grupos estrangeiros, independentemente das suas motivações ou objetivos políticos, contribuindo para a disseminação do anarquismo em várias regiões, como a Polónia e a Arménia, e, eventualmente, por outras partes da Europa e do Império Otomano. Durante os anos 1890, a vaga anarquista atingiu o seu auge, um período frequentemente conhecido como a "idade de ouro do assassinato", durante o qual os monarcas, presidentes e primeiros-ministros se tornaram alvos regulares. O ataque ao presidente dos Estados Unidos, William McKinley, em 1901, e o assassinato do arquiduque austro-húngaro Franz Ferdinand em 1914, são outros exemplos marcantes que tiveram profundas repercussões políticas e sociais (Bakker, 2015).

Neste contexto, a primeira vaga do terrorismo destacou firmemente a eficácia da violência como ferramenta política e introduziu conceitos como a "propaganda pelo ato", onde os anarquistas viam a sua ação como um meio de motivar e mobilizar a sociedade contra a opressão estatal. Esse legado de ação e retórica continuaria a influenciar movimentos e grupos ao longo do século XX e além, refletindo a complexidade do fenómeno do terrorismo e as suas adaptações às mudanças sociopolíticas.

A segunda vaga do terrorismo, designada como vaga anticolonial, surgiu na década de 1920 e estendeu-se até à década de 1960, centrando-se na luta pela autodeterminação dos povos que se encontravam sob domínio colonial, uma vez que os tratados de paz resultantes da Primeira e da Segunda Guerra Mundiais levaram à descolonização, obrigando os países

---

<sup>14</sup> Em português, "Vontade do Povo".

derrotados a renunciar aos seus impérios. Contudo, os vencedores também começaram a desocupar os seus territórios coloniais, não apenas por imposição dos tratados, mas também devido à pressão das superpotências emergentes, os EUA e a URSS, após 1945. Neste contexto, a vaga anticolonial impulsionou os movimentos de resistência armada dos povos nativos contra as potências coloniais. Em contraste com a primeira vaga, na qual o financiamento das atividades terroristas era frequentemente obtido através de assaltos a bancos, a segunda vaga observou uma mudança significativa nas fontes de financiamento, que passaram a depender principalmente de contribuições da diáspora, refletindo assim um forte apoio da comunidade global à autodeterminação e facilitando a manutenção das operações dos grupos anticoloniais.

Além disso, as características dessa segunda vaga incluem a reinterpretação do termo "terrorista". Devido às conotações negativas associadas ao termo resultantes da primeira vaga, os rebeldes passaram a se autodenominar "lutadores pela liberdade". Essa nova terminologia não era apenas superficial, o objetivo de independência que defendiam era considerado mais legítimo em comparação aos objetivos dos grupos da primeira vaga. Para contrabalançar a nova narrativa, os governos imperialistas, cientes do poder da semântica, rotulavam esses rebeldes como "terroristas" ou "guerrilheiros" para tentar desacreditar as suas causas e consolidar a sua própria posição (Bakker, 2015; Duque, 2016).

A natureza das táticas empregadas também evoluiu significativamente, uma vez que o assassinato de figuras públicas, uma prática comum entre os anarquistas da primeira vaga, mostrou-se contraproducente para os objetivos dos novos movimentos. Assim, as organizações terroristas da segunda vaga adaptaram as suas estratégias para ganhar apoio público, provocando reações desmedidas e atrocidades por parte das agências de segurança. A adoção de táticas semelhantes às de guerrilha, que incluíam ataques rápidos e emboscadas contra forças governamentais, emergiu como uma abordagem prevalente, com o objetivo de desestabilizar o regime colonial e mobilizar a opinião pública em prol da causa anticolonial (Bakker, 2015).

Esta ênfase na mobilização e no apoio internacional possibilitou que movimentos como o Irgun na Palestina e diversas organizações de libertação na África alcançassem maior visibilidade e legitimidade. Essa dinâmica foi crucial para o processo de descolonização que ocorreu em várias regiões, fazendo com que a segunda vaga do terrorismo não só

transformasse as táticas e estratégias empregadas pelos grupos de resistência, mas também criasse uma nova narrativa em torno da luta pela liberdade e autodeterminação, desafiando as narrativas dominantes dos poderes imperialistas.

A terceira vaga do terrorismo, conhecida como "nova esquerda", emergiu nas décadas de 1960 e 1970, com um foco particular na Europa Ocidental, sendo impulsionada, em grande parte, pela Guerra do Vietname. A limitação das capacidades militares americanas, apesar da sua superioridade tecnológica, em combater as táticas de guerrilha do Vietcong, serviu de inspiração para diversos movimentos terroristas ao redor do mundo. A humilhação dos EUA nesta guerra, juntamente com as atrocidades cometidas pelas suas forças, gerou um sentimento de ambivalência em relação aos valores ocidentais, o que conduziu à formação de grupos terroristas com um forte espírito antiocidental. De um modo geral, os grupos terroristas desta vaga foram taticamente inspirados pelos grupos palestinos que surgiram na segunda vaga, enquanto foram ideologicamente inspirados pelo comunismo, tendo como objetivo a remoção da presença militar dos Estados Unidos da Europa Ocidental e o desmantelamento do sistema capitalista. Grupos ocidentais, como as Brigadas Vermelhas na Itália ou a Ação Direta em França, consideravam-se vanguardas das massas do Terceiro Mundo, na luta contra o imperialismo ocidental. O bloco soviético, por sua vez, encorajava essas ações oferecendo apoio moral, formação e armamento aos grupos que combatiam o Ocidente capitalista (Duque, 2016).

Durante a terceira vaga, embora a Europa Ocidental tenha sido o foco principal, o terrorismo tornou-se um fenómeno internacional. Grupos como o IRA e a OLP expandiram as suas operações para além das suas fronteiras. A OLP, por exemplo, foi responsável por ataques globais, incluindo o sequestro de aviões e o ataque nos Jogos Olímpicos de Munique em 1972, que resultou na morte de 11 atletas israelitas, demonstrando como o terrorismo desta vaga ganhou alcance internacional, frequentemente com apoio de Estados como a Líbia e a Síria (Duque, 2016; Bakker, 2015). Outro elemento crucial da terceira vaga foi o papel proeminente das mulheres em posições de liderança dentro dos movimentos terroristas, como por exemplo a Ulrike Meinhof, da Fração do Exército Vermelho/Grupo Baader-Meinhof na Alemanha, Fusako Shigenobu, no Exército Vermelho Japonês, e Leila Khaled, da Frente Popular para a Libertação da Palestina, onde as mulheres que desempenharam papéis centrais

nas organizações terroristas desta vaga, estando envolvidas não apenas na formulação da ideologia dos movimentos, mas também na execução de operações táticas (Duque, 2016).

Entre as táticas mais utilizadas pelos grupos da terceira vaga do terrorismo, destaca-se o sequestro de aviões, que se transformou num método eficaz para fazer reivindicações e obter resgates, ao qual se acoplou o assassinato de figuras proeminentes, como embaixadores e líderes políticos, tornando-se uma prática recorrente, com exemplos notáveis que incluem o assassinato do embaixador britânico na Irlanda, Christopher Ewart-Biggs, pelo IRA em 1976, e do Primeiro-Ministro espanhol Luis Carrero Blanco, pela ETA em 1973 (Duque, 2016). No entanto, esses assassinatos diferem da abordagem da primeira vaga, na qual as vítimas eram visadas apenas por ocuparem cargos públicos; na terceira vaga, as figuras políticas e públicas eram escolhidas com base na sua responsabilidade direta por políticas que os grupos terroristas desejavam punir. Um exemplo emblemático foi a tentativa de assassinato da Primeira-Ministra britânica Margaret Thatcher em 1984, quando o IRA bombardeou o Hotel Brighton, resultando na morte de quatro pessoas, sendo Thatcher especificamente o foco como uma forma de retaliação pela morte de nove membros do IRA, que ocorreram durante uma greve de fome (Bakker, 2015).

O patrocínio estatal de grupos terroristas destacou-se significativamente durante a terceira vaga de terrorismo, com países como a Líbia e a Síria a fornecer apoio logístico, financeiro e militar a diversas organizações; o IRA Provisório, por exemplo, recebeu assistência do regime de Gaddafi, que disponibilizou armas e treino em troca do conhecimento do IRA na fabricação de explosivos, que foi partilhado com grupos como as FARC na Colômbia e o Hezbollah no Líbano. Este período de internacionalização do terrorismo manifestou-se ainda na crescente cooperação entre diferentes grupos, que partilhavam recursos e experiências, sendo que o Sendero Luminoso no Peru exemplifica essa dinâmica ao adotar uma estratégia maoísta de guerrilha e terror, similar à das FARC, procurando impor um regime comunista por meio da violência; assim, as ações do Sendero Luminoso, que ocorreram entre 1978 e 1992, resultaram em cerca de 30.000 mortes, sublinhando a brutalidade que caracterizou esta vaga de terrorismo (Bakker, 2015).

A terceira vaga do terrorismo representa uma mudança significativa nas táticas, ideologias e organizações dos grupos terroristas, visto que o fenómeno deixou de ser uma preocupação restrita a fronteiras nacionais, transformando-se num fenómeno

verdadeiramente global. Este período foi caracterizado pela participação ativa de mulheres em papéis de liderança e pelo apoio estatal a diversas organizações; a internacionalização das redes terroristas e a crescente sofisticação das suas operações refletem uma era em que a violência passou a ser utilizada como um instrumento político de forma mais abrangente e mais impactante do que nunca.

A quarta vaga do terrorismo, conhecida como a "vaga religiosa", teve início em 1979 e é caracterizada por um forte enfoque no Islão. Embora a religião tenha desempenhado um papel importante nas vagas anteriores, a quarta vaga distingue-se por almejar o estabelecimento de Estados religiosos, em detrimento de regimes seculares (Bakker, 2015). Três eventos catalisadores marcaram o início desta nova fase: a Revolução Iraniana de 1979, a invasão soviética do Afeganistão e o início de um novo século islâmico.

Em primeiro lugar, a Revolução Iraniana, liderada pelo Ayatollah Khomeini, alienou o Irão do Ocidente e exacerbou as divisões entre as comunidades muçulmanas sunitas e xiitas, resultando em conflitos sectários em Estados como o Iraque, a Arábia Saudita e o Kuwait, à medida que os xiitas, inspirados pelo fundamentalismo islâmico, se opunham às populações sunitas (Bakker, 2015; Duque, 2016). Em segundo lugar, a invasão soviética do Afeganistão em 1979 uniu muitos muçulmanos sunitas, provocando um fluxo de voluntários que se juntaram aos mujahideen locais. Com o apoio dos Estados Unidos, os soviéticos acabaram por se retirarem do Afeganistão em 1989, o que conduziu ao surgimento de novos focos de conflito em regiões como a Chechénia, o Quirguistão e o Tadjiquistão (Bakker, 2015). Por fim, o início de um novo século islâmico em 1979 está associado à crença na chegada de um redentor, o que desencadeou tumultos em vários países islâmicos, incluindo a invasão da Grande Mesquita em Meca, que resultou na morte de milhares de pessoas (Duque, 2016).

Embora o Islão esteja no centro dos principais eventos que impulsionaram a quarta vaga do terrorismo, este fenómeno não se restringe apenas a essa religião. Em 1995, a seita japonesa Aum Shinrikyo perpetrou um ataque com gás sarin no metro de Tóquio, e no ano anterior, Baruch Goldstein, um israelita de origem americana, matou 29 muçulmanos na Mesquita Ibrahimi, em Hebron. Além disso, o KKK, um dos grupos terroristas mais conhecidos ligados ao cristianismo, segue uma interpretação extremista e racista da Bíblia (Bakker, 2015).

As táticas dos grupos terroristas da quarta vaga apresentam algumas semelhanças com as ondas anteriores, incluindo assassinatos, sequestros e ataques a reféns, um exemplo disso é o massacre de Beslan, onde terroristas chechenos e fundamentalistas islâmicos mantiveram mais de 1.100 pessoas como reféns, resultando na morte de 331 indivíduos, a maioria crianças (Duque, 2016). No entanto, uma característica inovadora desta vaga foi a introdução do terrorismo suicida, frequentemente associado ao fundamentalismo islâmico. Contudo, organizações não islâmicas<sup>15</sup>, também utilizaram essa tática, desafiando a noção de que apenas os fanáticos religiosos recorrem ao suicídio em operações terroristas (Bakker, 2015).

Neste contexto de crescente radicalismo religioso, a Al-Qaeda, liderada por Osama bin Laden, destacou-se como a organização terrorista mais proeminente da era contemporânea, sendo responsável por uma série de ataques devastadores, incluindo o atentado de 11 de setembro de 2001, que resultou em quase 3.000 mortes, tornando-se o ataque mais mortal de um ator não estatal na história. Apesar das limitações impostas pela intervenção dos EUA no Afeganistão, a Al-Qaeda e os seus grupos afiliados continuaram a perpetrar ataques em diversas localizações, como Bali (2002), Madrid (2004) e Londres (2005), provocando centenas de vítimas e demonstrando a resiliência das suas operações terroristas (Bakker, 2015).

A quarta vaga de terrorismo reflete, portanto, uma transformação profunda na dinâmica e nas motivações do terrorismo global, caracterizando-se pela fusão de ideologias religiosas e políticas que trouxeram desafios inéditos para a segurança internacional. Esta vaga exige respostas mais adaptadas e multifacetadas, capazes de enfrentar a crescente complexidade das ameaças, mostrando que o terrorismo é um fenómeno em constante evolução, que requer uma abordagem coordenada e global, considerando tanto as suas raízes ideológicas como os fatores políticos que o alimentam.

O terrorismo é um fenómeno dinâmico e em permanente evolução, apresentando diferentes fases ao longo da história, cada uma com características distintas em termos de motivações, estratégias e alvos. Estas "vagas" tendem a durar algumas décadas antes de perderem força e relevância, embora tal não implique que as organizações terroristas ou as suas ideologias desapareçam completamente. Mesmo que a atual "Quarta Vaga", marcada pelo terrorismo de base religiosa, possa estar a aproximar-se do seu fim, a questão que se

---

<sup>15</sup> Tendo como exemplo os Tigres de Libertação do Tamil Eelam, no Sri Lanka (Bakker, 2015).

levanta é se haverá uma quinta. Historicamente, os fatores que desencadearam novas ondas de terrorismo foram frequentemente inesperados e imprevisíveis, originando mudanças no cenário global que deram lugar a novos tipos de violência política. A evolução constante do terrorismo está interligada com a dinâmica dos conflitos globais e as tensões sociais e políticas que permeiam diferentes sociedades. Embora a Quarta Vaga possa estar a caminho do fim, a realidade é que o terrorismo provavelmente continuará a existir, uma vez que a natureza humana, marcada por divisões e disputas, oferece um terreno fértil para que formas de violência sejam utilizadas como meio de atingir objetivos. A ascensão de novas tecnologias, como a cibersegurança e o uso de drones, poderá caracterizar uma possível Quinta Vaga, além de sugerir que a adaptação de táticas por parte de grupos terroristas ao longo do tempo implica que o futuro do terrorismo poderá incluir métodos inesperados e estratégias inovadoras (Bakker, 2015).

O que se torna evidente é que, à medida que o cenário global continua a transformar-se, as motivações e táticas dos terroristas acompanharão essa evolução, ajustando-se a novas realidades e desafios. Assim, enquanto subsistirem conflitos e divisões, o terrorismo encontrará formas de se reinventar, reafirmando a sua resiliência e destacando a necessidade imperiosa de que os profissionais envolvidos no combate ao terrorismo permaneçam sempre vigilantes e preparados para enfrentar ameaças emergentes, com estratégias que combinem agilidade e inovação.

### 3.3. Síntese Capitular

Tendo em consideração as diversas definições discutidas, o terrorismo pode ser entendido como uma técnica ou tática violenta empregada com o objetivo de coagir grupos, instituições ou governos a aceitarem e ajustarem os seus comportamentos de acordo com intenções políticas específicas. Através de várias ações violentas, procuram criar instabilidade e medo na sociedade, causando vítimas aleatórias ou atingindo figuras públicas, seja por meio de ataques diretos a indivíduos, seja de forma indireta por meio de atentados a locais ou edifícios simbólicos com grandes aglomerações de pessoas.

De forma sintetizada, o fenómeno do terrorismo pode ser descrito como uma metodologia de ação subversiva que, do ponto de vista militar, não se enquadra nem como tática nem como estratégia convencional, mas como uma abordagem particularmente impactante que é capaz de desestabilizar de forma bastante eficaz, sendo definido por Filipe Pathé Duarte como um fenómeno que “implica uma mudança, que normalmente é brusca, e a imposição de uma ordem divergente da anterior” (2015, p. 453).

O terrorismo representa uma ameaça complexa e multifacetada, que ultrapassa fronteiras nacionais e requer uma abordagem sustentada na cooperação entre múltiplos atores e organizações para ser combatido de forma eficaz, visto que este fenómeno tem como finalidade desequilibrar não só a estabilidade política, social e económica de uma nação, como também, enfraquecer a confiança nas instituições governamentais e disseminar o medo entre a população. Além disso, procura gerar publicidade e visibilidade para as suas causas e objetivos, recorrendo a ações espetaculares e atos de violência indiscriminada, que provocam instabilidade, incerteza e receio entre os cidadãos, forçando os Estados a reagirem para evitar um clima de desconfiança nas suas instituições.

Diante dessas características, é essencial que os esforços para combater o terrorismo se baseiem em ações de cooperação internacional, que incluam a partilha de informações, a promoção de alianças estratégicas e a implementação de medidas de segurança apropriadas. Para além disso, é crucial compreender as motivações que levam indivíduos a aderirem aos grupos terroristas, de forma a desenhar estratégias preventivas que abordem as causas subjacentes ao recrutamento e radicalização.

Os meios de comunicação têm sido alvo de críticas pela sua contribuição para a polarização, e até mesmo por exacerbarem tensões entre diversos grupos étnicos, religiosos ou políticos. Em resposta à imagem negativa que a cobertura mediática do terrorismo pode gerar, algumas (mas não todas) organizações de notícias estão a se tornar cada vez mais atentas à forma como utilizam os termos "terrorismo" e "terrorista", procurando evitá-los quando possível. Esta conscientização pode levar a uma representação mais justa e precisa dos atos de violência e dos seus autores, promovendo um diálogo mais informado e equilibrado sobre estas questões complexas.

A palavra "terrorismo" passou por uma evolução significativa ao longo da história, refletindo as mudanças nas perceções sociais e políticas. Eventos que anteriormente não eram classificados como terroristas, passaram a ser vistos sob essa ótica, evidenciando como as narrativas históricas podem ser reinterpretadas com o passar do tempo. Por outro lado, observa-se que eventos e indivíduos anteriormente considerados como terroristas têm sido reavaliados, e as suas ações são muitas vezes vistas agora sob uma luz diferente, frequentemente interpretadas como lutas por liberdade ou resistência contra a opressão, sublinhando a complexidade e a subjetividade inerente à terminologia associada ao terrorismo.

A complexidade da definição de terrorismo, é destacada pelas dificuldades encontradas em alcançar um consenso, dado o seu carácter multifacetado. O debate começa com a observação de que o terrorismo é um conceito contestável, cuja interpretação varia conforme contextos políticos, sociais e culturais. Exemplos como Yasser Arafat e Abdullah Öcalan ilustram como figuras e grupos podem ser vistos de maneira radicalmente diferente, dependendo da perspetiva adotada. Além disso, explora-se a (des)legitimação de atos considerados terroristas, exemplificando com o Hezbollah e o grupo ETA, que, apesar de considerados como terroristas, são vistos por alguns como lutadores pela liberdade.

A diversidade de formas e manifestações de terrorismo é uma questão central, sendo identificadas diferentes vertentes ideológicas, conforme a classificação da Europol. Exemplos de terrorismo religioso, etno-nacionalista, de esquerda e de direita centrado em causas específicas, ajudam a esclarecer essa diversidade. A evolução do significado do termo "terrorismo" ao longo da história, desde as suas origens no terror de Estado da Revolução Francesa até às atuais aplicações em contextos como o Estado Islâmico, demonstra as

transformações sociais e políticas que moldam a compreensão do fenômeno. A busca por uma definição consensual de terrorismo continua a ser um desafio significativo, refletindo a complexidade do fenômeno e a dinâmica das relações sociais e políticas que o rodeiam, acentuadas pelas mudanças contínuas no conceito. Este desafio não é apenas acadêmico, mas também tem implicações práticas em áreas como a política, a legislação e as relações internacionais, sublinhando a necessidade de um debate contínuo e aberto sobre este fenômeno.

Quanto à classificação de terrorismo, são propostos cinco aspectos categóricos: o agente, o paciente, o meio utilizado, a justificção e o âmbito geopolítico, além do plano estratégico prioritário. Esta classificação, embora predominantemente acadêmica com implicações jurídicas e políticas, revela-se de menor interesse prático para operacionais, como militares e forças de segurança, que se concentram mais em respostas imediatas e na execução de operações concretas. No que respeita à natureza multifacetada do terrorismo, é destacada a sua proeminência como forma de subversão, os diversos meios utilizados e a variedade de agentes ativos, que vão desde indivíduos isolados até Estados. A análise do terrorismo de Estado foi particularmente enfatizada, existindo uma necessidade de compreensão crítica, dada a sua interpretação frequentemente distorcida por visões maniqueístas (Lara, 2017).

A distinção entre terrorismo seletivo e indiscriminado foi enfatizada, evidenciando a gravidade das ações direcionadas a alvos específicos e as suas consequências históricas. Estes elementos reforçam a urgência de uma análise abrangente e contextualizada do terrorismo, que não só contribua para o debate acadêmico, mas também informe estratégias de combate e políticas de segurança eficazes. A distinção entre vítimas é crucial, permitindo diferenciar o terrorismo seletivo, que visa alvos específicos, do terrorismo indiscriminado, que procura causar danos a um público amplo (Lara, 2017).

Além de ser fundamental para a compreensão teórica do fenômeno, a classificação do terrorismo é vital para o desenvolvimento de estratégias de combate eficazes. Através da compreensão das diferentes formas de terrorismo, incluindo as suas motivações e consequências, acaba por permitir que as forças de segurança se preparem e respondam de forma mais eficiente a uma ameaça global em constante evolução.

São identificados quatro tipos principais de terrorismo: psicológico, de guerra, político e contraterrorismo, destacando a importância de entender as nuances entre estes tipos para

desenvolver estratégias de segurança que sejam não apenas reativas, mas também preventivas. Ademais, o terrorismo pode ser classificado tendo em conta a sua dimensão, distinguindo entre terrorismo doméstico e internacional, cada um com implicações distintas na política global.

A complexidade das classificações do terrorismo é também exacerbada pela sobreposição das suas diversas formas, tornando a análise do fenómeno um desafio. A participação dos Estados no terrorismo pode ser compreendida em três níveis: apoio financeiro e logístico, planeamento de ações e utilização de estruturas estatais para realizar atos terroristas. É essencial reconhecer que a aplicação destas categorias na prática pode ser complexa, refletindo a evolução constante das circunstâncias políticas e sociais.

Nesse contexto, o capítulo aborda igualmente as diferentes vagas do terrorismo ao longo da história, tendo em conta o modelo do Dr. Rapoport, evidenciando as suas motivações, estratégias e contextos. A primeira vaga, anarquista (1880-1920), destacou-se pelo uso da violência como "propaganda pelo ato" para desafiar regimes autocráticos. A segunda vaga, anticolonial (1920-1960), focou-se na luta pela autodeterminação, utilizando táticas de guerrilha e moldando a perceção dos seus membros como "lutadores pela liberdade". A terceira vaga, da "nova esquerda" (1960-1980), internacionalizou-se e adotou uma postura antiocidental, contando com apoio estatal e a participação ativa de mulheres em posições de liderança. A quarta vaga, de natureza religiosa (a partir de 1979), enfatizou o fundamentalismo, especialmente islâmico, utilizando ataques em nome de uma ordem religiosa global.

Por fim, o capítulo explora a possibilidade do surgimento de uma quinta vaga, possivelmente caracterizada pelo uso de novas tecnologias e ciberterrorismo, destacando a contínua adaptação das táticas terroristas às mudanças globais. Apesar da atual "Quarta Vaga" estar a enfraquecer, o terrorismo continua a ser uma ameaça persistente, exigindo uma resposta constante e adaptativa da comunidade internacional.

## Capítulo 4. O Nazismo alemão como organização terrorista

### 4.1. O caso da Alemanha Nazista

O regime nazista na Alemanha, sob a liderança de Adolf Hitler, destacou-se pela aplicação sistemática de práticas que, em muitos aspetos, se assemelham às de uma organização terrorista, caracterizando-se pelo uso intensivo de violência, intimidação e medo como ferramentas para alcançar os seus objetivos políticos. A análise do regime nazista oferece uma visão crítica e abrangente sobre a natureza deste governo, desmistificando a ideia de que a Alemanha nazista era o Estado mais eficiente da história. Ao contrário da crença de que o nazismo funcionava como um modelo de organização hierárquica e centralizada, a realidade era marcada por um emaranhado de instituições e indivíduos em constante disputa pelo poder. Esta fragmentação interna não apenas dificultou a eficácia governamental, mas também teve um impacto significativo na capacidade do regime de mobilizar recursos de forma coerente, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, na qual a Alemanha se revelou incapaz de igualar a produção bélica de adversários como os EUA e a Grã-Bretanha (Mazower, 2013).

Através de uma retórica nacionalista e de uma propaganda massiva e eficaz, o NSDAP implementou uma agenda que visava não apenas a repressão de opositores políticos, mas também a eliminação de grupos considerados "indesejáveis", como judeus, comunistas, ciganos, homossexuais, pessoas com deficiências, entre outras minorias, tendo o uso da violência e do medo como mecanismos de controle centrais para o regime, proporcionando um ambiente de terror que forçava a conformidade social e política.

Neste contexto, será analisado como estas práticas se manifestaram de forma concreta, por exemplo, através da criação de campos de concentração, da instrumentalização de forças paramilitares como as SA e as SS, e de políticas genocidas aplicadas sistematicamente para subjugar e exterminar aqueles que eram considerados uma ameaça à ideologia nazista. A forma como o regime utilizava o medo, a intimidação e a violência para consolidar o poder assemelha-se às táticas empregadas por organizações terroristas que procuram submeter comunidades inteiras e eliminar qualquer forma de resistência.

A propaganda, liderada por Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda e um dos colaboradores mais próximos de Hitler, desempenhou um papel crucial no funcionamento do regime nazista. Através de um controlo rigoroso dos meios de comunicação, como a imprensa, rádio e cinema, o regime conseguiu manipular a opinião pública, glorificar o Partido Nazista e desumanizar os seus opositores. O controlo da informação e a disseminação de propaganda eram essenciais para criar uma narrativa única e inquestionável que sustentava a ideologia do Terceiro Reich, estabelecendo um ambiente em que as ideias nazistas eram amplamente aceites e difundidas sem contestação.

Outro ponto a ser analisado é a forma como o nazismo exerceu um controlo sistemático sobre a juventude, preparando as novas gerações para perpetuar os seus ideais. Através da Juventude Hitleriana e da Liga das Jovens Alemãs, o regime conseguiu doutrinar jovens rapazes e raparigas, inserindo-os numa estrutura que servia para moldar as suas visões de mundo e assegurar que se tornassem defensores da ideologia nazista, consistindo um meio eficaz de criar uma lealdade cega ao regime, perpetuando a sua influência mesmo entre as gerações futuras.

É importante compreender que as práticas do regime nazista tiveram um impacto profundo e duradouro, não apenas na Alemanha, mas em toda a Europa e no mundo. As suas ações resultaram na morte de milhões de pessoas, numa devastação sem precedentes e numa reconfiguração completa das relações internacionais. A utilização sistemática da violência e do terror criou um ambiente de medo e repressão que se refletiu na sociedade alemã, levando à eliminação de qualquer forma de oposição e ao reforço de um controle totalitário. Além disso, as políticas de discriminação e genocídio implementadas pelo regime representam uma das expressões mais brutais do terrorismo de Estado, onde a violência era utilizada não apenas para governar, mas para destruir e exterminar (Mazower, 2013).

#### 4.1.1. Violência e a Intimidação como Instrumentos de Controle no Regime Nazista

Neste tópico, examina-se como o regime nazista utilizou de forma sistemática a violência e a intimidação para reprimir opositores e manter o controle sobre a população. A análise abrange as táticas empregues pela Gestapo e pelas SS, bem como as políticas repressivas que visavam silenciar qualquer forma de dissentimento. Estas estratégias demonstram que a

violência não foi apenas um meio para consolidar o poder, mas também uma ferramenta de controle social, destinada a moldar o comportamento da sociedade alemã através da propagação do medo.

A manipulação do sistema judicial e as operações da Gestapo ilustram claramente como a violência foi utilizada como uma forma de controle, com o regime a implementar um sistema que abrangeu também o sistema judicial, mantendo parte das estruturas do regime anterior, mas introduzindo interferências que minaram a imparcialidade da magistratura. Durante a República de Weimar, os juízes tinham proteções que os resguardavam contra remoções arbitrárias, permitindo-lhes atuar com base nas leis estabelecidas. No entanto, com a ascensão do Terceiro Reich, especialmente após a introdução da Lei da Restauração do Serviço Público Nacional, em abril de 1933, houve uma "purificação" do sistema judicial, onde juízes de origem judaica foram expurgados, estabelecendo um claro aviso aos restantes magistrados sobre a fonte de autoridade no novo regime.

A independência judicial foi ainda mais corroída em abril de 1934, quando o direito de julgar casos de alta traição foi retirado do Supremo Tribunal e transferido para o Tribunal do Povo (Volksgerichtshof), sendo este órgão não só responsável por emitir sentenças, mas também uma ferramenta de propaganda do regime, onde os julgamentos eram teatralizados para demonstrar a autoridade nazista, culminando frequentemente em penas de morte para os réus. A continuidade desta política repressiva foi assegurada por nova legislação, promulgada em janeiro de 1937, que permitiu a exoneração de todos os envolvidos no sistema de justiça, incluindo juízes, com base em critérios de "viabilidade política" (Bendersky, 2014).

Além do controle judicial, a Gestapo, fundada por Hermann Göring na Prússia em abril de 1933, desempenhou um papel central na repressão de opositores, sendo integrada às SS onde as suas operações foram legitimadas pela lei de fevereiro de 1933, que suspendeu as liberdades individuais garantidas pela constituição da República de Weimar. Em fevereiro de 1936, as atividades da Gestapo foram oficialmente colocadas acima da lei, conferindo-lhe um poder quase ilimitado. Sob o conceito de "custódia protetora", muitos eram detidos sem processo legal e enviados para campos de concentração, que não só serviam para punir indivíduos, mas também como instrumentos de terror, com a mera existência desses campos

a impor um clima de medo constante na sociedade, garantindo a conformidade da população sob a ameaça de violência (Evans, 2020; Bendersky, 2014).

O regime nazista não se baseava apenas num modelo de administração centralizada e eficiente. Ao contrário do que alguns mitos sugerem, a administração era um conglomerado de instituições e indivíduos em constante disputa por poder e influência, onde rivalidades internas frequentemente prejudicavam a eficácia das políticas. Este ambiente de competição interna fez com que a violência e a intimidação fossem ainda mais necessárias para assegurar a obediência e consolidar o controle. A fragmentação e a rivalidade entre fações do regime, como a SS e a Gestapo, contribuíram para uma dinâmica em que o uso da força se tornou um meio essencial para estabelecer autoridade e manter a ordem.

A manipulação do sistema judicial, as operações da Gestapo e a proliferação de campos de concentração ilustram como a violência e a intimidação foram fundamentais para sustentar o poder nazista sobre a sociedade, através uso do terror que não só eliminou opositores, mas também instaurou um medo profundo que inibia qualquer forma de resistência, promovendo uma conformidade que permitiu ao regime executar as suas políticas raciais e genocidas com eficácia devastadora. Ao longo do Terceiro Reich, a violência tornou-se uma dinâmica intrínseca ao funcionamento do governo, reforçando a ideia de que a brutalidade e a opressão eram, de facto, os alicerces do regime nazi e a base do seu poder (Bendersky, 2014; Mazower, 2013).

O regime acreditava que a força era o meio essencial para eliminar a oposição e consolidar o poder, levando a que violência fosse percebida como uma necessidade para garantir o controlo político de forma eficaz. Esta convicção encontra-se claramente expressa nas ideias de Hitler, que em *Mein Kampf* defendia a utilização da força para submeter inimigos e assegurar a coesão do regime, tornando o uso da violência não como uma medida temporária, mas sim como uma estratégia contínua e deliberada de manutenção do controle (Hitler, 2015). A brutalidade caracterizou e sustentou a estrutura de poder do nazismo, estabelecendo um ambiente de medo e submissão que se tornou uma das suas marcas mais sombrias.

Adicionalmente, é pertinente destacar o impacto do clima de intimidação gerado pelo regime influenciou a população em geral, considerando que o temor instaurado pelas ações da Gestapo e a permanente ameaça de repressão induziram muitos cidadãos a adotarem posturas de conivência ou passividade face à brutalidade do regime, enquanto a manipulação

e o controle da informação contribuíram para a conversão da sociedade alemã num espaço onde a conformidade era imperativa e qualquer forma de resistência era silenciada de maneira eficaz.

Em última análise, ao examinar o impacto da violência e da intimidação no contexto do regime nazista, é essencial entender que essas práticas não se configuravam meramente como mecanismos de controle, mas sim como manifestações de uma ideologia que aspirava à eliminação todos os que não se enquadravam nos critérios do que era considerado "aceitável" dentro da visão nazista de sociedade. A investigação dessas dinâmicas de poder permitirá elucidar tanto as semelhanças quanto as divergências em relação a outras organizações terroristas contemporâneas, além de sublinhar os legados perduráveis que o nazismo imprimiu na sociedade moderna.

#### 4.1.2. Políticas Raciais e Genocídio

As políticas raciais do regime nazista, sob a liderança de Adolf Hitler, foram implementadas com o propósito de desumanizar e exterminar grupos considerados indesejáveis, especialmente os judeus. As medidas adotadas pelo regime tiveram consequências devastadoras não só para as vítimas diretas, mas também para a sociedade em geral. A defesa da supremacia da "raça ariana" remonta a teorias raciais que emergiram no século XIX, influenciando muitos intelectuais da época, que sustentavam que a miscigenação comprometia a pureza das raças e levava à degradação das características físicas e morais do ser humano. Na Alemanha, essas ideias ganharam força com a ascensão do NSDAP em 1919, que soube aproveitar o ambiente tumultuado do pós-guerra para reintroduzir a temática da "pureza racial ariana" na sociedade, alegando que esta era crucial para a sobrevivência da civilização, o que resultou numa recepção mais favorável das propostas radicais entre a população alemã.

As tendências antisemitas do nacional-socialismo, já presentes na sociedade, adquiriram nova força após a assinatura do Tratado de Versalhes, o qual foi interpretado pelo NSDAP como um ataque direto à Alemanha. A presença de judeus em posições de destaque noutros países serviu de combustível para a elaboração de teorias conspiratórias que postulavam uma tentativa de dominação por parte da "judiaria internacional", culminando na representação

do judeu como um inimigo interno que ameaçava a integridade da nação alemã e, através da miscigenação, procurava obliterar a pureza ariana e a cultura europeia, consolidando a necessidade de unidade entre o povo alemão para enfrentar esta suposta ameaça (Hitler, 2015; Mazower, 2013; Evans, 2019).

Outro fator que alimentou o sentimento antissemita na Alemanha foi a situação económica. Durante o período de crise financeira sem precedentes, alguns judeus ocupavam posições proeminentes no setor bancário do país, uma realidade que foi amplamente explorada pela propaganda nazista para incitar um sentimento de indignação e revolta. Esta propaganda apresentava os judeus como parasitas que prosperavam à custa do sofrimento do povo alemão, reforçando a ideia de que constituíam um inimigo interno a ser combatido, responsável pela decadência do país e pela suposta ameaça à pureza racial ariana (Evans, 2020).

O contexto favorável permitiu ao NSDAP difundir a ideia de que os judeus não eram apenas uma ameaça racial, mas também os principais responsáveis pelo estado caótico do país, manipulando potências mundiais contra a Alemanha em busca de poder, de forma que a comunicação nazista canalizou todas as tensões sociais para uma vítima conveniente, convertendo o antissemitismo numa política de Estado.

Com a ascensão do regime nazista, o antissemitismo transformou-se numa política oficial, resultando, em 1933, no início de campanhas sistemáticas de ostracismo contra os estabelecimento de judeus, acompanhadas pela promulgação de legislações que os excluía do funcionamento público e de diversas profissões qualificadas, posicionando os arianos no topo do cume da hierarquia social e defendendo a narrativa de que os judeus, assim como outros grupos minoritários, eram considerados prejudiciais à sociedade alemã. As Leis de Nuremberg, aprovadas em setembro de 1935, retiraram a cidadania aos judeus e proibiram o casamento entre judeus e alemães. A partir de novembro de 1938, as perseguições intensificaram-se e culminaram na conhecida "Noite de Cristal" (Reichskristallnacht), uma onda de vandalismo que varreu o país. Apesar das reações internacionais de repúdio, o setor turístico alemão cresceu, exemplificado pelos Jogos Olímpicos de 1936, nos quais o regime, ao restringir temporariamente as perseguições, procurou apresentar uma imagem favorável do Terceiro Reich, considerando os Jogos como uma oportunidade de exibir o esplendor do regime (Evans, 2020; Hawes, 2019; Kershaw, 2016).

O regime nazista implementou operações sistemáticas de extermínio, reconhecidas pela sua brutalidade e intenção genocida subjacente, práticas que não só evidenciam o comprometimento do regime com a eliminação de grupos considerados indesejáveis, mas também refletem a adoção de estratégias terroristas em larga escala, nas quais a violência e o medo se tornaram instrumentos de controle social e político. As Einsatzgruppen, forças-tarefa formadas especificamente para execuções em massa, concentraram-se em exterminar judeus e comunistas, particularmente nos territórios ocupados da Europa Oriental, intensificando, de forma autónoma, as suas ações após a invasão da União Soviética em 1941, no âmbito da Operação Barbarossa<sup>16</sup>, estimando-se que tenham sido responsáveis pela morte de mais de um milhão de pessoas (Evans, 2020).

O Campo de Concentração de Auschwitz, símbolo emblemático do sistema de extermínio nazista era composto por diversas instalações interligadas, cada uma com funções específicas, que variavam desde a produção de armamentos até a execução sistemática de judeus, ciganos e outras minorias. Auschwitz I era destinado a prisioneiros, Auschwitz II-Birkenau servia como centro de execuções em massa, e Auschwitz III-Monowitz explorava o trabalho escravo, além de servirem também como locais de experimentação médica desumana, refletindo a total falta de ética do regime.

Sob a Operação Reinhardt foram estabelecidos campos de extermínio em locais como Sobibór, Belzec e Treblinka, com o intuito de acelerar a erradicação dos judeus. Esta operação foi articulada após a definição da Solução Final<sup>17</sup>, um plano genocida que perseguia a eliminação completa dos judeus nos territórios controlados pela Alemanha (Bendersky, 2014; Evans, 2020; Muçouçah, 2020). Estas operações, aliadas a instituições como a SS e a Gestapo, formaram uma rede interligada dentro do regime totalitário nazista, cuja função era executar políticas de extermínio e coordenação institucional para alcançar os seus objetivos, não se limitando apenas aos judeus, mas estendendo-se a outras minorias como

---

<sup>16</sup> Nome dado à invasão da União Soviética pela Alemanha Nazista, iniciada em 22 de junho de 1941. Esta operação foi a maior invasão terrestre da história e visava a conquista de vastos territórios soviéticos, o que implicava não apenas em objetivos militares, mas também na destruição do comunismo e no extermínio de milhões de pessoas, incluindo a população judaica, sob a ideologia racista do regime nazista, resultando num dos conflitos mais sangrentos da Segunda Guerra Mundial, com milhões de mortes e devastação em larga escala (Evans, 2020).

<sup>17</sup> A Solução Final (Endlösung) foi a política do regime nazista que visava a eliminação sistemática dos judeus na Europa. Esta decisão foi formalmente articulada durante a Conferência de Wannsee, realizada em 20 de janeiro de 1942, onde líderes do regime discutiram a logística da deportação e extermínio em massa dos judeus (Bendersky, 2014; Evans, 2020).

ciganos, homossexuais, deficientes mentais, entre outros. A brutalidade e a eficiência destes processos resultaram na morte de milhões, tornando o Holocausto como uma das maiores tragédias da história contemporânea.

Para reforçar o controle e a vigilância nos campos de concentração, o regime implementou um sistema de identificação que utilizava triângulos coloridos nas vestes dos prisioneiros, com cada cor a corresponder a uma categoria específica, como judeus, dissidentes políticos, ciganos, homossexuais e outros grupos marginalizados, sendo uma estratégia visual que para além de facilitar a segregação e o monitoramento, também acentuava a desumanização e estigmatização dos prisioneiros, reforçando a lógica de exclusão imposta pelo regime (Anexo IV).

O uso sistemático do medo e da violência facilitou a consolidação do poder nazista e deixou marcas profundas na sociedade alemã, com repercussões que perduraram muito além das fronteiras da Alemanha, tendo em consideração que a maneira como o regime orquestrou essas atrocidades moldou a história e serve como um sombrio lembrete do que o extremismo e a intolerância são capazes de causar.

As forças paramilitares, como as SA<sup>18</sup> e as SS, serviram para coagir os opositores e garantir um ambiente de medo constante, enquanto a desumanização dos adversários, um aspeto central da ideologia nazista, justificava e legitimava a violência sistemática contra grupos indesejáveis, facilitando o caminho para o genocídio (Evans, 2020). Esta retórica de desumanização, que via os oponentes do regime como inimigos da nação sem valor humano, serviu para reforçar a unidade entre os apoiantes do regime, ao mesmo tempo que marginalizava e deslegitimava todos aqueles que eram considerados "outros".

#### 4.1.3. Propaganda e Manipulação da Informação

A propaganda foi um dos instrumentos fundamentais utilizados pelo Terceiro Reich para consolidar o poder nazista, moldando a opinião pública, justificando a violência e promovendo a ideologia do regime. Desde os primeiros meses de governo, o regime procurou

---

<sup>18</sup> A SA foi fundada em 1920 e serviu como a ala paramilitar do Partido Nazista NSDAP, onde o seu principal objetivo era proteger reuniões do partido, intimidar opositores e ajudar na ascensão do NSDAP ao poder. Com o tempo, a SA tornou-se um instrumento de violência e coação contra grupos políticos adversários, especialmente os comunistas (Evans, 2020).

eliminar o que denominava como “bolchevismo cultural”, que, na visão dos nazistas, pervertia o mundo artístico e ameaçava o espírito alemão. Em setembro de 1933, foi estabelecida a Câmara da Cultura, sob a liderança de Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda e um dos mais leais colaboradores de Hitler. Reconhecido pela sua habilidade em manipular a opinião pública e controlar os meios de comunicação, Goebbels liderou esta câmara com o propósito de controlar todas as esferas da cultura alemã, organizando-as em diferentes câmaras específicas para cada arte. Como consequência, judeus e outros grupos considerados indesejáveis foram excluídos da produção e apreciação cultural, instaurando uma purga cultural de grande escala (Evans, 2020; Hawes, 2019; Bendersky, 2014).

Um dos eventos mais marcantes dessa repressão foi a “Noite da Queima dos Livros”, ocorrida em maio de 1933, quando estudantes, incentivados pelas autoridades nazistas, queimaram publicamente livros de autores judeus, comunistas e pacifistas, marcando o início de uma campanha de censura rigorosa, com o objetivo de eliminar qualquer dissidência ideológica e impor uma uniformidade cultural alinhada aos princípios nazistas. Para Hitler, a arte representava um elemento central na sua visão de mundo e, na sua perspectiva, a arte moderna era degenerada e uma ameaça à pureza cultural alemã, resultando assim na destruição pública de milhares de obras. Para preencher o vazio deixado pelas obras banidas, em 1937, o regime inaugurou uma galeria e uma exposição de arte nazista, que exaltava um estilo realista e neoclássico, promovendo temas *völkisch* do campesinato e ignorando a realidade urbana e industrial que caracterizava grande parte da vida alemã (Bendersky, 2014).

A censura também se estendeu a outros meios de comunicação, como a imprensa, rádio e cinema, através da implementação da Lei da Imprensa em outubro de 1933, que determinava que todos os editores deveriam ser cidadãos alemães, arianos e não casados com judeus. A censura foi rapidamente estabelecida, e jornalistas que ousassem criticar o regime, mesmo de forma subtil, eram perseguidos, num processo que começou logo no primeiro mês de governo. O Ministério da Propaganda, controlava de forma meticulosa o que podia ser publicado, emitindo instruções diárias para jornais e outros meios de comunicação sobre o conteúdo e a forma das notícias. A rádio, sob monopólio estatal, tornou-se um veículo essencial para a difusão das ideias do regime, tal como o cinema, que, subordinado à Câmara da Cultura, servia para reforçar a visão depreciativa dos inimigos do Estado, especialmente

os judeus, que eram retratados como conspiradores sub-humanos, enquanto Hitler era exaltado como um líder modelo (Evans, 2020).

A ascensão dos nazistas ao poder em 1933 trouxe consigo uma rápida destruição da constituição alemã, que anteriormente garantia a liberdade de expressão e de imprensa, de modo que, sob o regime, decretos e novas legislações aboliram esses direitos fundamentais, desmantelando a democracia na Alemanha. A partir de 1934, tornou-se ilegal criticar o governo nazista, e até mesmo uma simples piada sobre Hitler era considerada um ato de traição, criando um ambiente repressivo com os seus cidadãos a ficarem privados da liberdade de expressar ou de escrever as suas opiniões, tornando-se reféns de um regime que controlava de forma rigorosa toda a narrativa pública. As comunicações eram cuidadosamente selecionadas para garantir que apenas as informações favoráveis ao regime fossem disseminadas, e esse controlo incluía até as cartas dos soldados durante a Segunda Guerra Mundial, que eram monitorizadas para evitar qualquer expressão de dissidência ou descontentamento (Evans, 2020).

Além do controlo das comunicações, o regime nazista manipulou feriados e tradições para fortalecer a sua propaganda, sendo um exemplo marcante o Dia do Trabalhador, celebrado a 1 de Maio, que foi transformado em 1933 numa celebração da ideologia nacional-socialista. Originalmente associado aos movimentos trabalhistas e socialistas, o feriado passou a ser uma ferramenta de controlo social, uma vez que o regime declarou o Dia do Trabalhador como feriado nacional e organizou grandes desfiles que exaltavam a figura do trabalhador como essencial ao esforço nacional. As festividades incluíam discursos de Adolf Hitler e de outros líderes do Partido, enfatizando a unidade e o sacrifício em prol da Alemanha, enquanto esta celebração ocultava a repressão de sindicatos independentes e a proibição de qualquer forma de oposição política. O regime criou a Frente Alemã do Trabalho, um sindicato controlado pelo Estado, para garantir a conformidade dos trabalhadores com os objetivos do Partido, transformando o Dia do Trabalhador numa celebração nazista, o que exemplificou claramente a manipulação de símbolos e tradições pelo regime, que neste caso, em vez de promover os direitos dos trabalhadores, utilizou o feriado para legitimar a sua autoridade e reforçar a sua propaganda, silenciando qualquer dissidência (Evans, 2020; Hawes, 2019; Bendersky, 2014).

O impacto da propaganda nazista foi particularmente forte entre os jovens, onde a Juventude Hitleriana, transformada na única organização oficial de juventude em 1936, tornou-se uma ferramenta central para doutrinar as novas gerações. Desde cedo, as crianças eram expostas à ideologia nazista nas escolas e em atividades extracurriculares, assegurando que fossem preparadas para integrar as forças armadas ou o mercado de trabalho conforme as necessidades do regime. As raparigas, por sua vez, eram integradas na Liga das Jovens Alemãs, recebendo uma formação similar que perpetuava os ideais do regime e assegurava o controlo total das futuras gerações (Evans, 2020).

A propaganda era o meio pelo qual o regime incutia no povo alemão a determinação de lutar pelos objetivos do Terceiro Reich, mesmo que isso implicasse um conflito violento (Hitler, 2015). Assim, o regime nazista, através de um rígido sistema de censura, conseguiu criar uma narrativa unificada e incontestada, bloqueando qualquer forma de dissidência. Sob a liderança de Goebbels, a glorificação de Adolf Hitler tornou-se um pilar central da propaganda, com a sua imagem amplamente difundida em postais, pósteres e na imprensa, consolidando-o como o líder supremo e incontestável da Alemanha. O slogan “Um Povo, Um Reich, Um Führer” ecoou amplamente nas transmissões, publicações e discursos durante os anos do nacional-socialismo, simbolizando a visão do regime de um estado totalitário que interferia em todos os aspetos da vida pública e privada. Esta filosofia procurava eliminar ou “nazificar” qualquer forma de organização que não estivesse alinhada com a ideologia do Partido Nazista, estabelecendo um ambiente onde a normalidade se mesclava com o medo e a incerteza, criando uma combinação de coerção e consentimento da parte da população (Bendersky, 2014), ao passo que este controlo total não se limitava ao domínio político, mas pretendia ainda formar uma nova ordem social na qual todos os aspetos da vida quotidiana fossem impregnados pelos valores e ideias nazistas.

O nacionalismo exacerbado, como já abordado anteriormente, defendia a unificação de todos os alemães e sustentava a necessidade de expansão territorial como essencial para a sobrevivência da nação, enquanto a interligação entre a propaganda e o nacionalismo refletia as intenções e a metodologia através das quais o regime procurava estabelecer e manter o controlo absoluto sobre a Alemanha e sobre os territórios ocupados. A estratégia nazista de comunicação e manipulação das massas não só garantiu o apoio popular necessário para as suas políticas de repressão e guerra, mas também consolidou um sistema de opressão

totalitária que transformou a vida alemã, resultando em consequências devastadoras para milhões de pessoas em toda a Europa (Evans, 2020; Bendersky, 2014).

#### 4.1.4. A Solução Final e a Operação Reinhard

No dia 18 de novembro de 1941, foi anunciada a nomeação de Alfred Rosenberg como Ministro dos Territórios Ocupados do Leste, com os propagandistas a celebrarem as suas realizações e as perspectivas da "Nova Ordem" sob liderança civil no "Leste". Durante uma reunião com jornalistas alemães, o novo ministro afirmou claramente que o "território oriental" tinha a tarefa de resolver a questão judaica, propondo que a única solução seria a erradicação biológica de toda a população judaica da Europa, ou seja, a questão judaica só estaria resolvida para a Alemanha quando o último judeu tivesse deixado o território alemão e que, para a Europa, isso significava que nenhum judeu deveria viver no continente (Mazower, 2013). A invasão da União Soviética em 1941 foi um ponto de viragem, que levou a massacres em massa de judeus nas novas áreas ocupadas, onde os esquadrões da morte da SS, apoiados por auxiliares locais, executavam os judeus em números sem precedentes.

A pressão interna para acelerar a "solução" da questão judaica aumentou, especialmente à medida que a guerra se intensificava. Os líderes nazistas começaram a considerar a deportação dos judeus da Alemanha para os territórios orientais, embora não houvesse um plano claro sobre como proceder. O encontro com Hitler, que ocorreu em dezembro de 1941, foi um momento crucial onde os principais oficiais do Partido foram informados sobre a nova política em relação aos judeus, estabelecendo as diretrizes para a abordagem que seria adotada nos meses seguintes e um mês depois, já no ano seguinte (1942), a Conferência de Wannsee deu início ao planeamento da implementação da "Solução Final".

Neste contexto, a questão da deportação dos judeus da Alemanha para os territórios ocupados tornou-se prioridade, tendo em consideração que o número total de judeus envolvidos era estimado em cerca de onze milhões. Reinhard Heydrich, chefe da Segurança do Estado e uma das figuras mais proeminentes do regime nazista, assumiu o controle da questão judaica, planeando a deportação e o isolamento dos judeus em guetos, enquanto os judeus mais capazes seriam utilizados para trabalho forçado no Leste (Mazower, 2013; Evans, 2020).

A construção de campos de extermínio começou a ser realizada em segredo durante o inverno de 1941. Apesar da incerteza acerca dos métodos a serem utilizados para assassinar os judeus da Polónia, alguns oficiais nazistas começaram a empregar técnicas de gaseamento já testadas em outras operações. As operações concentraram-se em Chelmno, onde um Sonderkommando<sup>19</sup> foi estabelecido para exterminar a população judaica local, dando início a um processo que resultou na morte de mais de 150.000 pessoas. Belzec foi o primeiro campo a se tornar operacional, seguido rapidamente por Sobibor e Treblinka que estavam estrategicamente situados em áreas remotas e de difícil acesso, os quais foram concebidos para operar em sigilo. No entanto, esses locais rapidamente se tornaram conhecidos entre a população local, que estava ciente das atrocidades que ali se perpetravam. Inicialmente, a SS utilizou métodos tradicionais de execução em massa, como fuzilamentos em fossas antitanque; contudo, à medida que a guerra progredia, foi introduzido o uso de Zyklon B<sup>20</sup> para um extermínio mais eficiente.

Com a pressão a aumentar para acelerar a “solução” da questão judaica, Heinrich Himmler, Reichsführer-SS e uma das principais figuras do regime nazista responsável pela implementação das políticas de extermínio, e os seus subordinados começaram a planejar um extermínio mais sistemático. Em março de 1942, os primeiros transportes chegaram a Belzec, onde quase 58.000 judeus foram mortos até ao final do mês. Estes métodos de extermínio constituíam uma forma de aliviar a pressão sobre os esquadrões de execução, permitindo um genocídio em massa que se tornaria conhecido como a "Solução Final"(Mazower, 2013; Evans, 2020).

Com a implementação da Operação Reinhard, cujo objetivo era exterminar mais de 1,2 milhões de judeus polacos, tornou-se evidente que os métodos de erradicação estavam a tornar-se cada vez mais sistemáticos e organizados<sup>21</sup>. No dia 11 de janeiro de 1943, uma mensagem secreta foi interceptada em Lublin, enviada pelo Major da SS Hermann Höfle, responsável pelos assuntos judaicos na sede da Operação Reinhard, ao comandante adjunto

---

<sup>19</sup> O termo faz referência aos grupos específicos de prisioneiros judeus que eram forçados a trabalhar nos campos de extermínio nazistas, realizando tarefas relacionadas ao extermínio, como a remoção de corpos das câmaras de gás e a cremação dos cadáveres (Mazower, 2013).

<sup>20</sup> Zyklon B era um inseticida que continha ácido cianídrico e foi utilizado pelos nazistas em câmaras de gás para o extermínio em massa de judeus e outros grupos durante o Holocausto. Originalmente, foi desenvolvido para uso como pesticida em armazéns e navios de carga.

<sup>21</sup> O uso de veículos de gaseamento e a construção de campos de extermínio passaram a constituir componentes essenciais dessa estratégia brutal (Mazower, 2013; Evans, 2020).

da SiPo do SD no Governo Geral. Neste relatório, Höfle apresentou estatísticas sobre o número de pessoas que haviam chegado até 31 de dezembro de 1942, revelando que mais de 1,2 milhão de pessoas foram “transportadas” para os campos de extermínio (Mazower, 2013; Evans, 2020).

Com a operação em andamento, surgiu uma preocupação crescente entre os líderes nazistas acerca da rapidez e eficácia das deportações. Embora Heinrich Himmler, estivesse ciente do potencial de resistência interna, a sua determinação em erradicar a população judaica levou à ordem de completar a “realocação” de todos os judeus do Governo Geral até ao final do ano. No final de 1942, a população judaica nas áreas sob controlo nazista diminuiu drasticamente, com estimativas indicando que a população judaica havia caído de 3,1 milhões em março de 1939 para aproximadamente 606.103 (Mazower, 2013).

Apesar de não existir um único documento oficial do regime nazista que compile todas as mortes ocorridas durante o Holocausto, existem centenas de milhares de páginas de registros nazistas que documentam essas informações, revelando um total de mais de 10 milhões de mortes, representando um autêntico extermínio (Evans, 2020). Entre os centros de concentração, Auschwitz-Birkenau e Treblinka destacam-se como os mais mortíferos, totalizando, juntos, quase 3 milhões de judeus assassinados (Anexo V). Um dos aspetos mais detalhadamente documentados pelos perpetradores do Holocausto foram as listagens de transportes e as operações de asfixia por gás nos centros de extermínio, onde é possível obter com um certo grau de especificidade e precisão, o número de vítimas em cada um dos cinco principais centros de extermínio.

## 4.2. Organizações terroristas

### 4.2.1. Ku Klux Klan

A história do KKK é marcada por períodos de ascensão e declínio, refletindo uma organização que, ao longo de diferentes épocas, conseguiu acumular um poder considerável nos Estados Unidos, desde o seu aparecimento logo após a Guerra Civil até ao seu renascimento na década de 1920, explorando o racismo, o medo e a frustração social para expandir a sua influência, e emergir como uma força significativa.

A organização surgiu em dezembro de 1865, em Pulaski, Tennessee, quando seis jovens veteranos confederados, descontentes com a vida após a Guerra Civil, decidiram formar um clube social. Inicialmente, o grupo apresentava uma natureza lúdica e informal, com os seus membros a usarem lençóis e máscaras, organizando passeios noturnos pelas ruas com o propósito de se divertirem e assustarem os habitantes locais. A escolha do nome "Ku Klux Klan" foi inspirada na palavra grega "kuklos", que significa "círculo", combinada com "clan", criando uma designação que evocava mistério e atração (Rodrigues & da Rosa, 2023), enquanto os aspetos teatrais (Anexo III) e os rituais de iniciação contribuíram de forma significativa para a atração de novos membros.

A Klan foi rapidamente aceita no Sul após a Guerra Civil, um fenómeno que pode ser parcialmente explicado pela mentalidade de "justiça da fronteira", que se traduzia numa prática de resolução de conflitos de forma privada e violenta, sem recurso à intervenção formal das autoridades, constituindo-se como uma abordagem prevalecente durante a expansão para o Oeste, refletindo um método de sobrevivência individualista e brutal. Além disso, a Klan inspirou-se em patrulhas noturnas do período da escravatura, compostas por grupos de homens brancos responsáveis por policiar as áreas rurais, mantendo os escravos sob controlo e impedindo revoltas. Desta forma, a organização revitalizou estas práticas, transformando-se numa estrutura que recorria à violência e à intimidação para restabelecer a supremacia branca e combater os governos de Reconstrução (Saldanhas, 2013).

O contexto em que o Ku Klux Klan emergiu foi o Sul devastado pela Guerra Civil, onde a economia estava arruinada, as cidades destruídas e o modo de vida tradicional dos sulistas brancos em crise. A presença de tropas de ocupação e governos de Reconstrução aumentou a sensação de perda e humilhação entre os brancos do Sul (Baudouin, 2011). Muitos veteranos confederados, ressentidos e enfurecidos, viram na Klan uma forma de retaliação, utilizando o grupo para intimidar os negros libertos e os seus aliados, incluindo os republicanos do Norte, com o objetivo de restaurar a ordem racial e política anterior à guerra, tornando-se, assim, uma ferramenta de terrorismo doméstico que impunha um regime de medo que enfraquecia as reformas da Reconstrução.

Após um breve período de expansão, a Klan enfrentou repressão por parte do governo federal. Em 1871, a aprovação da Lei de Direitos Cívicos, permitiu ao governo dos EUA tomar medidas severas contra a organização, levando à prisão de muitos dos seus líderes e ao

desmantelamento do grupo, o que resultou no seu declínio e eventual extinção no final da década de 1870 (Rodrigues & da Rosa, 2023).

Quase meio século após a sua primeira ascensão, o KKK ressurgiu em 1945, impulsionado pelo filme "O Nascimento de uma Nação", que glorificava a Klan original e apresentava os negros de forma racista e estereotipada. Este renascimento coincidiu com um período de intensas mudanças sociais e culturais nos Estados Unidos, incluindo o aumento da imigração, o crescimento das cidades e novas ameaças percebidas à "pureza americana". Ao contrário do que ocorreu durante o seu primeiro surgimento, a nova Klan, não se limitou apenas ao sul, expandindo-se para Estados do norte e oeste, atraindo novos membros com uma retórica de defesa dos valores tradicionais e da moralidade cristã, e, concomitantemente, a Klan de da década de 1920 direcionou as suas atenções também a católicos, judeus, imigrantes e sindicalistas, ampliando o seu discurso de ódio (Saldanhas, 2013).

As ideologias da organização são complexas e multifacetadas, centradas principalmente na crença na supremacia branca, que defende a ideia de que os brancos são superiores a outras raças, particularmente aos negros, legitimando assim a violência e a intimidação contra esses grupos. Esta ideologia sustentava também a visão de que a ordem social e política deveria refletir esta hierarquia racial (Baudouin, 2011). Através do desejo de restaurar uma estrutura de poder que favorecesse os brancos, a Klan, justificava as suas ações que perpetuavam um regime de opressão e terror.

Além do racismo, a Klan manifestou uma forte oposição às políticas de Reconstrução, que buscavam garantir direitos civis e políticos para os negros, sendo vistas como uma afronta à ordem estabelecida e uma usurpação dos direitos dos brancos. Em vez de aceitar a igualdade racial, a organização mobilizou-se para restaurar uma hierarquia racial que assegurasse o domínio branco, utilizando métodos de violência e terrorismo, como linchamentos e ataques a negros e aos seus aliados, estabelecendo um regime de medo que dificultava a resistência às suas ideologias (Rodrigues & da Rosa, 2023; Saldanhas 2013).

Os atentados cometidos pela Klan incluem uma série de atos violentos e intimidatórios, sendo os linchamentos um dos métodos mais infames. Entre 1882 e 1968, estima-se que mais de 4.700 afro-americanos foram linchados nos Estados Unidos, muitos dos quais foram alvo da organização. Esses linchamentos não eram apenas assassinatos brutais, eram eventos públicos que atraíam grandes multidões e eram vistos como espetáculos, refletindo o apoio e

a cumplicidade da sociedade em relação à violência racial (Saldanhas, 2013). Outro exemplo significativo foi o atentado à *Igreja Baptista de 16th Street*, em Birmingham, Alabama, em 1963, onde quatro meninas afro-americanas foram mortas durante um ataque à bomba, sendo um dos episódios mais trágicos da história dos direitos civis nos EUA, simbolizando a extrema violência que estava disposta a usar para manter a agenda de supremacia branca (Baudouin, 2011).

Os rituais e simbolismos utilizados pela Klan, incluindo o uso de fantasias e a evocação de fantasmas de confederados, constituíam estratégias para criar uma narrativa que legitimasse as suas ações, uma vez que o medo do sobrenatural funcionava como uma ferramenta eficaz para instigar terror e reforçar a crença na superioridade branca, manipulando as superstições existentes nas comunidades-alvo. A Klan também se posicionou como defensora da moralidade tradicional, o que lhe permitiu atrair um público mais amplo, legitimando as suas ações sob o pretexto de proteger a sociedade (Saldanhas, 2013).

Os anos de 1920 foram bem-sucedidos no objetivo de atrair novos membros, em grande parte devido à sua habilidade em empregar estratégias de marketing, utilizando uma publicidade sofisticada e aproveitando-se de medos e inseguranças culturais, a organização apresentou-se como defensora da moralidade e do "americanismo", conquistando apoio não só de homens, mas também de mulheres<sup>22</sup>. No auge estima-se que a organização tenha alcançado cerca de quatro milhões de membros em todo o país, com forte presença em Indiana, Ohio e Colorado (Baudouin, 2011).

Apesar do seu rápido crescimento, a Klan enfrentou um declínio abrupto, uma vez que a década 1920 foi marcada por escândalos internos que envolveram corrupção e violência entre os seus líderes, prejudicando a sua reputação. Além disso, a crescente oposição pública às táticas de intimidação e violência da Klan contribuiu para a sua queda (Rodrigues & da Rosa, 2023). A má gestão, a oposição legal e falta de coesão interna culminaram na perda de força da organização até ao final da década, embora nunca tenha sido completamente erradicada. Mesmo após ter uma significativa perda de influência, a organização continuou a existir em formas fragmentadas, através de grupos menores e menos organizados espalhados por diferentes estados (Baudouin, 2011). Esta persistência evidencia a complexidade de erradicar ideias e movimentos fundamentados no ódio racial, uma vez que

---

<sup>22</sup> Através da criação da "Women of the Ku Klux Klan" (Baudouin, 2011; Saldanhas, 2013).

a organização serviu até de inspiração para o surgimento de novos grupos de supremacia branca ao longo do século XX e XXI, os quais se adaptaram às transformações sociais.

A Klan sempre se constituiu como uma sociedade secreta, enfatizando a camaradagem entre os seus membros e cultivando um intenso sentido de pertença, uma dinâmica que não apenas facilitou a adesão de indivíduos à organização, mas também a transformou numa comunidade que partilhava valores e objetivos comuns, tornando-se um espaço de identificação e apoio mútuo. Através deste fenómeno, a Klan demonstrou uma capacidade alarmante de explorar sentimentos de medo, ressentimento e insegurança, disseminando uma ideologia de ódio que apesar dos seus declínios, continua a assombrar a sociedade contemporânea. Este vínculo entre os seus membros, embora fundamentado em crenças distorcidas, contribuiu para uma resiliência organizacional que perpetua a narrativa da supremacia branca.

A ideologia da Klan que exaltava a superioridade da raça branca, legitimava a violência e a opressão como meios necessários para restaurar uma hierarquia social que consideravam natural, perpetuando um regime de terror sobre as comunidades afro-americanas, mas também se alargou para incluir outros grupos minoritários, como imigrantes, católicos e judeus, na sua luta para conservar uma visão distorcida de “pureza americana”. A capacidade da Klan para se reinventar, como evidenciado pelo seu renascimento na década de 1920, demonstra uma astúcia estratégica em manipular os medos e inseguranças sociais, posicionando-se como defensora de uma moralidade tradicional e do que entendiam como o verdadeiro americanismo.

Ainda que tenha enfrentado um declínio acentuado devido a escândalos internos e à crescente oposição pública, a Klan nunca foi erradicada, persistindo em formas fragmentadas que continuam a servir como inspiração para novas manifestações de supremacia branca. O Ku Klux Klan é uma organização de carácter racial e nacionalista, focada na promoção da supremacia branca e o seu legado não se limita aos atos brutais que perpetraram, mas serve também como um aviso contundente sobre a fragilidade da civilização democrática face ao ressurgimento de narrativas xenófobas e racistas que, em tempos de crise, encontram terreno fértil para se proliferar.

A história do Ku Klux Klan, portanto, não é apenas uma crónica de terror e opressão, mas uma exortação à sociedade contemporânea para que se mantenha atenta e vigilante

contra o ressurgimento de discursos de ódio e violência, exigindo um compromisso renovado com os princípios de igualdade e justiça. A luta contra o racismo e a intolerância é indubitavelmente, um imperativo moral e ético que requer não apenas resistência, mas uma ação proativa e consciente por parte de todos, para que as lições do passado não sejam esquecidas e o futuro seja construído sobre os alicerces da inclusão e da dignidade humana. A perenidade da Klan ilustra a necessidade de um engajamento contínuo no combate a ideologias extremistas, não apenas no contexto norte-americano, mas em todo o mundo, onde discursos de ódio e divisão ainda encontram ressonância. O legado da Klan deve ser um constante lembrete da importância da educação, da promoção da diversidade e da defesa dos direitos humanos, como pilares indispensáveis para uma sociedade verdadeiramente justa e equitativa. A vigilância constante contra o extremismo torna-se, assim, não apenas uma responsabilidade coletiva, mas um dever moral que se impõe a cada um de nós, em nome da humanidade e da civilização.

#### 4.2.2. Al-Qaeda

A Al-Qaeda foi oficialmente fundada em 1988 como resultado da convergência de esforços entre Osama bin Laden, Abdullah Yusuf Azzam e Ayman al-Zawahiri, sendo a sua formação o culminar de um processo que se iniciou anos antes, durante o conflito no Afeganistão. Em 1979, a União Soviética invadiu o Afeganistão com o intuito de suprimir uma insurreição liderada por opositores islâmicos ao regime comunista que tinham tomado o poder naquele ano, seguindo uma abordagem similar àquela que a URSS já havia aplicado na Hungria e na Checoslováquia. Durante este conflito, a cidade de Peshawar, no Paquistão, emergiu como um relevante centro de resistência jihadista, atraindo figuras notáveis como Ayman al-Zawahiri e Osama bin Laden. Al-Zawahiri, um médico egípcio e líder do grupo Al-Jihad, utilizou esta oportunidade para atuar tanto como médico quanto como recrutador de combatentes, consolidando a sua rede de apoio à causa jihadista, enquanto Osama bin Laden, influenciado por Abdullah Yusuf Azzam, começou a apoiar financeiramente a resistência afegã, estabelecendo, a partir de 1984, campos de treino na fronteira entre o Paquistão e o Afeganistão. Este período foi decisivo para a criação de uma infraestrutura militar e ideológica que facilitaria anos depois, o surgimento da Al-Qaeda como uma rede

global de combatentes jihadistas, uma vez que, através do apoio de grupos paquistaneses, como o Jamaat-e-Islami, e o suporte de elementos dos serviços de inteligência do Paquistão, conseguiu recrutar combatentes experientes e construir uma rede logística sólida que expandiria a sua influência a nível internacional (Santos, 2004; Jacquard, 2001).

Após ser expulso do Sudão em 1996, devido à pressão exercida pelos Estados Unidos e pela Arábia Saudita, Osama bin Laden regressou ao Afeganistão, onde encontrou refúgio sob o regime dos Talibãs. A partir deste santuário, a Al-Qaeda lançou uma série de declarações de guerra contra os Estados Unidos, culminando nos ataques de 11 de setembro de 2001, que levaram os EUA a iniciar uma campanha militar que resultou na expulsão da Al-Qaeda do Afeganistão, e forçou bin Laden a refugiar-se no Paquistão, onde permaneceria até ser localizado e morto em 2011 (Jacquard, 2001).

A ideologia da Al-Qaeda está profundamente enraizada na utilização estratégica do poder das palavras e das ideias e para compreender a sua lógica de funcionamento é imprescindível entender os movimentos fundamentalistas islâmicos que a influenciam. O Islão, sendo uma religião monoteísta que se traduz como “submissão”, fundamenta-se na crença em um único Deus, Allah, e reconhece Maomé como o seu último Profeta e o Alcorão é considerado o livro sagrado da religião, revelado a Maomé pelo Anjo Gabriel entre os anos de 610 e 632 d.C. A origem do Islão remonta ao que atualmente designamos como Arábia Saudita, destacando-se o ano de 622 d.C. como um marco crucial, uma vez que marca a Hégira, a migração do Profeta de Meca para Medina. Após a morte de Maomé, ocorrida em 632 d.C., a comunidade islâmica começou a fragmentar-se, dando origem a importantes divisões. As duas principais correntes que emergiram foram os sunitas e os shiitas, sendo que sunitas, representando cerca de 85% da população muçulmana, aceitam a liderança de líderes temporais e seguem a Sunna, que abrange as tradições e práticas do Profeta, enquanto os shiitas, que constituem aproximadamente 15% da comunidade, acreditam que a liderança deve permanecer dentro da linhagem familiar do Profeta. Esta divisão, juntamente com as suas diversas interpretações do Islão, exerce uma influência direta sobre o pensamento jihadista e a dinâmica contemporânea do mundo islâmico (Silva, 2018).

Um aspeto fundamental da prática islâmica são os Cinco Pilares do Islão, que funcionam como as pedras angulares do Islamismo, a Profissão de Fé (Shahada); a Oração (Salat); a

Esmola (Zakat); o Jejum (Sawm) durante o mês do Ramadão; e a Peregrinação (Hajj) a Meca uma vez na vida (Silva, 2011).

Apesar de a Al-Qaeda afirmar seguir os princípios islâmicos, a interpretação e aplicação que faz destes pilares são frequentemente distorcidas, justificando ações violentas que contradizem os ensinamentos fundamentais do Islão. Esta distorção integra-se num quadro mais amplo que se manifesta no contexto do jihadismo, um termo que se refere à luta ou esforço pela causa do Islão, muitas vezes associado a atos de violência em nome da religião.

Um dos pilares ideológicos mais relevantes do jihadismo é o Salafismo, um movimento reformista islâmico que emergiu no Egito no final do século XIX, durante o período do renascimento cultural árabe; o termo "Salafismo" (salafiyah) refere-se aos primeiros seguidores de Maomé e promove um retorno à pureza original do Islão, rejeitando inovações que resultam de influências externas, especialmente ocidentais. Durante as décadas de 1920 e 1930, o Salafismo passou por transformações significativas, evoluindo em diversas direções, sendo a sua contemporização caracterizada por um conservadorismo rigoroso, seguido por muitos grupos islamistas sunitas que se opõem às inovações consideradas desviantes pelo Islão, procurando recriar uma expressão de Islão que resista à ocidentalização, centrando-se na transformação pessoal, impondo um código de conduta rigoroso e na observância estrita dos preceitos religiosos. A expansão deste movimento intensificou-se nas décadas de 1960 e 1970, em grande parte através da influência do Wahhabismo, uma corrente salafita que promove posições radicais e que se tornou fundamental para compreender o pensamento jihadista (Santos, 2004; Jacquard, 2001).

Entre as vertentes do Salafismo, destaca-se o Salafismo Jihadista, uma corrente que interpreta a Jihad como uma Guerra Santa<sup>23</sup> pela religião, recorrendo a meios violentos para atingir os seus objetivos; para os seus adeptos, a Jihad é um dever individual e permanente, justificando o uso da violência para islamizar a sociedade e combater regimes considerados corruptos e aliados ao Ocidente (Lara, 2014). Esta interpretação ganhou especial relevância durante a guerra contra a invasão soviética do Afeganistão nos anos 1980, catalisando o desenvolvimento de um jihadismo global, que continuou a evoluir após 2001, dando origem

---

<sup>23</sup> Refere-se a uma luta considerada pelos seus praticantes como um dever religioso, frequentemente associada à defesa da fé e à promoção da sua disseminação, mesmo que implique o uso de violência, a qual é frequentemente justificada no contexto dessa crença (Lara, 2017).

a células jihadistas auto-radicalizadas que se expandiram globalmente com o auxílio de recursos digitais.

O Wahhabismo, por outro lado, é uma forma de Salafismo conservador que surgiu na Arábia Saudita, fundado por Muhammad ibn Abd al-Wahhab no século XVIII, promovendo um retorno aos princípios originais do Corão e da Sunnah, procurando purificar a fé islâmica de quaisquer desvios. A aliança entre Muhammad ibn Abd al-Wahhab e Muhammad ibn Saud foi crucial para a criação do estado moderno da Arábia Saudita, estabelecendo o Wahhabismo como a ideologia oficial do país, influenciando os sistemas religiosos, educativos e judiciais da Arábia Saudita ao mesmo tempo que auxiliou a disseminação de uma interpretação conservadora do Islão que serviu de base ideológica para figuras como Osama bin Laden (Silva, 2018; Jacquard, 2001; Santos, 2004).

Os objetivos da Al-Qaeda são, de forma inequívoca, de natureza política e estratégica e embora inicialmente alguns dos seus ataques visassem a libertação de companheiros detidos, atualmente, a sua principal motivação é a tentativa de alterar regimes existentes em países árabes e eliminar a interferência ocidental no Médio Oriente. A organização tem como propósito a disseminação global da Jihad, recorrendo à violência organizada para combater os valores ocidentais, e através de atos que provoquem medo coletivo, morte e destruição, a Al-Qaeda procura inspirar o que considera ser um dever individual de todos os muçulmanos, independentemente do local ou do tempo. Assim, os objetivos que se encontram no cerne da sua ideologia promovem uma revolução islâmica armada para derrubar qualquer regime que não esteja orientado pela lei islâmica, visando a expulsão de forças militares e empresas ocidentais de todos os países muçulmanos, estabelecendo um controlo político e religioso de acordo com a sua interpretação do Islão (Jacquard, 2001; Santos, 2004).

Os fundamentos originais da Al-Qaeda são profundamente antagónicos em relação aos judeus e cristãos, moldando a sua evolução que passou de uma estrutura militar e autoritária para uma entidade mais difusa, composta por uma rede de grupos com células autónomas e iniciativas descentralizadas; por conseguinte, apesar dessa mudança estrutural, a organização mantém uma ideologia unificadora que continua a alimentar a motivação de diversos grupos afiliados ao redor do mundo.

Enquanto entidade terrorista, a Al-Qaeda representa uma manifestação extrema da ideologia jihadista, cuja origem e evolução estão profundamente enraizadas num contexto

geopolítico complexo, tendo a sua ideologia fundamentada na interpretação rigorosa do Islão, alinhando-se com os princípios do Salafismo e do Wahhabismo, que promovem um retorno às raízes da fé islâmica. No entanto, essa visão do mundo é distorcida para justificar ações violentas que desafiam os ensinamentos fundamentais da religião, como é o caso da Al-Qaeda, onde as suas estratégias utilizadas são marcadas pela utilização de uma combinação de violência, propaganda e mobilização de redes transnacionais de apoio, operando sob uma lógica de Guerra Santa, na qual cada ataque é apresentado como um ato de defesa da comunidade muçulmana contra a opressão ocidental e os regimes considerados corruptos, sendo um discurso eficaz para a recruta de novos adeptos, que veem na luta armada não apenas uma obrigação religiosa, mas também um dever patriótico.

A Al-Qaeda emprega uma abordagem estratégica multifacetada, incluindo ações terroristas de larga escala, como os ataques de 11 de setembro, e operações mais localizadas que visam desestabilizar governos e fomentar o descontentamento social. Através da criação de uma rede logística robusta e da utilização de novas tecnologias e mídias sociais, a organização tem conseguido manter a sua relevância e ampliar a sua influência, mesmo após a morte de figuras proeminentes como Osama bin Laden. Além disso, investe numa narrativa que reforça a ideia de um inimigo comum, galvanizando a comunidade muçulmana global em torno de uma causa que transcende fronteiras nacionais, que não se limita a atuar em cenários de conflito direto, mas também procura infiltrar-se em comunidades vulneráveis, explorando divisões sociais e políticas para promover a radicalização.

Esta organização terrorista de carácter religioso é um exemplo paradigmático de como ideologias extremistas podem ser articuladas em torno de um projeto político violento. A compreensão da sua ideologia e estratégias é essencial para enfrentar os desafios que o terrorismo contemporâneo impõe, exigindo um enfoque que não apenas combata a violência, mas também promova a resiliência das comunidades e o diálogo inter-religioso como formas de prevenção à radicalização.

### 4.3. Comparação Crítica: A Alemanha Nazista, Ku Klux Klan e Al-Qaeda como Organizações Terroristas

A presente análise da Alemanha Nazista como uma entidade comparável a organizações terroristas modernas como o KKK e a Al-Qaeda, permite explorar semelhanças e diferenças nas suas táticas, objetivos e formas de operação. Embora o regime do Terceiro Reich fosse um governo estatal e as outras duas organizações sejam reconhecidas como grupos não-estatais, há paralelos significativos no uso do terror, violência e intimidação para alcançar objetivos políticos e ideológicos. Esta comparação crítica visa desmistificar a visão tradicional que vê o Terceiro Reich apenas como um regime autoritário centralizado, revelando características que se alinham com práticas de terrorismo moderno.

Um dos traços mais notórios que ligam a Alemanha Nazista às organizações terroristas é o uso sistemático da violência e da intimidação para impor o seu domínio e avançar com os seus objetivos ideológicos. As forças de segurança do regime, como a Gestapo, a SS e a SA, atuavam como instrumentos de repressão, com poder para deter, torturar e até executar qualquer pessoa considerada uma ameaça, muitas vezes sem julgamento. Esta prática, conhecida como "custódia protetora," refletia uma estratégia de eliminação da dissidência, recorrendo ao medo para assegurar o controle social. A "custódia protetora" (*Schutzhaft*) era, em teoria, uma medida para "proteger" o Estado de elementos perigosos, mas, na prática, tratava-se de um mecanismo autoritário que permitia a detenção arbitrária de indivíduos sem necessidade de um processo judicial formal, representando uma violação grave dos princípios fundamentais do Estado de Direito, como o direito ao devido processo e à presunção de inocência. Sob o pretexto de salvaguardar a ordem pública, esta custódia dava às forças de segurança nazistas, como a Gestapo, o poder de agir sem limitações legais, levando a cabo indivíduos presos com base em suspeitas vagas ou acusações políticas, frequentemente sem qualquer evidência concreta. Além disso, esta prática envolvia não apenas a prisão e o interrogatório, mas também a tortura, desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais, criando um clima de terror constante na sociedade, sendo uma autêntica ferramenta de repressão para eliminar qualquer forma de dissidência, abrangendo opositores políticos, críticos do governo e grupos considerados "indesejáveis", como judeus, ciganos, homossexuais e comunistas. A estratégia de terror servia tanto para silenciar a oposição como

para consolidar o poder absoluto do regime, demonstrando que nenhuma resistência seria tolerada, mostrando que a "custódia protetora" não só exemplificava a brutalidade do regime, mas também a sua capacidade de manipular mecanismos legais para fins de controle e opressão total.

O KKK fundado nos Estados Unidos após a Guerra Civil, surgiu como uma organização que procurava restaurar e perpetuar a supremacia racial branca no sul do país. Utilizando métodos de terror e intimidação, a organização recorria a linchamentos, espancamentos, ameaças de morte, incêndios criminosos e outras formas de violência extrema para aterrorizar as comunidades negras e outras minorias, como judeus e imigrantes. O Klan era organizado em células locais, que operavam como verdadeiros grupos paramilitares, espalhando uma mensagem de ódio racial e cultural sob o pretexto de "proteger" os valores tradicionais e a pureza da raça branca. Os seus membros, muitas vezes atuando com a cumplicidade ou omissão das autoridades locais, pretendiam desmantelar quaisquer avanços nos direitos civis dos negros, mantendo-os subjugados através do medo e da violência.

A Al-Qaeda, por sua vez, é uma organização terrorista transnacional, fundada na década de 1980, que utiliza táticas de violência extrema para alcançar os seus objetivos políticos e ideológicos, que inicialmente procurava combater a ocupação soviética no Afeganistão. Com o passar dos anos a Al-Qaeda evoluiu para um movimento global que recorre a ataques suicidas, bombardeamentos, sequestros e outros atos de terror para espalhar medo e forçar mudanças. Os seus alvos são frequentemente símbolos de poder ocidental, como embaixadas, transportes públicos e infraestruturas económicas e militares, com o objetivo de contestar a influência cultural e política dos Estados Unidos e dos seus aliados no mundo muçulmano, justificando os seus atos de violência como uma "guerra santa", procurando unir grupos islâmicos radicais sob a bandeira de uma luta global contra o que consideram ser a opressão ocidental e a decadência moral.

Tal como o Ku Klux Klan e a Al-Qaeda, o regime nazista utilizava o terror como um meio essencial de controle e dominação, no entanto, existiam diferenças fundamentais na forma como essas práticas eram implementadas, e essas distinções revelam as diversas maneiras como o terror pode ser instrumentalizado para atingir fins políticos e ideológicos. A principal distinção residia no facto de a Alemanha Nazista operar como um governo legitimamente constituído, o que lhe conferia uma vantagem considerável sobre grupos não-

estatais, que permitia ao regime não só aplicar o terror de forma aberta e descarada, mas também disfarçar a repressão com uma aparência de legalidade e ordem, iludindo a comunidade internacional e justificando internamente as suas ações brutais.

Como regime estatal, o Terceiro Reich dispunha de um vasto e sofisticado aparato administrativo e de segurança, permitindo-lhe institucionalizar o terror e aplicá-lo em larga escala, com uma eficácia que superava em muito as capacidades das organizações terroristas. Ao contrário da clandestinidade forçada de grupos como o KKK e a Al-Qaeda, o nazismo tinha a liberdade de utilizar todos os recursos do Estado, desde as forças de segurança, como a Gestapo e a SS, até ao sistema judicial manipulado para consolidar o seu poder. Esta institucionalização do terror, disfarçada de medidas de segurança e proteção social, não só eliminava a dissidência interna como também permitia a execução de uma campanha sistemática de perseguição e extermínio em massa, como demonstrado no Holocausto. A capacidade de criar um sistema tão abrangente de controle e medo sublinha a brutal eficácia do regime em manipular as estruturas legais e administrativas para os seus próprios fins de opressão totalitária.

Por outro lado, organizações como o KKK e a Al-Qaeda operam principalmente nas sombras, recorrendo a táticas de guerrilha, atentados, sequestros e outros atos violentos para espalhar o medo e avançar com as suas agendas. A sua atuação é limitada pela ausência de controlo estatal direto e pela necessidade de evitar a vigilância e repressão dos governos contra os quais lutam. Embora estas organizações consigam inspirar e mobilizar simpatizantes em diversas regiões, a sua natureza descentralizada e clandestina significa que a aplicação do terror é mais fragmentada e localizada, dependendo de ataques simbólicos e de alto impacto para amplificar a sua mensagem de resistência, na tentativa de criar uma atmosfera de medo e insegurança que, no entanto, não consegue rivalizar com a capacidade de um governo de impor um terror sistemático e omnipresente.

O KKK e a Al-Qaeda representam formas de terrorismo não-estatal que desafiam as estruturas de poder estabelecidas, mas o alcance da sua influência é limitado quando comparado ao terror estatal institucionalizado e sistemático do regime nazista. O Terceiro Reich exemplifica como a centralização do poder e a capacidade de mobilizar uma vasta burocracia e aparato militar podem resultar numa forma de opressão e controle absoluto. Essa diferença fundamental expõe não apenas o contraste entre o terror estatal e o não-estatal, mas

também revela os limites e as vulnerabilidades dos grupos insurgentes: ao contrário de um Estado, eles não conseguem sustentar uma aplicação do terror que afete todas as esferas da vida de forma contínua. Assim, enquanto o KKK e a Al-Qaeda apoiam-se em ataques esporádicos e símbolos de resistência, o nazismo aplicava o terror de maneira constante e metódica, consolidando um poder que se sustentava na perpetuação do medo. Esta comparação não se limita a destacar as semelhanças nos métodos de violência, mas também permite evidenciar como o contexto e os recursos disponíveis moldam a forma como o terror é exercido, dado que as táticas de terror não surgem no vazio, mas são influenciadas pelas estruturas de poder e pelos objetivos específicos de quem as implementa. No caso da Alemanha Nazista, a institucionalização do terror não apenas refletia uma estratégia de controle, mas também buscava legitimar essa violência aos olhos da sociedade, em contraste ao sucedido pelo KKK e a Al-Qaeda, que são grupos terroristas não-estatais que tentam imitar de forma mais limitada e descentralizada.

Ao analisarmos as práticas do regime nazista em comparação com as das organizações não-estatais, fica claro que a capacidade de um Estado de impor o terror é significativamente mais abrangente. O uso sistemático de mecanismos de opressão estatal, como a manipulação do sistema judicial e a utilização de forças de segurança, permitiu ao regime não apenas silenciar a dissidência, mas também consolidar um controle absoluto sobre todos os aspectos da vida pública e privada. As táticas do KKK e da Al-Qaeda, por outro lado, são frequentemente caracterizadas por sua natureza fragmentada e simbólica, refletindo as limitações impostas pela ausência de uma estrutura estatal para sustentar a violência de forma contínua e institucionalizada.

#### 4.3.1. Propaganda e Controle da Informação

Um dos aspectos centrais do regime nazista é o uso extensivo da propaganda para moldar narrativas e influenciar a opinião pública. Joseph Goebbels, enquanto Ministro da Propaganda, desempenhou um papel crucial na construção de uma narrativa que não apenas glorificava o Partido Nacional-Socialista, mas também desumanizava seus opositores, como judeus, comunistas e outras minorias. A propaganda era disseminada por uma multiplicidade de meios, incluindo rádio, cinema, jornais, revistas e eventos públicos, assegurando que a

ideologia do regime penetrasse em todos os segmentos da sociedade. A eficácia da propaganda nazista não se limitava à repetição incessante de mensagens; estava profundamente enraizada na capacidade de criar um senso de urgência e pânico na população, tendo Goebbels a utilizar técnicas de manipulação emocional, frequentemente apelando para os medos e inseguranças dos cidadãos, promovendo a ideia de que a sobrevivência da nação estava em risco, o regime apresentava a oposição como uma traição à pátria. Campanhas de propaganda retratavam judeus (Anexos VI & VII) e comunistas como bodes expiatórios responsáveis pelas dificuldades sociais e económicas, o que não apenas deslegitimava qualquer forma de contestação, mas também preparava o terreno para a aceitação da violência contra esses grupos, apresentando-a como uma defesa necessária da "pureza" e da segurança nacional.

Além da propaganda ativa, o controle da informação foi implementado através de uma série de leis discriminatórias que restringiam os direitos dos judeus. Desde o início do regime, várias legislações foram estabelecidas para excluir os judeus de diversas esferas da vida pública, como foi exemplo as Leis de Nuremberg, promulgadas em 1935, que proibiram os judeus de ocuparem cargos públicos e de exercerem profissões como editores e jornalistas. Este cerceamento da liberdade de expressão e de participação na vida cultural e social para além de silenciar vozes dissidentes, garantia que a narrativa do regime não fosse questionada. Os judeus foram sistematicamente removidos dos meios de comunicação, o que permitiu ao regime monopolizar a informação e moldar a opinião pública a seu favor. Este controle de informação complementava as táticas de propaganda, tendo o regime a implementar um sistema de censura rigoroso, que procurou eliminar qualquer crítica ou dissidência, resultando em livros, jornais e obras de arte que não se alinhavam com a ideologia nazista eram banidos, e muitos autores eram perseguidos. O sistema educativo também foi instrumentalizado como uma ferramenta de propaganda; o currículo foi adaptado para incutir valores nazistas nas crianças desde tenra idade, ensinados a venerar o Führer e a aceitar a visão de mundo do regime como uma verdade incontestável.

Além disso, a manipulação do Dia do Trabalhador pelo regime nazista não é apenas uma distorção superficial de um feriado, mas um exemplo emblemático da capacidade dos regimes totalitários de subverter símbolos culturais e históricos. Ao transformar um dia que originalmente simbolizava a luta dos trabalhadores por direitos e igualdade em uma

celebração do nacionalismo e da conformidade, o regime conseguiu reescrever a narrativa social, desviando a atenção das suas práticas opressivas. Essa subversão do feriado reflete uma estratégia de controle social que vai além da mera propaganda, sendo uma forma autêntica de deslegitimação de movimentos que defendem os direitos dos trabalhadores. Ao exaltar a figura do trabalhador dentro do contexto da ideologia nacional-socialista, o regime não apenas silenciou vozes dissidentes, mas também criou um ambiente onde a resistência era vista como uma traição à nação.

As manifestações públicas, como comícios em massa e celebrações do Partido, eram organizadas para criar um sentido de unidade e fervor nacionalista. Esses eventos não só promoviam a ideologia nazista, como também reforçavam a lealdade ao regime, através de um espetáculo visual onde as mobilizações em massa geravam uma atmosfera de euforia, na qual o discurso do partido se tornava uma parte integrante da vida quotidiana. Assim, a propaganda e o controle da informação durante o regime nazista constituíam instrumentos cruciais para a manutenção do poder e a implementação de políticas repressivas. Ao moldar a percepção pública e desumanizar os adversários, o regime conseguia silenciar a dissidência e legitimar ações brutais sob a aparência de defesa da nação, o que evidencia a importância da propaganda na construção de uma narrativa dominante que sustentava a ideologia nazista e facilitava a execução das suas políticas genocidas.

O KKK utilizou uma variedade de métodos para disseminar a sua ideologia de supremacia branca e, ao mesmo tempo, manter um clima de medo nas comunidades, sendo que discursos públicos e comícios eram organizados para incitar a lealdade entre os membros, além de intimidar opositores. Nesses eventos, líderes da organização, empregavam uma retórica emocional e provocativa que promovia estereótipos raciais e glorificava a violência contra minorias, reforçando a ideia de que a "pureza" da raça branca estava ameaçada. Eram produzidos folhetos, cartazes e revistas que promoviam as suas crenças de forma a deslegitimar os direitos civis dos afro-americanos, apelando a medos profundamente enraizados na sociedade, frequentemente retratando os negros como uma ameaça à ordem social e à moralidade (Olsen, 1962). A imagem da cruz em chamas, utilizada em rituais públicos, tornou-se uma poderosa ferramenta de intimidação, provocando um espetáculo que não só mobilizava os membros da Klan, mas também servia para aterrorizar as comunidades-alvo, criando um ambiente de opressão e medo (Anexo VIII). Outro aspeto significativo da

propaganda do KKK foi a criação de uma narrativa comunitária que enfatizava a unidade e a solidariedade entre os seus membros, em que se incluíam eventos sociais, paradas e encontros que celebravam a identidade da Klan e que promoviam a ideia de que a organização era um guardião dos valores tradicionais americanos, o que não só aumentava a coesão interna, mas também procurava legitimar a Klan na perceção pública, apresentando-a como uma resposta à suposta decadência moral da sociedade.

Por sua vez, a Al-Qaeda emprega métodos de propaganda muito mais sofisticados, aproveitando as tecnologias digitais e as plataformas de mídia social; a produção de vídeos de alta qualidade, que muitas vezes mostram ataques terroristas, execuções e testemunhos de combatentes, é uma característica central da sua estratégia, projetados para provocar uma reação emocional intensa, glorificando a violência e apresentando os membros da Al-Qaeda como mártires a lutar contra um inimigo opressor. Além disso, as plataformas digitais também são utilizadas para recrutar e radicalizar novos seguidores, nomeadamente através de fóruns online, redes sociais e canais de vídeo, onde a organização consegue disseminar a sua ideologia jihadista a um público global, especialmente jovens que se sentem alienados ou desiludidos (National Institute of Justice, 2017). Os vídeos de propaganda frequentemente incluem narrativas que enquadram a luta da Al-Qaeda como uma batalha sagrada, legitimando as suas ações violentas sob a bandeira do Islão e fazendo apelos diretos à jihad, investindo igualmente na desinformação, criando uma narrativa que demoniza os seus adversários, apresentando-os como forças do mal que ameaçam a vida e a fé dos muçulmanos, almejando radicalizar potenciais recrutas e criar um sentido de urgência e pânico entre as populações muçulmanas, justificando assim a necessidade de resistência armada.

A diferença fundamental entre a propaganda do regime nazista e as estratégias de comunicação do KKK e da Al-Qaeda reside, não apenas na escala, mas também na estrutura e na institucionalização dos seus métodos. O regime nazista, enquanto entidade estatal, detinha um controlo absoluto sobre os meios de comunicação, utilizando-os como instrumentos de manipulação ideológica que moldavam a perceção pública de forma sistemática e abrangente. Joseph Goebbels, enquanto Ministro da Propaganda, elaborou uma máquina de propaganda que não apenas glorificava o Partido Nacional-Socialista, mas também desumanizava os seus opositores. Esta estratégia transcendia a mera transmissão de

informações, consistindo na construção de uma narrativa totalitária que impunha uma visão de mundo unidimensional, consolidando a adesão popular através da repetição incessante e da manipulação emocional. Em contraste, tanto o KKK quanto a Al-Qaeda operam em contextos que limitam significativamente a sua capacidade de influenciar a opinião pública. O KKK, apesar de organizar comícios e produzir materiais de propaganda, enfrentava um ambiente de hostilidade e rejeição social, dificultando a sua legitimação e a eficácia das suas mensagens. A ideologia desta organização, frequentemente considerada extrema e retrógrada, é continuamente confrontada por um movimento pelos direitos civis que, embora ainda continue na luta, conseguiu ao longo do tempo dismantelar parte da narrativa racista promovida pelo KKK, ou seja, apesar da sua história de violência e intimidação, é operacionalizada num espaço onde as suas tentativas de controlar a narrativa são frequentemente frustradas por uma sociedade que busca a igualdade e a justiça.

Por outro lado, a Al-Qaeda, embora utilize tecnologias digitais e plataformas de redes sociais para disseminar a sua ideologia jihadista, enfrenta desafios semelhantes em termos de receção pública. A dependência da Al-Qaeda de vídeos e conteúdos online revela uma adaptação à modernidade, mas também expõe a sua vulnerabilidade, uma vez que, as redes sociais são frequentemente monitoradas e censuradas por governos que tentam neutralizar a sua mensagem. Além disso, a Al-Qaeda lida com a deslegitimação constante por movimentos muçulmanos que rejeitam a sua interpretação extremista do Islão.

É crucial notar que a propaganda nazista foi projetada para criar um estado de unanimidade e fervor nacionalista, enquanto o KKK e a Al-Qaeda operam em um ambiente onde as suas vozes são contestadas e frequentemente silenciadas. A eficácia da propaganda nazista deve-se à sua capacidade de explorar medos e inseguranças da sociedade alemã da época, consolidando uma narrativa que apresentava os opositores como uma ameaça existencial. Em contraste, o KKK e a Al-Qaeda, embora utilizem táticas de intimidação e retórica emocional, lutam para estabelecer uma narrativa que seja tão poderosa e abrangente quanto a da Alemanha nazista. Ademais, a utilização da propaganda por parte do regime nazista, aliada a um controle estatal sem precedentes sobre a informação, permitiu que a narrativa oficial se infiltrasse em todos os segmentos da sociedade. A propagação de ideias extremistas e a desumanização de grupos considerados indesejáveis foram, assim, facilitadas por um sistema de censura rigoroso que eliminava qualquer crítica ou dissidência. Enquanto

isso, o KKK e a Al-Qaeda enfrentam limitações que dificultam a sua capacidade de moldar a opinião pública de forma duradoura, resultando numa dinâmica em que as suas mensagens frequentemente não conseguem ressoar além dos seus círculos imediatos de influência.

#### 4.3.2. Doutrinação Ideológica e Mobilização da Juventude

Um elemento fundamental que estabelece uma conexão entre o nazismo e práticas terroristas é a doutrinação ideológica, particularmente no que concerne à mobilização da juventude. O regime nazista, por intermédio da Juventude Hitleriana e da Liga das Jovens Alemãs, dedicou-se à formação de jovens como agentes ativos na aceitação e perpetuação dos ideais nazistas, criando, assim, uma geração de seguidores leais e inquestionáveis. Desde tenra idade, as crianças eram submetidas a um sistema educativo que glorificava o nacionalismo extremo, promovia a pureza racial e inculcava a submissão à autoridade do Partido, representando uma forma eficaz de garantir a continuidade ideológica do regime, mesmo em tempos de adversidade, não se limitando apenas a simples instruções, mas sim a um processo abrangente e sistemático que integrava rituais e símbolos, gerando um forte sentido de pertença à comunidade ariana. As reuniões em massa, as celebrações de grande escala e os exercícios de grupo eram utilizados para incutir um espírito de camaradagem e devoção ao Führer, criando um ambiente emocional que alimentava a lealdade ao regime. Essa manipulação emocional, aliada à repetição incessante dos dogmas nazistas, transformou a Juventude Hitleriana num veículo eficaz de propagação da ideologia, reforçando a identificação dos jovens com os objetivos do regime. Ao moldar a educação e a cultura a favor da ideologia do Partido, o regime não apenas silenciou a crítica, mas também deslegitimou qualquer forma de resistência. A falta de liberdade académica e a imposição de uma narrativa única privaram os jovens da capacidade de pensamento crítico, resultando em indivíduos que, ao serem confrontados com a complexidade da realidade, viam apenas a simplicidade da doutrina nazista.

Esta instrumentalização da juventude para fins políticos, sob a égide de uma suposta “missão sagrada”, levanta questões pertinentes sobre a moralidade e as consequências sociais de tais práticas, que, além de fragilizarem a estrutura familiar e social, podem levar à normalização da violência e da opressão em nome de ideais distorcidos.

O KKK, especialmente nas suas diversas fases de atividade, desenvolveu estratégias específicas para mobilizar a juventude, envolvendo-a em eventos comunitários e fomentando uma cultura de supremacia branca que se propunha a ser transmitida de geração em geração. A organização não apenas recruta novos membros, mas também procura criar um senso de pertencimento que transforma a ideologia da Klan numa tradição familiar. Desde encontros sociais até festividades que celebram os valores raciais da organização, o Klan construiu um ambiente que legitimava a sua visão distorcida da sociedade americana, ao mesmo tempo que incutia um forte orgulho racial nos jovens. Essa utilização de rituais e símbolos específicos, tornava-se uma ferramenta eficaz para reforçar a identidade do Klan e perpetuar sua narrativa de ódio e exclusão. A mobilização da juventude no KKK é reveladora de uma estratégia mais ampla que visa assegurar a continuidade do racismo e da intolerância, onde o envolvimento dos jovens em atividades de supremacia branca não apenas facilita a normalização dessas ideologias, mas também serve para construir uma rede de suporte social que desencoraja qualquer forma de dissidência ou crítica (Olsen, 1962). Ao introduzir a ideologia da Klan desde os primeiros anos, a organização efetivamente molda a mentalidade da próxima geração, garantindo que o ciclo de ódio e discriminação continue. Esta abordagem é alarmante, pois revela como a radicalização pode ser profundamente enraizada nas dinâmicas familiares e sociais, criando um legado tóxico que se perpetua ao longo do tempo.

De maneira análoga, a Al-Qaeda também se dedica à radicalização da juventude muçulmana, utilizando escolas religiosas e centros de treinamento para incutir uma interpretação extrema do Islão, promovendo uma mentalidade de martírio e uma luta incessante contra o que percebem como opressão ocidental. A organização investe consideravelmente em programas educativos que distorcem os ensinamentos islâmicos para justificar a violência e o extremismo, criando um quadro ideológico que apresenta o jihad como uma obrigação sagrada. Este processo de radicalização não se limita apenas ao ensino teórico, sendo frequentemente complementado por experiências práticas em campos de treino, onde os jovens são preparados fisicamente e mentalmente para a Guerra Santa (National Institute of Justice, 2017). A Al-Qaeda consegue estabelecer uma conexão emocional profunda com seus seguidores, utilizando narrativas que exploram os sentimentos de injustiça e marginalização, aludindo a uma luta existencial em nome da defesa do Islão.

Ao fazer isso, a organização não apenas radicaliza, mas também transforma os jovens em soldados fervorosos, prontos para sacrificar-se em nome de uma causa que consideram maior do que eles próprios, sendo que esta abordagem, que combina doutrinação ideológica com apelos emocionais, levanta questões éticas sobre a exploração da vulnerabilidade juvenil, uma vez que muitos desses jovens podem ser atraídos por promessas de glória e sentido numa vida que, de outro modo, poderia parecer vazia ou sem propósito.

A análise da doutrinação ideológica na juventude, no contexto do regime nazista, revela uma estratégia sistemática que distingue este regime de outras organizações extremistas, como o KKK e a Al-Qaeda. O nazismo, através da Juventude Hitleriana e da Liga das Jovens Alemãs, não apenas promoveu uma ideologia de ódio e exclusão, mas também instituiu um aparato estatal que garantiu a integração da educação e da cultura na sua narrativa totalitária. A abordagem do regime foi particularmente insidiosa, infiltrando-se nas esferas da vida quotidiana e familiar, criando um ambiente em que a lealdade ao Partido se tornava sinónimo de identidade pessoal e social. Em contraste, o KKK utilizou rituais comunitários para edificar uma tradição de supremacia branca, enquanto a Al-Qaeda concentrou-se na radicalização religiosa em escolas e centros de formação. Embora cada um destes grupos tenha abordagens distintas, todos partilham a intenção de moldar a juventude para aceitar ideologias extremistas. Contudo, a eficácia do regime nazista em criar um culto à personalidade em torno do Führer e na normalização da violência estatal destaca-se como um fator singularmente alarmante, onde a doutrinação era acompanhada por uma apatia generalizada em relação à moralidade e aos direitos humanos.

As implicações sociais e éticas da exploração da juventude são profundas, sendo que a capacidade de pensamento crítico foi severamente restringida, resultando em indivíduos dispostos a perpetuar um legado de ódio e violência. Este fenómeno sublinha a necessidade urgente das sociedades contemporâneas estarem atentas às estratégias que visam a manipulação dos jovens, resultando na imperatividade que os sistemas educativos promovam uma educação crítica e inclusiva, que enfrente não apenas a radicalização, mas que também ofereça as ferramentas necessárias para que as novas gerações possam desenvolver uma visão abrangente e empática do mundo. Apenas assim será possível evitar a repetição de tragédias históricas e trabalhar para um futuro mais justo, onde as ideologias extremistas não encontrem solo fértil para florescer.

#### 4.3.3. Diferenças Fundamentais: Estado VS Não-Estado

A análise da Alemanha Nazista revela a forma como um Estado soberano pode, de maneira sistemática, utilizar a sua maquinaria institucional para implementar uma ideologia de violência e opressão. Ao contrário de grupos não estatais, como o KKK e a Al-Qaeda, que muitas vezes operam nas sombras, o regime nazista mobilizava recursos estatais para legitimar as suas ações. O Holocausto, uma das expressões mais horrendas desta dinâmica, exemplifica como a burocracia estatal pode ser manipulada para executar uma política de extermínio, este uso do Estado não apenas conferiu uma fachada de legalidade às atrocidades cometidas, mas também estabeleceu um precedente alarmante para a normalização da violência como meio de resolução de conflitos.

A mobilização da juventude foi um componente crucial na perpetuação da ideologia nazista, onde a Juventude Hitleriana e a Liga das Jovens Alemãs para além de serem utilizadas para formar seguidores, cultivaram uma lealdade inquestionável ao regime. Essa doutrinação ideológica, que glorificava o nacionalismo extremo e a pureza racial, privou os jovens da capacidade de pensamento crítico, perpetuando um ciclo de conformidade, revelando um aspeto inquietante da relação entre educação e ideologia, onde a escola se transforma num campo de batalha para a formação de identidades alinhadas com os interesses do Estado.

Em contraste, o KKK, apesar da sua história de violência racial, nunca teve acesso ao mesmo nível de poder institucional que o nazismo, atuando frequentemente com o conluio de autoridades locais. O Klan exemplifica, assim, como a opressão pode manifestar-se em contextos não estatais, onde a intimidação e a violência são, muitas vezes, encobertas por um manto de invisibilidade. Por outro lado, a Al-Qaeda opera num contexto global, tentando desafiar as estruturas de poder estabelecidas, mas, ainda assim, não conseguiu alcançar o tipo de controle territorial que caracterizava o regime nazista.

A presença do KKK e da Al-Qaeda ilustra que a radicalização e a violência não são fenómenos exclusivos de regimes totalitários, mas podem surgir em diversos contextos, seja sob a proteção de um Estado soberano ou como esforços descentralizados de grupos não estatais. No entanto, é crucial destacar que a capacidade de um regime para institucionalizar

a violência gera consequências sociais profundas, onde a obediência à autoridade se transforma numa norma, enquanto a dissidência é tratada como um ato de traição.

Esta análise crítica sublinha a necessidade de uma vigilância contínua contra a normalização da violência e da opressão, independentemente da forma que estas tomem, as lições do regime nazista alertam para o perigo de permitir que ideologias extremistas penetrem nas estruturas sociais e educacionais, moldando não apenas a próxima geração, mas também a própria narrativa cultural de uma sociedade. A exploração da vulnerabilidade dos jovens, seja através da doutrinação estatal ou da manipulação por grupos não estatais, exige uma resposta contundente por parte das sociedades democráticas, que devem trabalhar para promover um ambiente de pensamento crítico e inclusivo, capaz de resistir a ideologias de ódio.

#### 4.3.4. O Terror como Ferramenta Política e a Comparação de Objetivos

A utilização do terror como ferramenta política revela-se um elemento central nas estratégias de controlo e dominação empregues pela Alemanha Nazista, o KKK e a Al-Qaeda, apesar das suas motivações e objetivos distintos. O KKK, uma organização que busca preservar uma hierarquia racial nos Estados Unidos, recorre ao terror como meio de intimidar e silenciar vozes dissidentes, consolidando uma narrativa de supremacia branca. Por sua vez, a Al-Qaeda aspira à criação de um califado islâmico global, onde a influência ocidental é não apenas contestada, mas completamente erradicada. Já a Alemanha Nazista tinha um objetivo mais ambicioso e devastador, que visava a construção de um império racial puro, levando à eliminação sistemática de todos aqueles considerados inferiores ou uma ameaça ao projeto de hegemonia ariana. Embora os fins almejados por cada uma destas entidades variem em escopo e natureza, a recorrência da violência como meio para atingir os seus objetivos políticos é uma característica comum a todas elas. A Alemanha Nazista exemplifica um caso extremo de terrorismo de Estado, onde o terror não era apenas uma ferramenta utilizada ocasionalmente, mas sim a própria base sobre a qual o regime se erguia, utilizando campanhas de perseguição, assassinatos em massa e genocídios sistemáticos para eliminar adversários e para moldar a sociedade alemã, inculcando medo e submissão entre a população. O terror nazista funcionou como um mecanismo de controle social que buscava não apenas a obediência, mas a internalização dos ideais totalitários. Diferentemente das ações do KKK

e da Al-Qaeda, que muitas vezes ocorrem de forma pontual e esporádica, o terror praticado pelo regime nazista era contínuo, meticulosamente planejado e operado como parte de uma complexa e eficiente máquina estatal. As instituições governamentais, juntamente com a propaganda estatal, garantiam que o terror fosse uma prática institucionalizada, legitimada sob o pretexto da defesa da nação e da raça. Este uso do terror como um instrumento sistemático de governo além de ampliar o alcance da ideologia nazista além das fronteiras da Alemanha, acabou por permitir a implementação de uma política de extermínio que ficou marcada na história pela sua brutalidade e desumanidade.

O KKK, embora tenha empregado táticas violentas para estabelecer um ambiente de medo e controle, operou geralmente à margem da lei, muitas vezes dependendo do conluio com autoridades locais para legitimar suas ações. Já a Al-Qaeda, enquanto busca desafiar as estruturas de poder estabelecidas e incitar uma resistência global, não possui a mesma capacidade de implementar políticas sistemáticas em larga escala, devido à sua natureza descentralizada.

Desta forma, a análise do terror como ferramenta política revela não apenas as semelhanças na utilização da violência, mas também as profundas diferenças na forma como cada entidade opera. Enquanto o KKK e a Al-Qaeda têm como alvo específico a intimidação e a subversão, a Alemanha Nazista institucionalizou o terror como uma extensão da sua política de Estado, revelando a capacidade do poder estatal de transformar a violência em uma prática legitimada e sistemática. Esta dinâmica levanta questões sobre a natureza do poder e da violência, evidenciando como a ideologia pode ser utilizada para justificar atrocidades sob a aparência de um objetivo maior.

#### 4.4. O Terror Nazista e as suas Consequências

A análise do regime nazista sob a perspectiva de uma organização terrorista revela um impacto profundo e duradouro, que se estende muito além das atrocidades cometidas durante a sua ascensão ao poder. O Holocausto, que resultou na morte de aproximadamente seis milhões de judeus e de milhões de outros indivíduos perseguidos, provocou um trauma coletivo que ecoa nas sociedades contemporâneas, considerando que não só desmantelou comunidades inteiras, mas também impôs uma carga emocional e moral que requer um

exame crítico e contínuo. A implementação de um modelo de terror sistemático pelo regime transformou as normas sociais da época e estabeleceu precedentes alarmantes em termos de controle social, normalizando o medo e criando um ambiente em que a conformidade se tornou um requisito, sustentada por práticas de violência e desumanização alicerçadas na ideologia de pureza racial.

O legado do nazismo também se reflete em movimentos extremistas atuais que se alimentam de discursos de ódio e desumanização. A resiliência dessas ideologias destaca a urgência de uma abordagem crítica que não apenas reconheça as atrocidades do passado, mas que também promova um diálogo ativo sobre os perigos da intolerância. A educação desempenha um papel vital nesse contexto, sendo fundamental que as narrativas históricas incluam uma análise das implicações do extremismo, promovendo assim uma sociedade mais consciente e empática.

A forma como o nazismo e as suas consequências são discutidos nos meios de comunicação e na educação pública é crucial para moldar a percepção social sobre a violência política. A utilização de terminologias apropriadas é fundamental para evitar a minimização de eventos significativos, garantindo que a história seja compreendida em toda a sua complexidade.

No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, a comunidade internacional estabeleceu marcos legais como a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ambas adotadas pela ONU em 1948. Estas legislações visavam assegurar que a proteção dos direitos humanos fosse uma prioridade global, criando mecanismos para responsabilizar aqueles que perpetrassem genocídios e outras formas de violência sistemática, refletindo um compromisso com a dignidade humana e servindo como um alerta sobre a necessidade de um envolvimento ativo na prevenção da repetição de tais atrocidades.

Ao considerar o nazismo sob a lente de uma organização terrorista, torna-se evidente a necessidade de um engajamento coletivo para proteger os direitos humanos e promover um ambiente de paz e inclusão. O reconhecimento das lições do passado deve ser acompanhado de um esforço contínuo para educar e resistir contra as ideologias que ameaçam a dignidade humana, garantindo assim que os horrores do passado não sejam esquecidos nem repetidos.

## Capítulo 5: Conclusões e recomendações

A problemática da classificação do regime nazista como uma organização terrorista reveste-se de uma importância incontestável, não apenas para a compreensão das suas práticas e métodos durante o período de ascensão e domínio, mas também para a análise das suas consequências sociais e políticas que perduram até à atualidade. Ao longo desta dissertação, foi realizada uma investigação detalhada das táticas, estratégias e impactos do nazismo, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas intrínsecas à sua ideologia e das repercussões desse legado na sociedade contemporânea.

Para abordar a questão central da dissertação, é imprescindível esclarecer o conceito de terrorismo, que embora não apresente um consenso, é frequentemente definido como o uso sistemático da violência com o intuito de alcançar objetivos políticos, não se limitando a agressão a indivíduos específicos, mas dirigida, de forma estratégica, à sociedade em geral, procurando criar um clima de medo, instabilidade e desconfiança. Neste contexto, a análise desenvolvida ao longo da dissertação demonstra que o regime nazista pode enquadrar-se qualificar-se dentro do fenómeno do terrorismo, considerando a sua utilização sistemática da violência, a manipulação da propaganda e o controle abrangente que exerceu sobre a sociedade. A abordagem do nazismo sob a lente do terrorismo revela que tal designação não é meramente académica, mas um imperativo ético que exige reflexão sobre os mecanismos de opressão e desumanização que marcaram esse regime. O regime nazista, ao empregar a violência e o terror de forma sistemática, não se limitou a atos isolados de brutalidade, mas instituiu um modelo de controle social enraizado na sua ideologia de pureza racial.

As ações do regime nazista, analisadas ao longo da dissertação, incluem:

- a) o uso sistemático da violência como instrumento de controle social;
- b) a criação de um clima de medo que inibiu a dissidência;
- c) a desumanização de grupos considerados "indesejáveis";
- d) a utilização da propaganda como ferramenta de legitimação do terror.

Ainda que o regime nazista apresente todas as características típicas de um terrorismo de Estado, nomeadamente a sistematização da violência e da coerção, a institucionalização do medo e o uso da força para manter o poder e eliminar qualquer oposição, até os dias de

hoje não existe uma referência ou consenso acadêmico formal que classifique explicitamente o nazismo como uma manifestação concreta de terrorismo estatal. Este é, sem dúvida, um tema de grande relevância para o debate e merece uma reflexão mais profunda, sendo também um dos objetivos desta dissertação analisar como esta ligação poderia ser adequadamente estabelecida, uma vez que o terrorismo de Estado é geralmente definido como a prática pela qual um governo utiliza de maneira oficial e sistemática a violência e a repressão para consolidar e perpetuar o seu poder, eliminando ameaças reais ou imaginadas, impondo uma ideologia dominante. A violência é meticulosamente planejada e executada pelo aparelho estatal, muitas vezes sob um manto de legalidade, transformando o Estado no próprio agente do terror.

Considero que abordar o nazismo com termos que capturam a sua verdadeira natureza e impacto, como "terrorismo de Estado," é fundamental para uma compreensão histórica, social, ética, moral precisa e honesta. Embora conceitos como "genocídio" e "crimes contra a humanidade" sejam amplamente utilizados, a palavra "terrorismo", especialmente neste contexto de Estado permite um reconhecimento mais abrangente da violência e do controle social implementado. É imperativo que, ao revisitar estas questões, deva haver um esforço para designar cada aspeto com a nomenclatura mais precisa e apropriada, contribuindo assim para a compreensão e para a condenação dos efeitos totalitários, neste caso do regime nazista. Essa classificação, ao ser debatida, não só fortalece o rigor histórico, mas também fornece uma base sólida para o entendimento das dimensões do terror implementado, facilitando a análise das suas estratégias de controle, propaganda e repressão sistemática.

No caso do regime nazista, a máquina de repressão foi institucionalizada através de organismos como a Gestapo e a SS, os quais operavam sob a direção do Estado e, portanto, não eram meros grupos periféricos de milícias, como o KKK ou a Al-Qaeda. Ao contrário destas organizações, o nazismo não dependia apenas da cooperação ou aceitação do público; aqueles que viviam sob o domínio do regime eram forçados a submeter-se à sua realidade brutal. As pessoas eram obrigadas a alinhar-se com os valores impostos pelo Estado sob pena de serem perseguidas, aprisionadas, ou até executadas. Neste sentido, o nazismo ultrapassa as características de uma organização terrorista comum, pois impôs a sua ideologia por meio do poder estatal, garantindo a conformidade da população através de um sistema de coerção omnipresente e abrangente, tornando o terror um pilar da governança.

A mobilização da juventude, discutida em capítulos anteriores, demonstra que a doutrinação ideológica foi crucial na perpetuação da ideologia do regime de Hitler, existindo organizações como a Juventude Hitleriana e a Liga das Jovens Alemãs que para além de cultivarem seguidores leais, promoveram um espírito de conformidade que cerceou a capacidade crítica dos jovens, ilustrando como a educação pode ser manipulada para servir aos interesses de um Estado totalitário, transformando-se em um instrumento de controle social que propaga a aceitação inquestionável de uma visão distorcida da realidade. A propaganda estatal, que glorificava o regime e demonizava opositores, legitimou o terror, criando um ambiente onde a violência se tornava aceitável e desejável sob o pretexto de proteção e defesa da nação.

Quando comparado a outras organizações terroristas, como o KKK e a Al-Qaeda, destacam-se semelhanças significativas na natureza e na extensão da violência perpetrada pelo nazismo. Todos eles promoveram uma ideologia de ódio, construindo um “inimigo” comum; afro-americanos e judeus para o KKK, o Ocidente para a Al-Qaeda, e as minorias, em particular os judeus, para o nazismo, que legitimou a violência e justificou os seus projetos de supremacia ou de resistência extremista. Além disso, a propaganda foi essencial para que cada um destes grupos ganhasse visibilidade e influência crescente, manipulando a percepção pública de modo a atrair novos apoiantes e consolidar a sua ideologia. Esta estratégia de comunicação, caracterizada pela utilização de símbolos distintivos, uniformes específicos, bandeiras e slogans impactantes, não apenas chamava a atenção, mas também fomentava uma identificação coletiva com os valores e objetivos das organizações. Tal abordagem criou uma presença visual forte que facilitava a disseminação das suas ideias, e em alguns casos, promovia um sentimento de pertença entre os adeptos, tornando a propaganda uma ferramenta poderosa de recrutamento e controle de opinião. Em suma, as táticas visuais e simbólicas comuns entre o nazismo, a Al-Qaeda e o KKK para além de ampliarem a retórica de cada organização, reforçaram as suas mensagens de forma consistente e eficaz entre os seguidores e o público.

Em termos de método, todas utilizavam a violência de maneira estratégica, ora para intimidar comunidades-alvo, ora para fortalecer o sentimento de invulnerabilidade entre os seus apoiantes. Essas dinâmicas, unidas ao suporte tácito ou explícito de simpatizantes locais

ou de estruturas governamentais, abrangeram a sua capacidade de ação e consolidaram o controlo sobre as comunidades em que atuavam

O KKK e a Al-Qaeda, embora distintos nas suas ideologias e contextos históricos, compartilham a característica de operar à margem das leis estabelecidas. O KKK, com as suas táticas violentas e intimidadoras, dependia frequentemente do conluio com autoridades locais para legitimar ações, perpetuando um sistema de opressão racial. A Al-Qaeda, por sua vez, buscava desestabilizar estruturas de poder a uma escala global.

Em contraste, o regime nazista exemplificou a transformação da violência numa prática estatal reconhecida e sustentada. Sob o comando do regime, o terror era meticulosamente planeado e executado para eliminar opositores e para instaurar um clima de medo que permeava todos os estratos da sociedade. A diferença fundamental reside na capacidade do Estado de institucionalizar e sistematizar a violência, pois ainda que a brutalidade das organizações não estatais referidas tenha sido de enormes atrocidades, a verdade é que nenhuma delas alcançou o mesmo nível de legitimidade e estrutura formal que caracterizavam o regime do Terceiro Reich.

As consequências sociais do legado nazista, abordadas em diferentes momentos desta dissertação, revelam a necessidade urgente de vigilância contra a normalização da violência como meio de controle social. A dissidência era tratada como um ato de traição, enquanto a obediência se tornava uma norma inquestionável. Esta dinâmica, que promove a desumanização do outro, não se limita a uma análise histórica, mas possui implicações diretas para o presente, onde ideologias extremistas continuam a surgir, alimentadas por narrativas que visam dividir e excluir.

Uma análise crítica adicional é necessária sobre como os meios de comunicação têm abordado a violência política ao longo da história. Muitas vezes, a linguagem utilizada para descrever atos de violência não reflete adequadamente a gravidade das situações, contribuindo para uma narrativa que minimiza a sua importância. Ao evitar o uso de termos que hoje associaríamos diretamente ao terrorismo, os meios de comunicação podem ter influenciado a percepção pública da violência política, levando a uma interpretação que não considera as suas implicações profundas. A ausência de uma terminologia apropriada para descrever ações violentas impede uma análise mais aprofundada das motivações subjacentes e das consequências a longo prazo, o que acaba por levantar questões sobre a forma como a

sociedade interpreta e responde a atos de violência, sublinhando a necessidade de um discurso crítico e bem informado sobre essas questões.

Neste contexto, é imprescindível que as sociedades atuais mantenham um compromisso firme com a educação crítica e a promoção da diversidade, de modo a prevenir a radicalização e a propagação de ideologias de ódio. A educação deve ser entendida como um bastião contra a radicalização, devendo os currículos acadêmicos incluir abordagens que enfrentem a história do nazismo, acompanhada pelas suas implicações éticas e morais. É fundamental, também, o desenvolvimento de programas de educação e sensibilização nas escolas que abordem a história do nazismo, enfatizando as consequências da intolerância e da discriminação, com o objetivo de fomentar uma cultura de paz e respeito pela diversidade. Promover e apoiar iniciativas que preservem a memória das vítimas do regime nazista, como museus, monumentos e dias de recordação, é crucial para garantir que as lições do passado não sejam esquecidas. Apoiar o fomento ao diálogo intercultural é igualmente necessário, incentivando a interação entre diferentes comunidades culturais e religiosas, promovendo um entendimento mútuo que possa dismantlar preconceitos e estereótipos. Adicionalmente, a implementação de legislações eficazes que combatam o discurso de ódio e a incitação à violência é essencial para proteger as minorias e promover um ambiente de segurança e inclusão. Por último, apoiar pesquisas que analisem os mecanismos através dos quais ideologias extremistas emergem e se propagam pode ajudar no desenvolvimento de estratégias eficazes de intervenção.

Em conclusão, a análise do nazismo sob a perspectiva da sua natureza terrorista, levada a cabo ao longo desta dissertação, revela-se um exercício imprescindível para a compreensão das dinâmicas de opressão que caracterizaram este regime, assim como para a reflexão acerca das estruturas sociais que possibilitam a ascensão de ideologias extremistas. Considerando as semelhanças e as diferenças em relação a outras organizações terroristas, é plausível afirmar que o regime nazista se insere no paradigma de uma entidade terrorista. Este regime empregou a violência de forma sistemática e institucionalizada, articulando a manipulação da propaganda como um instrumento para deslegitimar adversários e fomentar um ambiente de temor que perpetuou a opressão e a desumanização de milhões de indivíduos.

O reconhecimento e a crítica das lições do passado devem servir como um guia para a construção de um futuro mais justo, onde a paz, a justiça e a dignidade sejam valores

fundamentais. O estudo do nazismo, portanto, não se limita a um apelo à memória histórica, mas representa um chamado à ação, à resistência e à promoção de uma sociedade mais inclusiva e respeitadora dos direitos humanos. A vigilância constante contra a violência e a opressão, assim como a defesa da dignidade humana, devem ser encaradas como um compromisso coletivo que procura não só recordar, como também educar e fomentar um ambiente de diálogo e respeito mútuo, essencial para a convivência pacífica em sociedades pluralistas.

## Referências

- Abdo, F. B. (2020). *A Alemanha do Período Entreguerras (1919-1939) e a construção do mindset nazista: uma análise sob a ótica de Malcolm Gladwell* (Dissertação de mestrado, Escola de Guerra Naval). [https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/CEMO\\_S\\_074\\_MONO\\_CC\\_FN\\_BELLARD.pdf](https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/CEMO_S_074_MONO_CC_FN_BELLARD.pdf)
- Ang, D. (2023). The birth of a nation: Media and racial hate. *American Economic Review*, 113(6), 1424-1460. [https://scholar.harvard.edu/sites/scholar.harvard.edu/files/ang/files/ang\\_birthofanation\\_july2022.pdf](https://scholar.harvard.edu/sites/scholar.harvard.edu/files/ang/files/ang_birthofanation_july2022.pdf)
- Bakker, E. (2015). *Terrorism and Counterterrorism Studies: Comparing Theory and Practice*. Routledge.
- Baudouin, R. (2011). *Ku Klux Klan: Uma história de racismo e violência* (6.<sup>a</sup> ed.). Southern Poverty Law Center. <https://www.jstor.org/stable/resrep27205.1>
- Bendersky, J. W. (2014). *A Concise History of Nazi Germany*. Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Blainey, Geoffrey. (2009) *Uma breve história do século XX* (2<sup>a</sup>ed). Livros d’Hoje.
- Camilo, C., & Garrido, M. V. (2019). A revisão sistemática de literatura em psicologia: Desafios e orientações. *Análise Psicológica*, 37(4), 535-552. <https://doi.org/10.14417/ap.1546>
- Carmo, H., & Ferreira, M. (2008). *Metodologia de investigação: Guia para auto-aprendizagem*. Universidade Aberta.
- Conselho de Segurança das Nações Unidas (2004). *Resolution 1566 (2004) Adopted by the Security Council at its 5053rd meeting, on 8 October 2004*. [https://bo.io.gov.mo/bo/ii/2016/36/aviso60.asp?\\_gl=1\\*zrkvax\\*\\_ga\\*NTU4NjQxNTk](https://bo.io.gov.mo/bo/ii/2016/36/aviso60.asp?_gl=1*zrkvax*_ga*NTU4NjQxNTk)

[2LjE3MzAxMzI5OTg.\\*\\_ga\\_VJ4ESSV5N3\\*MTczMDEzMjk5OC4xLjEuMTczMD  
EzMzEzOS4wLjAuMA.#ptg](https://www.repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/6602/1/DissertMestradoJosePedroSoaresFreitas2022.pdf). Consultado a 16 de maio de 2024.

Couto, S. P. (2007). *Dossiê Hitler*. Universo dos Livros.

CPEC. (2010). *Relatório sobre a ciência: A ciência em Portugal*. Assembleia da República.

Duque, R. (2016). Vaga anarquista: O surgimento e impacto do terrorismo anarquista. In D. Noivo, T. Almeida e Silva, & R. Duque, *Segurança contemporânea* (pp. 131-150). Editora Pacto.

Evans, R. J. (2019). *A Ascensão do Terceiro Reich*. Edições 70.

Evans, R. J. (2020). *O Terceiro Reich no Poder*. Edições 70.

Fortin, M. F. (2009). *Fundamentos e etapas no processo de investigação*. Lusodidacta.

Freitas, J. P. S. (2022). *Os Catorze Pontos de Wilson e a reorganização da Europa no pós-Primeira Guerra Mundial* (Dissertação de Mestrado, Universidade dos Açores). Repositório da Universidade dos Açores. <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/6602/1/DissertMestradoJosePedroSoaresFreitas2022.pdf>

Grant, R. (2014). *World War One-The Definitive Visual History*. DK Publishing.

Haffner, S. (2005). *História de um Alemão. Memórias 1914-1933*. Dom Quixote

Hawes, J. (2019). *A Mais Breve História da Alemanha*. Dom Quixote.

Hitler, A. (2015). *Mein Kampf: A minha luta*. E-primatur.

Hitler, A. (2015). *Mein Kampf*. E-primatur.

Horne, A. (2009). *To Lose a Battle: France 1940*. Penguin Books.

Jacquard, R. (2001). *Osama Bin Laden - A estratégia do terror: Dossier secreto sobre o terrorista mais procurado do mundo* (1.ª ed.). Livros do Brasil.

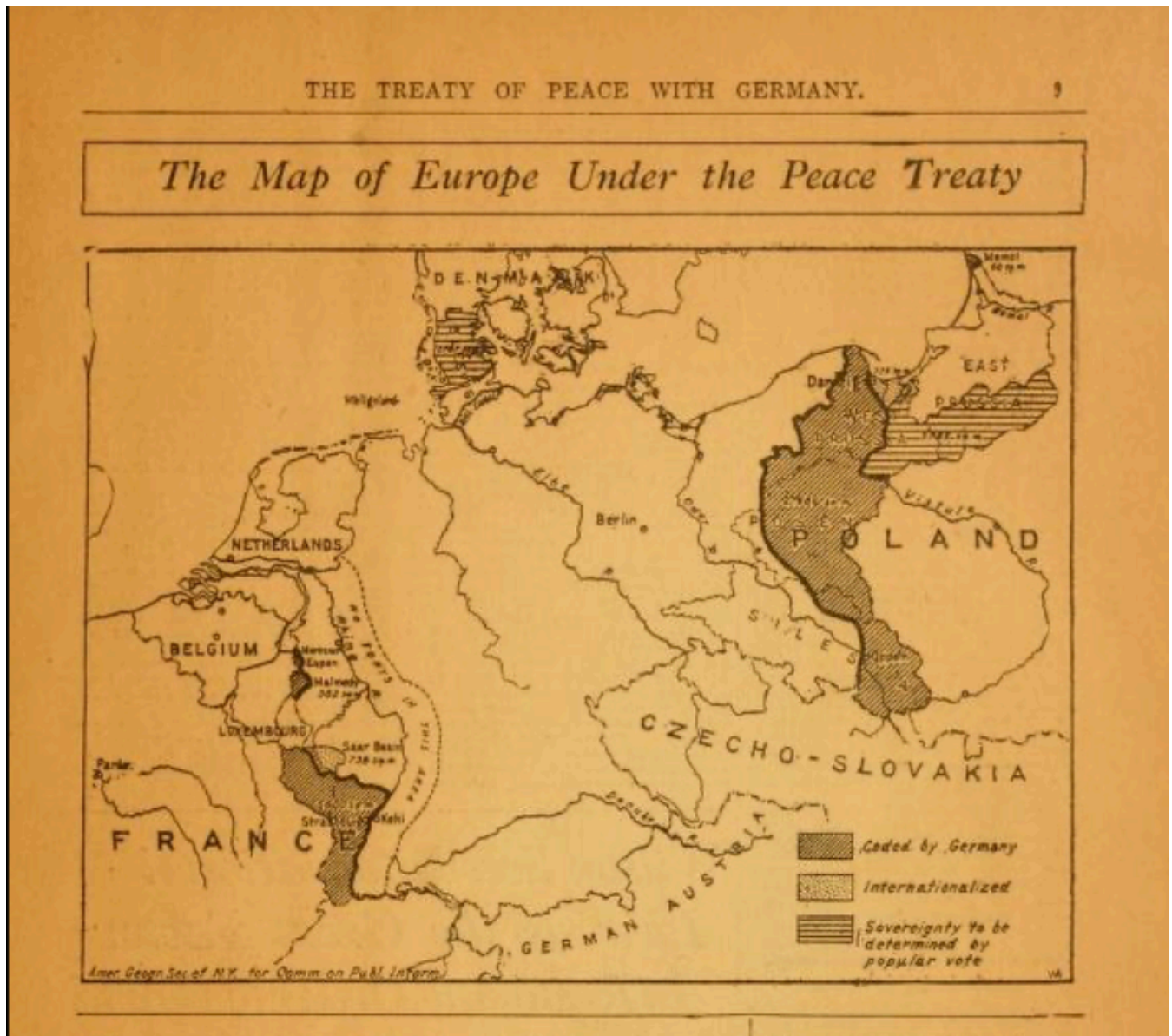
- Kershaw, I. (2015). *To Hell and Back: Europe 1914-1949*. Penguin Books.
- Laqueur, W. (1987). *The Age of Terrorism*. Little Brown.
- Lara, A. d. S. (2014). *Colonização Moderna, Descolonização e Dependência* (1.<sup>a</sup>ed). Edições ISCSP.
- Lara, A. d. S., (2017). *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão* (2.<sup>a</sup>ed). Edições ISCSP.
- Ley, R. (Ed.). Tradução sem data. *Nazi Conspiracy and Aggression* (Volume IV, 1946, Documento nº 1708-PS). United States Government Printing Office. Disponível em <https://avalon.law.yale.edu/imt/1708-ps.asp>. Consultado a 2 de junho de 2024.
- Longerich, P. (2010). *Holocaust: The Nazi Persecution and Murder of the Jews*. Oxford University Press.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5<sup>a</sup> ed.). Editora Atlas.
- Marseille, J. (1996). *História do Mundo: Início de uma nova era de 1901 a 1925*. Seleções do Reader's Digest.
- Matos, H. J. (2016). *Terrorismo & contraterrorismo: Sistemas de segurança interna* (3<sup>o</sup>ed). Caleidoscópio.
- Mazower, M. (2013). *O império de Hitler: O domínio nazi na Europa ocupada*. Edições 70.
- Milza, P. (2007). *As Relações Internacionais: De 1918 a 1939*. Edições 70.
- Minayo, M. C. d. S., & Costa, A. P. (2018). Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*. <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle40.01>

- National Institute of Justice. (2017) *The role of social media in the evolution of Al-Qaeda-inspired terrorism*. <https://nij.ojp.gov/topics/articles/role-social-media-evolution-al-qaeda-inspired-terrorism>.
- Olsen, O. H. (1962). The Ku Klux Klan: A study in reconstruction politics and propaganda. *The North Carolina Historical Review*, 39(3), 340-362. <http://www.jstor.org/stable/23517289>
- Pedersen, S. (2015). *The Guardians- The League of Nations and the Crisis of Empire*. Oxford University Press.
- Pinheiro, J. F. (1982). Terrorismo Internacional. *Revista de Assuntos Políticos Económicos Científicos e Militares*, 6(22), 49-66. <https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/nacao/Documents/NeD024/NeD24.pdf>
- Porto, R., & Silva, M. (2019). O papel da história na formação da identidade cultural: Uma análise crítica. *Anais do Encontro da ANPUH*, 11, 1-15. [https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1570572708\\_ARQUIVO\\_35278e3dd24756a6c85c9331993c1d65.pdf](https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1570572708_ARQUIVO_35278e3dd24756a6c85c9331993c1d65.pdf)
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais* (2ª ed.). Gradiva.
- Rodrigues, M. A. F., & Rosa, K. M. (2023). Em nome de uma guerra racial total: O estilo discursivo da organização Ku Klux Klan no campo das mídias digitais. *Saberes: Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação*, 23(2), 45–67. <https://doi.org/10.21680/1984-3879.2023v23n2ID31826>
- Saldanhas, V. R. D. (2013). A Ku Klux Klan e a instauração do medo nos EUA. *Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná*, 1(1), 244-251. <https://doi.org/10.5380/scplpr.v1i1.64769>
- Santos, I. D. (2004). *Convulsões: Ano III da «guerra» ao terrorismo - Reflexões sobre estratégia IV* (2.ª ed.). Publicações Europa-América.

- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses* (1ª ed.). Universidade Lusíada Editora.
- Schmid, A. P. (2004). Terrorism: The definitional problem. *Case Western Reserve Journal of International Law*, 36(2-3), 375-419.
- Silva, T. de A. (2011). *Islão e fundamentalismo islâmico: Das origens ao século XXI* (2ª ed.). Pactor.
- Silva, T. de A. (2018). Islão e fundamentalismo islâmico no contexto político. *Revista de História das Ideias*, 36(2), 288-307. Imprensa da Universidade de Coimbra. [https://doi.org/10.14195/2183-8925\\_36\\_14](https://doi.org/10.14195/2183-8925_36_14)
- Silveira, D. T., & Córdova, F. P. (2009). *Métodos de pesquisa*. UFRGS. <http://hdl.handle.net/10183/213838>
- Strachan, H (2001). *The first world war: Volume I: To Arms*. Oxford University Press.
- Tratado de Versalhes. (1919). “*Tratado de Paz entre as Potências Aliadas e Associadas e a Alemanha e Protocolo de Assinatura*”. <https://idi.mne.gov.pt/images/pdf/primeira-guerra/TVersailles.pdf>. Consultado a 28 de abril de 2024.

## Anexos

Anexo I- Mapa Alemanha (1919)



**Fonte:** Brooklyn Daily Eagle. (1919). *The treaty of peace with Germany; official summary of terms presented to German delegates at Versailles and special articles, League of Nations and covenant for world labor*. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/19012256/>. Acedido a 22 de outubro de 2024.

Anexo II- Cartaz político dos 25 pontos do programa político do NSDAP

# Programm

der  
**National-Sozialistischen Deutschen Arbeiter-Partei**

Das Programm der Nationalsozialistischen Deutschen Arbeiterpartei ist ein Zeit-Programm. Die Führer lehnen es ab, nach Erreichung der im Programm aufgestellten Ziele neue aufzustellen, nur zu dem Zweck, um durch künstlich gesteigerte Unzufriedenheit der Massen das Fortbestehen der Partei zu ermöglichen.

- 1 Wir fordern den Zusammenschluß aller Deutschen auf Grund des Selbstbestimmungsrechtes der Völker zu einem Groß-Deutschland.
- 2 Wir fordern die Gleichberechtigung des Deutschen Volkes gegenüber den anderen Nationen, Aufhebung der Friedensverträge von Versailles und St. Germain.
- 3 Wir fordern Land und Boden (Kolonien) zur Ernährung unseres Volkes und Ansiedlung unseres Bevölkerungsüberschusses.
- 4 Staatsbürger kann nur der sein, wer Volksgenosse ist. Volksgenosse kann nur sein, wer deutschen Blutes ist, ohne Rücksicht auf Konfession. Kein Jude kann daher Volksgenosse sein.
- 5 Wer nicht Staatsbürger ist, soll nur als Gast in Deutschland leben können und muß unter Fremden-Gesetzgebung stehen.
- 6 Das Recht, über Führung und Gesetze des Staates zu bestimmen, darf nur dem Staatsbürger zustehen. Daher fordern wir, daß jedes öffentliche Amt, gleichgültig welcher Art, gleich ob im Reich, Land oder Gemeinde, nur durch Staatsbürger bekleidet werden darf.  
Wir bekämpfen die korumpierende Parlamentswirtschaft einer Stellenbesetzung nur nach Parteigesichtspunkten ohne Rücksicht auf Charakter und Fähigkeiten.
- 7 Wir fordern, daß sich der Staat verpflichtet, in erster Linie für die Erwerbs- und Lebensmöglichkeit der Staatsbürger zu sorgen. Wenn es nicht möglich ist, die Gesamtbevölkerung des Staates zu ernähren, so sind die Angehörigen fremder Nationen (Nicht-Staatsbürger) aus dem Reiche auszuweisen.
- 8 Jede weitere Einwanderung Nicht-Deutscher ist zu verhindern. Wir fordern, daß alle Nicht-Deutschen, die seit 2. August 1914 in Deutschland eingewandert sind, sofort zum Verlassen des Reiches gezwungen werden.
- 9 Alle Staatsbürger müssen gleiche Rechte und Pflichten besitzen.
- 10 Erste Pflicht jedes Staatsbürgers muß sein, geistig oder körperlich zu schaffen. Die Tätigkeit des Einzelnen darf nicht gegen die Interessen der Allgemeinheit verstoßen, sondern muß im Rahmen des Gesamten zum Nutzen Aller erfolgen.  
**Daher fordern wir:**
- 11 Abschaffung des arbeits- und mühelosen Einkommens.  
Brechung der Zinsnechtheit.
- 12 Im Hinblick auf die ungeheuren Opfer an Gut und Blut, die jeder Krieg vom Volke fordert, muß die persönliche Bereicherung durch den Krieg als Verbrechen am Volke bezeichnet werden. Wir fordern daher restlose Einziehung aller Kriegsgewinne.
- 13 Wir fordern die Verstaatlichung aller (bisher) bereits vergesellschafteten Betriebe (Trusts).
- 14 Wir fordern Gewinnbeteiligung an Großbetrieben.
- 15 Wir fordern einen großzügigen Ausbau der Altersversorgung.
- 16 Wir fordern die Schaffung eines gesunden Mittelstandes und seine Erhaltung, sofortige Kommunalisierung der Groß-Warenhäuser und ihre Vermietung zu billigen Preisen an kleine Gewerbetreibende, schärfste Berücksichtigung aller kleinen Gewerbetreibenden bei Lieferung an den Staat, die Länder oder Gemeinden.
- 17 Wir fordern eine unseren nationalen Bedürfnissen angepasste Bodenreform, Schaffung eines Gesetzes zur unentgeltlichen Enteignung von Boden für gemeinnützige Zwecke, Abschaffung des Bodenzinses und Verhinderung jeder Bodenpekulation.
- 18 Wir fordern den rücksichtslosen Kampf gegen diejenigen, die durch ihre Tätigkeit das Gemeininteresse schädigen. Gemeine Volkerverbrecher, Wucherer, Schieber usw. sind mit dem Tode zu bestrafen, ohne Rücksichtnahme auf Konfession und Rasse.

19 Wir fordern Ersatz für das der materialistischen Weltanschauung dienende römische Recht durch ein deutsches Gemeinrecht.

20 Um jedem fähigen und fleißigen Deutschen das Erreichen höherer Bildung und damit das Einrücken in führende Stellungen zu ermöglichen, hat der Staat für einen gründlichen Ausbau unseres gesamten Volkswirtschaftswesens Sorge zu tragen. Die Lehrpläne aller Bildungsanstalten sind den Erfordernissen des praktischen Lebens anzupassen. Das Erfassen des Staatsgedankens muß bereits mit dem Beginn des Verständnisses durch die Schule (Staatsbürgerkunde) erzielt werden. Wir fordern die Ausbildung geistig besonders veranlagter Kinder armer Eltern ohne Rücksicht auf deren Stand oder Beruf auf Staatskosten.

21 Der Staat hat für die Hebung der Volksgesundheit zu sorgen durch den Schutz der Mutter und des Kindes, durch Verbot der Jugendarbeit, durch Herbeiführung der körperlichen Ertüchtigung mittels gesetzlicher Festlegung einer Turn- und Sportpflicht, durch größte Unterstützung aller sich mit förderlicher Jugend-Ausbildung beschäftigenden Vereine.

22 Wir fordern die Abschaffung der Söldnertruppe und die Bildung eines Volksherees.

23 Wir fordern den gesetzlichen Kampf gegen die bewußte politische Lüge und ihre Verbreitung durch die Presse. Um die Schaffung einer deutschen Presse zu ermöglichen, fordern wir, daß

- a) sämtliche Schriftleiter und Mitarbeiter von Zeitungen, die in deutscher Sprache erscheinen, Volksgenossen sein müssen,
- b) nichtdeutsche Zeitungen zu ihrem Erscheinen der ausdrücklichen Genehmigung des Staates bedürfen. Sie dürfen nicht in deutscher Sprache gedruckt werden.

tes bedürfen. Sie dürfen nicht in deutscher Sprache gedruckt werden.

c) jede finanzielle Beteiligung an deutschen Zeitungen oder deren Beeinflussung durch Nicht-Deutsche gesetzlich verboten wird und fordern als Strafe für Übertretungen die Schließung eines solchen Zeitungsbetriebes sowie die sofortige Ausweisung der daran beteiligten Nicht-Deutschen aus dem Reich.

Zeitungen, die gegen das Gemeinwohl verstoßen, sind zu verbieten. Wir fordern den gesetzlichen Kampf gegen eine Kunst- und Literatur-Richtung, die einen zerstörenden Einfluß auf unser Volksleben ausübt und die Schließung von Veranstaltungen, die gegen vorstehende Forderungen verstoßen.

24 Wir fordern die Freiheit aller religiösen Bekenntnisse im Staat, soweit sie nicht dessen Bestand gefährden oder gegen das Sittlichkeits- und Moralgefühl der germanischen Rasse verstoßen.

Die Partei als solche vertritt den Standpunkt eines positiven Christentums, ohne sich konfessionell an ein bestimmtes Bekenntnis zu binden. Sie bekämpft den jüdisch-materialistischen Geist in und außer uns und ist überzeugt, daß eine dauernde Genesung unseres Volkes nur erfolgen kann von innen heraus auf der Grundlage:

#### **Gemeinnutz vor Eigennutz.**

25 Zur Durchführung alles dessen fordern wir die Schaffung einer starken Zentralgewalt des Reiches. Unbedingte Autorität des politischen Zentralparlamentes über das gesamte Reich und seine Organisationen im allgemeinen.

Die Bildung von Stände- und Berufskammern zur Durchführung der vom Reich erlassenen Rahmengesetze in den einzelnen Bundesstaaten.

Die Führer der Partei versprechen, wenn nötig unter Einsatz des eigenen Lebens, für die Durchführung der vorstehenden Punkte rücksichtslos einzutreten.

München, den 24. Februar 1920

gez. Adolf Hitler

#### Anmerkung:

Gegenüber den verlogenen Auslegungen des Punktes 17 des Programms der N.S.D.A.P. von Seiten unserer Gegner ist folgende Feststellung notwendig:

„Da die N.S.D.A.P. auf dem Boden des Privateigentums steht, ergibt sich von selbst, daß der Passus „Unentgeltliche Enteignung“ nur auf die Schaffung gesetzlicher Möglichkeiten Bezug hat, Boden, der auf unrechtmäßige Weise erworben wurde oder nicht nach den Gesichtspunkten des Volkswohls verwaltet wird, wenn nötig, zu enteignen. Dies richtet sich demgemäß in erster Linie gegen die jüdischen Grundstückspekulations-Gesellschaften.“

München, den 13. April 1928

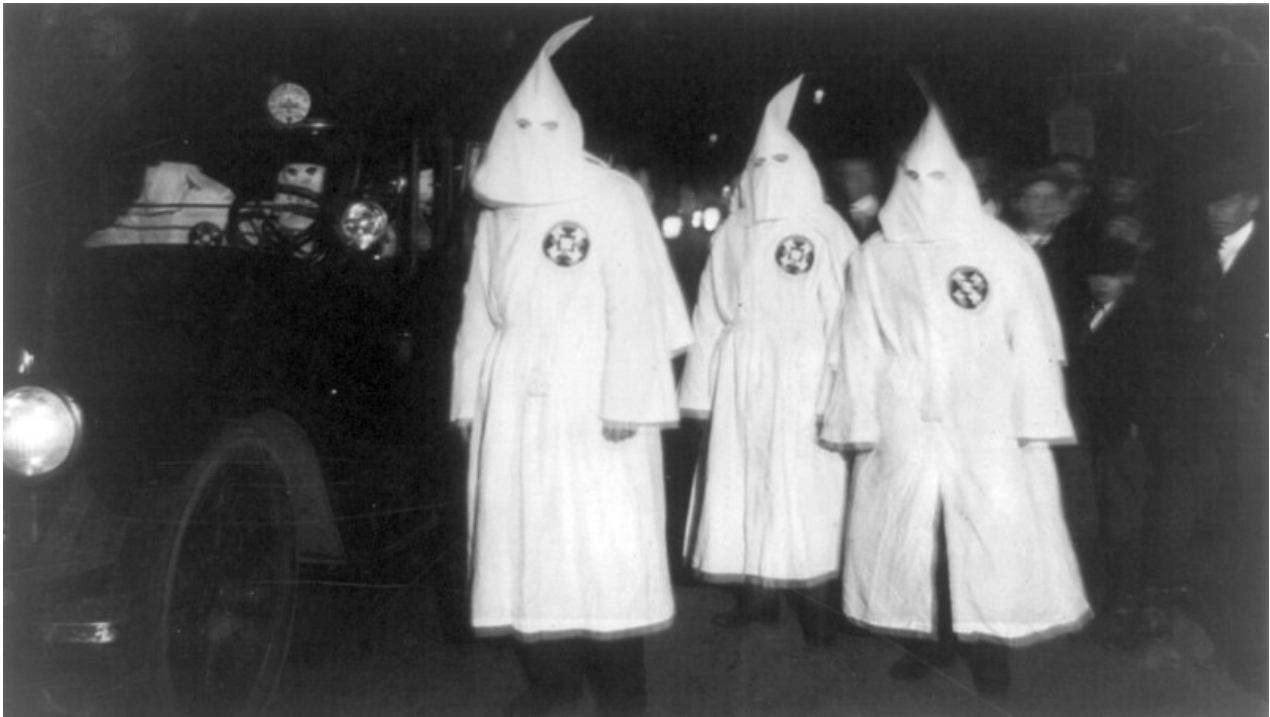
gez. Adolf Hitler

Fonte: Musée de l'Histoire de l'Holocauste. (1920). *Nazi path to power*.

Disponível em: <http://histoire.museeholocauste.ca/en/timeline/nazi-path-power>.

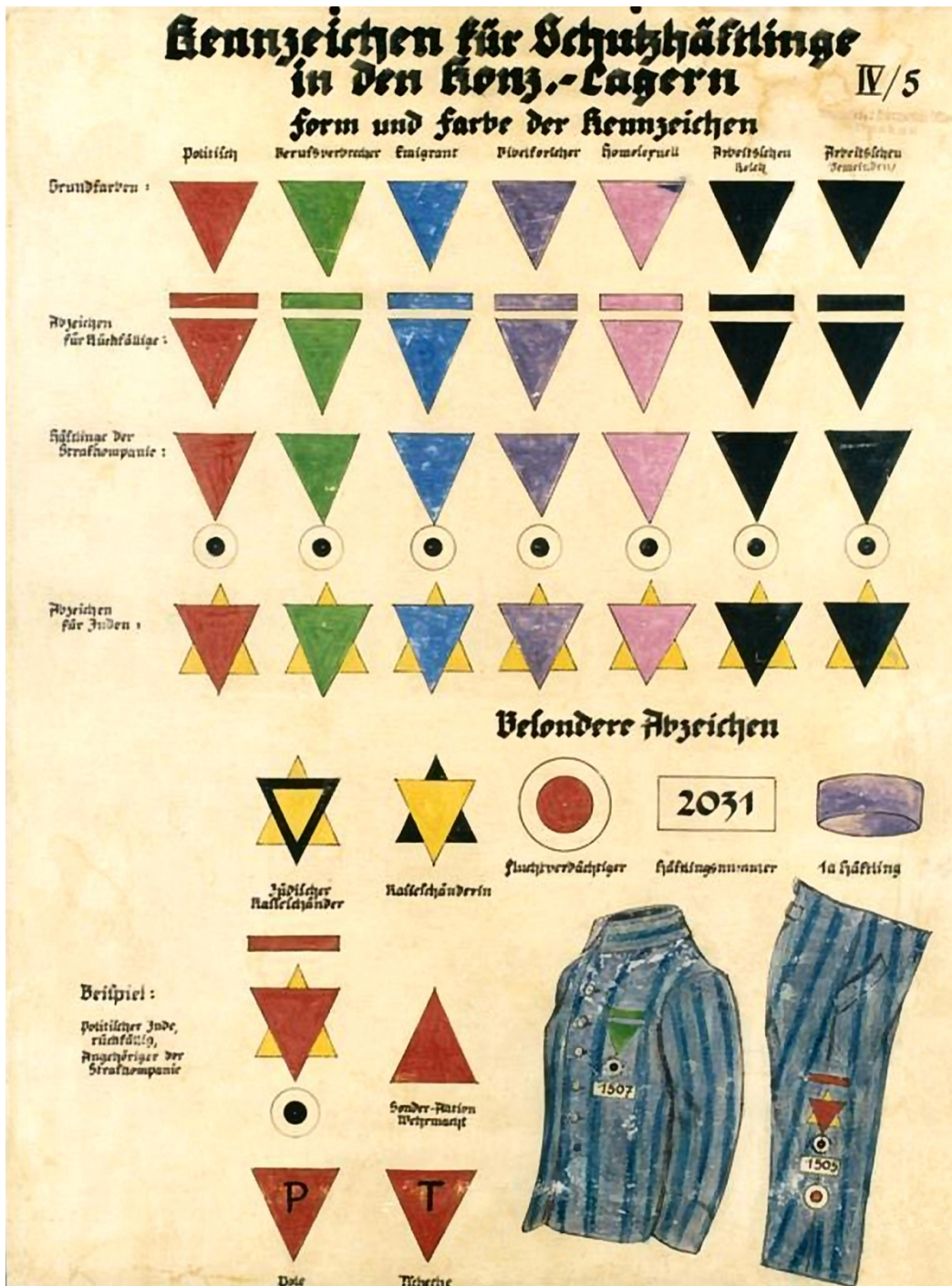
Acedido a 16 de junho de 2024.

Anexo III- Membros do KKK



**Fonte:** Underwood & Underwood. (c. 1920). *Altar with K eagle in black robe at a meeting of nearly 30,000 Ku Klux Klan members from Chicago and northern Illinois*. Library of Congress. Disponível em: <https://loc.gov/pictures/resource/cph.3b12355/> Acedido a 7 de agosto de 2024.

Anexo IV- Sistema de Identificação de Prisioneiros nos Campos de Concentração Nazistas



Fonte: Bundesarchiv Bild 146-1993-051-07, Tafel mit KZ-Kennzeichen (Winkel), 1936.

Disponível em: <https://www.bild.bundesarchiv.de/dba/de/search/?query=Bild+146-1993-051->

07. Acedido a 7 de agosto de 2024.

No presente anexo estão algumas das principais cores e suas correspondentes designações:

**Triângulo amarelo:** Utilizado para identificar judeus, que tinham de usar dois triângulos sobrepostos formando uma Estrela de Davi, geralmente com a palavra "Jude" (judeu em alemão) inscrita. Aqueles que eram considerados apenas parcialmente judeus, ou "mischlings", usavam frequentemente apenas um triângulo amarelo.

**Triângulo vermelho:** Destinado a dissidentes políticos, como comunistas, sociais-democratas, liberais, anarquistas e maçons. Estes prisioneiros eram classificados como opositores ao regime nazista por motivos ideológicos ou políticos.

**Triângulo verde:** Identificava criminosos comuns, que muitas vezes tinham ascendência ariana. Estes prisioneiros, em alguns casos, recebiam privilégios especiais e poder sobre outros detidos, uma estratégia que facilitava o controle dentro dos campos.

**Triângulo roxo/púrpura:** Aplicado a objetores de consciência por motivos religiosos, como as Testemunhas de Jeová, que se recusavam a participar nos esforços militares da Alemanha nazista ou a renegar sua fé.

**Triângulo azul:** Reservado para imigrantes e apátridas. Este símbolo foi utilizado, por exemplo, por prisioneiros espanhóis que se exilaram em França após a Guerra Civil Espanhola e que foram posteriormente deportados para a Alemanha nazista.

**Triângulo castanho:** Usado para identificar ciganos (Roma e Sinti). Este grupo foi alvo de perseguição e discriminação sistemática, culminando na morte de aproximadamente 50% da população romani da Europa sob o regime nazista.

**Triângulo negro:** Marcava os "associais", um termo abrangente que incluía desde pedintes, alcoólatras e sem-abrigo até mulheres que eram consideradas "indesejáveis" socialmente. O triângulo negro também foi usado para classificar Roma e Sinti como "associais", apesar de estes grupos terem igualmente o triângulo castanho. Historiadores indicam que o símbolo foi eventualmente associado a minorias como mulheres lésbicas, embora não haja evidências concretas de um esforço sistemático para exterminar esta minoria.

**Triângulo rosa:** Reservado para homens homossexuais, que eram perseguidos sob o regime nazista com base em leis que criminalizavam a homossexualidade. Esta marca tornou-se um símbolo histórico do sofrimento e resistência da comunidade LGBTQ+ durante o Holocausto.

Anexo V- Total de Mortes Causadas pelas Políticas Genocidas do Regime Nazista

<b>Grupo</b>	<b>Mortes</b>
<b>Judeus europeus</b>	5,600,000 a 6,250,000
<b>Prisioneiros de guerra soviéticos</b>	3,000,000
<b>Católicos polacos</b>	3,000,000
<b>Sérvios</b>	700,000 (perseguição croata Ustasa)
<b>Roma, Sinti e Lalleri</b>	222,000 a 250,000
<b>Alemães (políticos, religiosos e resistência)</b>	80,000
<b>Alemães (deficientes)</b>	70,000
<b>Homossexuais</b>	12,000
<b>Testemunhas de Jeová</b>	2,500

**Fonte:** Holocaust Chronicle. (2002). *Appendices*. Disponível em: <http://www.holocaustchronicle.org/holocaustappendices.html>. Acedido a 9 de agosto de 2024.

Anexo VI- Mortes nos Campos de Concentração Polacos

<b>Campo de Extermínio</b>	<b>Mortes Judaicas</b>	<b>Comandantes</b>
<b>Auschwitz-Birkenau</b>	1,1 a 1,6 milhões	Richard Bär, Lothar Hatjenstein, Rudolf Höss, Josef Kramer, Arthur Liebehenschel, Richard Baer, Heinrich Schwarz.
<b>Bełżec</b>	601,500	Christian Wirth, Gottlieb Hering.
<b>Chelmno</b>	255,000	Hans Bothmann.
<b>Majdanek</b>	360,000	Arthur Liebehenschel.
<b>Sobibór</b>	250,000	Franz Reichleitner, Franz Stangl, Richard Thomalla.
<b>Treblinka</b>	750,000 a 870,000	Kurt Franz, Franz Stangl.

**Fonte:** Holocaust Chronicle. (2002). *Appendices*. Disponível em: <http://www.holocaustchronicle.org/holocaustappendices.html>. Acedido a 9 de agosto de 2024.

Anexo VII – Propaganda Antissemita na Alemanha Nazista, Capa de um livro infantil alemão antissemita, Der Giftpilz (O cogumelo venenoso) publicado na Alemanha pelo der Stuermer-verla.



Fonte: Museu Memorial do Holocausto dos EUA. (n.d). Capa de um livro infantil antissemita alemão. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/photo/cover-of-a-german-antisemitic-childrens-book>. Acedido a 20 de julho de 2024.

Anexo VIII- Livro infantil antissemita publicado em 1936, em Nuremberga, Alemanha.



**Fonte:** Museu Memorial do Holocausto dos EUA. (1936). Livro infantil antissemita. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/artifact/antisemitic-childrens-book>. Acedido a 20 de julho de 2024.

O título em alemão é "Trau keinem Fuchs auf grüner Heid und keinem Jud bei seinem Eid: Ein Bilderbuch für Groß und Klein", que em português traduz-se para "Não Acredite numa Raposa no Mato nem nas Juras de um Judeu: Um Livro Ilustrado para todas as Idades". A capa apresenta uma imagem de uma raposa em meio a um matagal e uma caricatura de um judeu fazendo um juramento, reforçando estereótipos raciais e preconceituosos, numa tentativa de inculcar ideias antissemitas nas mentes das crianças e adultos.

Anexo IX - Cruz vermelha em chamas, elemento do KKK



**Fonte:** Encyclopædia Britannica. (n.d.). *Ku Klux Klan* Encyclopædia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Ku-Klux-Klan/Revival-of-the-Ku-Klux-Klan#/media/1/324086/92182>. Acedido a 10 de junho de 2024.